UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE BIOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA VEGETAL

JAKELYNE SUÉLEN BEZERRA DE SOUSA

IMPACTO DA EXPANSÃO AGRÍCOLA SOBRE A PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA DA FLORESTA ATLÂNTICA NORDESTINA

RECIFE

2018

JAKELYNE SUÉLEN BEZERRA DE SOUSA

IMPACTO DA EXPANSÃO AGRÍCOLA SOBRE A PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA DA FLORESTA ATLÂNTICA NORDESTINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Departamento de Botânica, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos à obtenção do grau de mestre em Biologia Vegetal.

Orientador: Profº Dr. Bráulio Almeida Santos

Coorientadora: Profº Dra. Maria Grisel Longo

RECIFE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sousa, Jakelyne Suélen Bezerra de
Impacto da expansão agrícola sobre a produtividade primária da Floresta Atlântica nordestina / Jakelyne Suélen Bezerra de Sousa. – 2018.

103 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Almeida Santos
Coorientadora: Prof. Dra. Maria Grisel Longo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Biociências. Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal, Recife, 2018.
Inclui referências e anexos.

1. Agricultura – Aspectos ambientais. 2. Mata Atlântica I. Santos, Bráulio Almeida (Orientador). II. Longo, Maria Grisel (Coorientadora). III. Título.

630 CDD (22.ed.) UFPE/CB – 2018 - 367

Elaborado por Bruno Márcio Gouveia - CRB-4/1788

JAKELYNE SUÉLEN BEZERRA DE SOUSA

IMPACTO DA EXPANSÃO AGRÍCOLA SOBRE A PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA DA FLORESTA ATLÂNTICA NORDESTINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Departamento de Botânica, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos à obtenção do grau de mestre em Biologia Vegetal.

Aprovada em 19/ 02 /2018

BANCA EXAMINADORA

Dr. Bráulio Almeida Santos (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dr. Marcelo Tabarelli (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dr. Fredy Alexander Alvarado Roberto (Examinador Externo)

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

AGRADECIMENTOS

“Tenho certeza de que não vou encontrar nada que não possa enfrentar sozinho” [Alex Supertramp], embora isso tenha muito de mim. Foram e são tantos que me ajudam a caminhar, remontar sonhos, fazer e desfazer mochilas que, assim vou seguindo... ás vezes rápido, ás vezes devagar demais, mas sempre indo.

Até onde cheguei com certeza minha família veio me motivando a ir sempre além. Agradeço imensamente aos meus pais, que pescaram comigo todas as ilusões e sonhos possíveis e impossíveis. À minha mãezinha querida, que sempre trouxe “mais pureza, mais carinho, mais calma, mais alegria no meu jeito de me dar”. Ao meu pai por sempre me dar o suporte necessário e me ensinar milhões de coisas, “se essa aventura se revelar fatal e nunca mais tiver notícias de mim, quero que saiba que você é um grande homem” Alex McCandless.

Aos meus irmãos, Rafa, Manú e Cleyton, por todas as gargalhadas e companheirismo.

Aos meus quatro sobrinhos lindos que tanto amo: Arthur, João, Lola e Sophiaa, mesmo sem terem a noção vocês são meu combustível para alcançar minhas metas e querer me tornar um ser humano melhor.

À minha tia e melhor amiga desde sempre Mery, por todos os reencontros, conversas infinitas e inquietações compartilhadas.

Ao meu orientador, Bráulio Santos, por entender minhas limitações, respeitar meu tempo de aprendizagem, pela paciência, e todo o conhecimento científico repassados.

À minha coorientadora Grisel, a qual aprendi admirar não só como orientadora, mas como ser humano. Pelo empenho em querer me ensinar o melhor e da melhor forma. Por me passar calma e dizer que vai dar tudo certo.

À Diego Daltro, uma das pessoas mais especiais que conheci na Pós-graduação, que soube suprir minhas necessidades, de acreditar em mim, e me fazer sentir querida.

À Arthur Domingos, pelas valiosas contribuições no início da redação do projeto e pelas dicas para as apresentações.

À Maria Noel, a uruguaia mais maravilhosa e querida do mundo, por estar sempre disponível para ajudar em uma análise.

Aos meus tantos colegas do SIG que fiz nesse Brasil à fora, Kyle Roberto, que com toda paciência e dedicação me auxiliou do início ao fim da minha pesquisa. À Celso Júnior, Pedro Mota, Betinho, Negrão e principalmente a Alencarzinho, carinhosamente chamado de José, que antes de me auxiliar em diversas técnicas foi um grande amigo além de qualquer SIG.

À Danielle Gomes e Juan Pinheiro, pelos debates na disciplina "Ecologia de ecossistemas" e pelas tantas conversas informais que me ajudaram no desenvolvimento de ideias

À Gabriel Mendes, por todas as contribuições e sugestões para a melhoria desse trabalho.

Ao querido Kelvin Venâncio, por todo o esforço me ajudando a corrigir referências e dar boas gargalhadas acompanhadas de cerveja e tripa no bar do Guerreiro.

À Thiago Marinho, pelas contribuições na edição das figuras.

Aos colegas do LEVA pela aprendizagem: Julia Sfair, Artur Gonçalves, Davi Jamelli, Ligia Vieira e principalmente à Janete Andrade por toda ajuda na correção deste trabalho e no compartilhamento de agonias ao longo desses dois anos.

À Fabíola Barros que me ajudou por diversas vezes, inclusive quando fui furtada em Recife.

À Layla Costa, por todo o apoio e inquietações divididas. Eu tenho plena certeza que você vai conseguir realizar todos os seus sonhos, minha querida.

Aos meus amigos queridos que fiz no PPGBV: Wagner e Nathalia Bandeira pelas conversas, risadas e energia boa.

Aos colegas Diego Pires, Adrian Durán e Emanuelle Brito por sempre me socorrerem nas dúvidas sobre estatística e o bendito R.

Á Milena Goetz e Lucas Cavalcanti e por me explicarem GLM.

À May Beltrão por ser tão gentil, solícita e querida.

Ao ECOPAN (Ecologia do Pantanal - 2016) e ECCA (Ecologia e Conservação da Caatinga – 2017) pelo salto na vida acadêmica. A cada vivência nova, a certeza que eu queria trazer todos para casa na mala. Foram experiências incríveis que só confirmaram minha paixão pela Ecologia Vegetal e pela vida acadêmica.

Aos professores do PPGBV, principalmente Marcelo Tabarelli, Inara Leal e Felipe Melo pelos ensinamentos em Ecologia e por torna-la cada dia mais fascinante. Aos técnicos administrativos Hildebrando e Soraya pela eficiência em resolver os problemas burocráticos na secretaria.

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal (PPGBV), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por todo suporte acadêmico e logístico que permitiu que a pesquisa fluísse em solos paraibanos.

À minha querida prima Karol, a “moça girassol”, infelizmente, tua vida foi curta e não tivemos tempo de compartilhar nossas conquistas, mas obrigada pela luz espalhada e pelo perfume que aqui ficou [*in memorian*].

“**Felicidade só é real quando compartilhada**”, hoje eu compartilho um pouco dessa conquista com todos aqueles que direta ou indiretamente caminharam junto a mim na “Natureza Selvagem”.

RESUMO

A expansão da agricultura de larga escala tem mudado a estrutura da paisagem de florestas tropicais e colocado em risco a provisão dos serviços ecossistêmicos. No entanto, pouco se sabe como essas mudanças podem afetar serviços intermediários como a Produtividade Primária (PP), sobretudo em antigas fronteiras agrícolas. Em uma região produtora de cana de açúcar na Floresta Atlântica nordestina, investigamos o efeito da composição e configuração da paisagem sobre a PP da floresta remanescente e cultivos agrícolas, bem como da paisagem como um todo e sua variabilidade espacial. Através de imagens de satélite dos anos de 2011 a 2016, amostramos 120 paisagens de 1 km² durante as estações chuvosa e seca. Em cada paisagem, mensuramos a porcentagem de cultivos (medidas de composição), a densidade de borda e o número de manchas florestais (medidas de configuração). Como *proxies* da PP, estimamos o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) e o Índice de Vegetação Melhorado (EVI) da floresta, das áreas de cultivos e da paisagem como um todo. O NDVI e EVI da paisagem foram influenciados negativamente pela porcentagem de cultivos em ambas as estações, mas foram pouco influenciados pela densidade de borda e número de manchas florestais. Separadamente, o NDVI da floresta e dos cultivos, foi negativamente influenciado pela porcentagem de cultivos da paisagem, sugerindo sinergia entre produção e conservação florestal. A variabilidade espacial do NDVI e EVI não foi influenciada pela estrutura da paisagem em nenhuma das estações. Em antigas fronteiras agrícolas fragmentadas, para a PP a composição da paisagem é mais importante do que a configuração, deixando clara a importância de conservar todos os fragmentos da floresta. A sinergia entre a produção agrícola e a conservação florestal é um caminho indispensável para compensar os passivos ambientais da extensiva e antiga produção de cana-de-açúcar em florestas tropicais.

Palavras-chave: Serviços ecossistêmicos intermediários. Estrutura da paisagem. Perda de habitat. Fragmentação per se. Densidade de borda. Paisagens tropicais modificadas humanas.

ABSTRACT

The expansion of large-scale agriculture has changed the landscape structure of tropical forests and threatened the provision of ecosystem services. However, little is known about how changes can affect intermediate services such as Primary Productivity (PP), especially in advanced agricultural frontiers. In a sugar cane producing region in the Northeast Atlantic Forest, we investigated the effect of composition and landscape configuration on the PP of the remaining forest and agricultural crops, as well as the landscape as a whole and its spatial variability. Through satellite images from the years 2011 to 2016, we sampled 120 landscape plots of 1 km² during both rainy and dry seasons. In each landscape, we measured the percentage of crops, the density of forest edges and number of forest patches. As a proxy for PP, we estimated the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) and the Enhanced Vegetation Index (EVI) of the forest, crop areas and landscape as a whole. The NDVI and EVI of the landscape were negatively influenced by the percentage of crops in both seasons, but are influenced little by the density of forest edges and number of forest patches. Separately, the NDVI of forest and crops was negatively influenced by the percentage of crops in the landscape, suggesting synergy among production and forest conservation. A spatial variability of NDVI and EVI was not influenced by landscape attributes. In old, heavily deforested agricultural frontiers, landscape composition is more important than configuration in determining the PP, highlighting the need to conserve forests in agricultural landscapes. The synergy between agricultural production and forest conservation provides a pathway for offsetting the environmental liabilities of long-lasting, large-scale sugarcane production.

Key-words: Intermediate ecosystem services. Structure landscape. Loss habitat. Fragmentation per se. Edge density. Human-modified tropical landscapes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A expansão agrícola tem mudado a estrutura de paisagens tropicais causando perda e fragmentação de habitat, e ameaçado a prestação de serviços ecossistêmicos como como a regulação climática e o sequestro de carbono. Essas mudanças, em geral, provocam amplas alterações na paisagem em termos de composição e configuração espacial, onde funções ecossistêmicas que contribuem para o atendimento das demandas humanas podem ser afetadas. Enquanto a composição se refere à proporção dos diferentes tipos de uso da terra inseridos na paisagem (e.g. quantidade de habitat), a configuração se refere ao arranjo espacial em que esses diferentes tipos de uso estão organizados, como a densidade de bordas florestais e o número de fragmentos. A Produtividade Primária (PP), um serviço ecossistêmico intermediário responsável pela provisão de vários serviços finais indispensáveis para a vida humana, está entre os serviços ecossistêmicos menos estudados, sobretudo em antigas fronteiras agrícolas.

A Floresta Atlântica teve mais de 80% da sua cobertura original substituída por cidades e estradas, e principalmente por cultivos agrícolas. Desde o século XVI, a agricultura de larga escala tem causado perda e fragmentação de habitat, e ignorado seus efeitos sobre os serviços ecossistêmicos. Isso nos remete a necessidade de avaliar até que ponto a segurança alimentar e energética geradas pelos cultivos compensam as perdas no funcionamento e capacidade de prestação dos serviços dos ecossistemas. Além disso, avaliar como a PP de ambientes florestais responde à reestruturação da paisagem pode nos ajudar a identificar possíveis sinergias e demandas conflitantes entre a produção e conservação florestal.

Desta forma, essa dissertação é composta, além da fundamentação teórica, por um manuscrito no qual abordamos os impactos da estrutura da paisagem sobre a PP ao longo de um gradiente de transformação agrícola, na Floresta Atlântica Nordestina. Mais precisamente, analisamos o efeito da composição e configuração da paisagem sobre a PP, em nível de paisagem, e nos ambientes de floresta e cultivos de cana de açúcar, bem como sua variabilidade espacial ao longo das paisagens. Entender os padrões da transformação da paisagem em antigas fronteiras agrícolas como a da Floresta Atlântica Nordestina pode nos ajudar a propor estratégias mais eficazes que conciliem o uso sustentável dos recursos ambientais, além de entender os caminhos futuros de fronteiras mais recentes como a Amazônia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA

Todos os ecossistemas são formados por organismos que necessitam de matéria e energia para a construção de suas atividades. A importância dos fluxos de energia e de matéria significa que todo e qualquer processo biótico, em ecossistemas terrestres e aquáticos, estão relacionados a fatores abióticos (DEANGELIS, 1980). Em ecossistemas florestais, a Produtividade Primária (PP) é a força que determina os fluxos de energia através da taxa de energia solar estocada por plantas e sua disponibilização para o resto da cadeia alimentar (ROY; SAUGIER; MOONEY, 2001), o que ocorre, essencialmente, através de processos assimilativos no compartimento biológico do ecossistema (CHAPIN; MATSON; VITOUSEK, 2011a; CLARK et al., 2001a). Em florestas tropicais, a produtividade primária é a maior responsável pela ciclagem do carbono, sendo que os outros processos assimilativos como dissolução e deposição em ambientes aquáticos, muito menos expressivos (DEL GROSSO et al., 2008a; GRACE, 2004). Estima-se que a PP de florestas tropicais represente aproximadamente 50% do carbono absorvido pela copa florestal (PAN et al., 2011). Além disso, corresponde como base energética para vários serviços ecossistêmicos como a regulação climática e o sequestro de carbono (COSTANZA et al., 1997; HABERL et al., 2004).

Há que se considerar, que a PP pode ser dada como o somatório das entradas e perdas de matéria orgânica de diferentes compartimentos (e.g. folhas, troncos e raízes). Acima do solo, consiste na matéria orgânica produzida e perdida em um dado intervalo de tempo como a serapilheira e as emissões de compostos voláteis e lixiviáveis (CHAPIN et al. 2002). Abaixo do solo, corresponde a medida do incremento e da perda da biomassa de raízes grossas e finas, como compostos orgânicos voláteis, materiais exsudatos e os estoques de novos carboidratos incorporados pela simbiose entre rizóbios e micorrizas (CLARK et al., 2001a; MALHI; DOUGHTY; GALBRAITH, 2011). Um ponto importante é que parte da PP sintetizada ao longo de um determinado período pode também ser perdida através da herbivoria e da decomposição da matéria orgânica do solo (CHAPIN et al. 2011).

Ao longo de várias décadas, diferentes abordagens foram desenvolvidas para estimar a PP dos ecossistemas (CHAPIN; MATSON; MOONEY, 2002; CLARK et al., 2001b). Ora baseando-se em modelos estatísticos, os quais relacionam níveis de assimilação de carbono e a disponibilidade de nutrientes, ora em modelos que combinam a detecção remota de dados e processos ecológicos como estimativas da PP tais como a radiação solar absorvida e o índice de área foliar (PENG et al., 2016; RUIMY; SAUGIER, 1994). Essas medidas podem ser relevantes para representar os padrões da PP dos ecossistemas, mas como em qualquer técnica, podem ser imprecisas ou limitadas quando avaliam as entradas e saídas de matéria orgânica, seja em modelos locais ou globais (FIELD; RANDERSON; MALMSTRÖM, 1995). Um exemplo claro é a incapacidade de mensurar a totalidade da PP de um ecossistema, uma vez que uma parte da matéria orgânica é perdida através de processos como a herbivoria e decomposição de matéria, embora existam métodos conhecidos para a correção desses efeitos (CLARK et al., 2001b; KEELING; PHILLIPS, 2007).

Em sistemas florestais, a avaliação da PP através de mensurações periódicas da biomassa vegetal pode ser útil tanto para medições acima, como abaixo do solo (QUINTO-MOSQUERA; MORENO, 2017). No entanto, em avaliações da biomassa acima do solo, as medições priorizam basicamente o incremento de biomassa em árvores em função do diâmetro (CHAPIN; MATSON; MOONEY, 2002). Outros grupos de menor porte, como arbustos e musgos, não são mensurados, de forma que, além de subestimar a PP local, essa abordagem desconsidera a contribuição destes grupos na produtividade do ecossistema (BONA et al., 2016; CHAPIN; MATSON; VITOUSEK, 2011a). Em estimativas que utilizam o conteúdo de serapilheira como um *proxy* da produtividade, um dos problemas mais notáveis são os fatores envolvidos na decomposição da matéria orgânica que não são considerados (GIRARDIN et al., 2014).

Já em mensurações da biomassa abaixo do solo, um dos maiores desafios consiste na quantificação de processos que incluem a produção de raízes e materiais exsudatos, somando-se as perdas de matéria através da volatilização de compostos orgânicos, lixiviação e consumo de biomassa (SALA et al., 1988). Um viés que esse tipo de abordagem pode trazer é que no caso das raízes, a maioria dos trabalhos considera apenas a mensuração em camadas mais superficiais do solo, mesmo reconhecendo seu papel em camadas mais profundas (CANADELL et al., 1996). Estudos que avaliam a PP abaixo do solo são relativamente escassos, quando comparados com aqueles realizados acima do solo. O que pode estar relacionado a esse baixo número de estudos podem ser os obstáculos tecnológicos e econômicos, assim como a limitação de ferramentas para a mensuração das raízes (VOGT et al., 1996). De qualquer forma, ambas as abordagens, acima e abaixo do solo, tendem a estimar apenas o incremento de biomassa, mas descartam as perdas de matéria relacionadas aos processos acima e abaixo do solo (CHAPIN; MATSON; VITOUSEK, 2011b).

Outras técnicas têm sido propostas para avaliação dos fluxos de carbono entre o dossel e a atmosfera (BURBA; ANDERSON, 2010) provendo séries temporais com alta resolução espacial, além de apresentar falhas mínimas e medidas em longo prazo (BALDOCCHI, 2003; CAMPIOLI et al., 2016). Porém, a dificuldade de se capturar os fluxos de CO2 de baixa frequência, geralmente relacionados à respiração noturna em copas densas e de ambientes com topografia irregular, põe em risco as medições do fluxo de carbono (AUBINET, 2008; BALDOCCHI, 2003).

Com o surgimento das ferramentas de sensoriamento remoto, passou a ser possível expandir nossos conhecimentos sobre a PP em grande escala. Essas ferramentas permitem a utilização de outros parâmetros como *proxies* da PP. Muitos estudos optam pela utilização de parâmetros em conjunto, como o índice de área foliar (IAF) e a fração absorvida da radiação fotossintéticamente ativa (fAPAR). Enquanto o IAF é um *proxy* para área de folhas do dossel por unidade de terreno (MYNENI et al., 2002), a fAPAR é um índice derivado do NDVI que tem como base a mensuração da magnitude da radiação disposta nos comprimentos de onda (400-700) absorvidos pela vegetação fotossintéticamente ativa (TIAN, 2004). Como a PP reflete a combinação entre FPAR e IAF, a junção dessas variáveis podem fornecer subsídios importantes para interpretar os efeitos da vegetação sobre a PP dos ecossistemas terrestres (WU et al., 2016).

Usados conjuntamente, os índices de vegetação NDVI (abreviação de *Normalized Difference Vegetation Index*) e EVI (abreviação de *Enhanced Vegetation Index*) oferecem uma ampla sensibilidade sobre o estado da vegetação de diversos tipos de ecossistemas (HUETE et al., 2002), e trazem a possibilidade de fazer relações sobre a produtividade de diferentes coberturas vegetais e perspectivas em diferentes escalas temporais e espaciais (PETTORELLI et al., 2005; PHOMPILA et al., 2015). Enquanto o NDVI apresenta maior sensibilidade em relação à clorofila, o EVI corrige distorções causadas por artefatos atmosféricos e é perceptível às variações na estrutura e tipo de dossel, o que inclui o índice de área foliar (IAF) (Gao et al. 2000; Phompila et al. 2015). Um ponto desfavorável na utilização inicial desses índices era a interferência de elementos atmosféricos como nuvens e aerossóis que podem ter alguma influência na medição da cobertura vegetal, porém atualmente já existem algoritmos que utilizam bandas específicas de reflectância que amenizam esses efeitos (VERMONTE et al., 2016; VERMOTE; KOTCHENOVA, 2008).

Ainda assim, mesmo que com algumas limitações, a principal vantagem das estimativas baseadas em sensoriamento remoto, como os índices NDVI e EVI, é que as mesmas são determinadas pelas propriedades da vegetação. Essas podem ser mensuradas mensal ou semanalmente e oferecerem a possibilidade de calcular a PP média durante maiores períodos de tempo (HUETE et al., 2002). Além disso, tornam possível mensurar a PP por um período selecionado, não apenas sobre médias anuais, como no caso dos modelos baseados na biomassa acima e abaixo do solo (QUINTO-MOSQUERA; MORENO, 2017). A diferença entre a confiabilidade da PP baseada no NDVI e EVI pode ser interpretada como evidência de outros fatores não avaliados em campo como a exclusão de determinados grupos vegetais ou avaliações em função do diâmetro e que subestimam a PP total do ambiente (CHAPIN; EVINER, 2014). Naturalmente, dado o avanço das mudanças de uso da terra, esses índices operam como valiosas ferramentas na avaliação de serviços ecossistêmicos como PP, tanto em maiores períodos de tempo ou escalas mais amplas.

Diversos estudos têm mostrado a importância da PP como suporte para vários outros serviços ecossistêmicos, como o sequestro de carbono e a regulação climática, por exemplo (CAO et al., 2004; VINET; ZHEDANOV, 2011), os quais são imprescindíveis para a manutenção de diversos processos ecológicos e permanência de grande parte dos grupos biológicos existentes, incluindo a espécie humana (COSTANZA et al., 1997; DE GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002; VINET; ZHEDANOV, 2011). Estes serviços podem ser classificados em intermediários, quando funcionam como suporte para outros serviços e em serviços finais os quais provem benefícios diretos para o bem-estar humano (BOYD; BANZHAF, 2007; FISHER; TURNER; MORLING, 2009).

Como serviços ecossistêmicos finais fornecidos pela PP, a regulação climática destaca-se como um dos mais notórios. Através do sequestro de carbono pela vegetação, as áreas florestais constituem um dos mais importantes reservatórios do carbono global, e naturalmente, da mitigação dos gases do efeito estufa (CHEN et al., 2014; FEARNSIDE, 2018; PAN et al., 2016). O armazenamento de carbono atmosférico, na forma de biomassa, ocorre ao longo do período de crescimento vegetal e, principalmente, em florestas tropicais não perturbadas, apresenta relações positivas com a regulação climática, através da redução do aquecimento em diferentes escalas espaciais (ALAMGIR et al., 2016; DE GROOT et al., 2010). As altas taxas de evapotranspiração desses ecossistemas auxiliam na redução da temperatura e no aumento da precipitação, proporcionando diferentes condições microclimáticas e microhabitats para diversos grupos biológicos (CORDEIRO; SOUZA; MENDONZA, 2008). Além disso, há materiais derivados da biomassa florestal, como madeiras, fibras e combustíveis, os quais também são considerados serviços finais fornecidos pela PP (MACE; NORRIS; FITTER, 2012).

De qualquer forma, muitos serviços são relacionados à PP e apresentam ligações indiretas e indispensáveis à manutenção de comunidades vegetais e ao funcionamento dos ecossistemas (DE GROOT et al., 2010; DE GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002). Em nível ecossistêmico, a manutenção da fertilidade do solo e a ciclagem de nutrientes são a base do crescimento florestal e da produtividade (COSTANZA et al., 2007). Nesse sentido, podem ser observadas relações positivas entre a vegetação e a proteção contra a erosão do solo, uma das atividades mais consideráveis quando aspectos estruturais do ecossistema são levados em conta (LAL, 2014). A proteção contra a erosão dos solos que é fornecida pelas florestas é um serviço importante dos ecossistemas por dois motivos. Primeiro, o sistema radicular é fundamental à estabilidade do solo, enquanto a matéria orgânica (e.g. folhas e galhos) impede sua compactação pela água das chuvas (BARTENS et al., 2008). De maneira igualmente interessante, a vegetação impede a erosão em áreas próximas às encostas, além de contribuir com os processos de sedimentação do solo (DE GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002). Indiscutivelmente a PP é um serviço intermediário indispensável à manutenção na vida na Terra, mas, por trás desse fluxo de serviços fornecidos pelas florestas, existe a necessidade de condições ambientais adequadas em troca da manutenção de altos níveis de produtividade.

No geral, o ganho de carbono fotossintético nos ecossistemas é controlado por fatores fisiológicos, como a disponibilidade de luz e água, e ambientais, como oferta de nutrientes, que operam em distintas escalas de tempo alterando a disponibilidade de recursos (CHAPIN; MATSON; VITOUSEK, 2011a). Muitas vezes, a obtenção de um recurso gera demandas que podem custar o crescimento vegetal e, consequentemente, provoca alterações na produtividade que podem ser percebidas em diferentes escalas de tempo (FIELD; RANDERSON; MALMSTRÖM, 1995). Em curtos intervalos de tempo, recursos fundamentais, como luz e água, são os principais controles fisiológicos que moderam o ganho de carbono fotossintético e o crescimento vegetal (FRIEND et al., 2014). Em ocasiões em que a luz é o recurso mais limitante, as folhas ajustam a condutância estomática e a capacidade fotossintética para maximizar o ganho de carbono em ambientes com diferentes disponibilidades de luz (CHAPIN; EVINER, 2014). No entanto, quando a água é o principal fator na determinação da fotossíntese, as plantas aumentam a eficiência no uso da água e reduzem as perdas hídricas (CRAMER et al., 2011; WARING; RUNNING, 1994) ou produzem hormônios que inibem o crescimento e a fotossíntese enquanto as condições ainda são hostis (DAVIES; ZHANG, 1991; NGUYEN et al., 2016).

Por outro lado, durante maiores espaços de tempo, plantas de ambientes com baixa disponibilidade de recursos enfrentam demandas conflitantes entre a absorção de carboidratos e nutrientes necessários para a produção de hormônios e o crescimento (WU et al., 2017). Como estratégia alternativa, as plantas ajustam sua área foliar e capacidade fotossintética que, em associação com o aporte de nutrientes do solo, são responsáveis por grande parte da entrada de carbono nos ecossistemas tropicais (CHAPIN; EVINER, 2014; CLEVELAND et al., 2011; NEPSTAD, 2002). De maneira geral, têm-se assumido que os controles que influenciam a taxa de crescimento, aliados aos nutrientes disponíveis no solo, irão determinar a expansão foliar e capacidade fotossintética e, consequentemente, a entrada de carbono anual na PP em escalas de tempo mais amplas (CHAPIN; MATSON; MOONEY, 2002; FIELD; RANDERSON; MALMSTRÖM, 1995). Lewis et al. (2004) explicam que, quando a disponibilidade de nutrientes é favorável, são esperados aumentos no ganho de carbono, acréscimos nas taxas fotossintéticas e incremento na biomassa florestal, o que implica em mudanças positivas sobre a PP dos ecossistemas.

Se por um lado os controles fisiológicos e ambientais implicam em restrições no crescimento vegetal, por outro, os controles climáticos em escalas globais determinam as diferenças na PP dos ecossistemas. Em florestas tropicais, por exemplo, os fatores mais limitantes para a PP são a disponibilidade de nutrientes no solo e a precipitação (HEISLER-WHITE; KNAPP; KELLY, 2008; LEBAUER; TRESEDER, 2008). A PP associada à estrutura da vegetação e aos recursos abaixo do solo tende a apresentar valores máximos em níveis intermediários de precipitação (CHAPIN; MATSON; VITOUSEK, 2011a; SCHUUR; MATSON, 2001). Isso ocorre em função do aporte de nutrientes no solo, uma vez que valores muito altos de precipitação poderiam provocar processos de lixiviação e alterações nas taxas de decomposição de matéria orgânica, e naturalmente, a perda de nutrientes essenciais para a produtividade (SCHUUR; MATSON, 2001).

As características climáticas de um ecossistema ainda podem ampliar as informações sobre as condições edáficas quando a tipologia vegetal é considerada. Essas características ajudam a prever os efeitos das condições do solo sobre processos fisiológicos e a PP (BATJES, 1996). Por outro lado, a influência do clima não fornece subsídios sobre as características do solo em ambientes submetidos aos efeitos de manejo agrícola. A fragmentação florestal por cultivos agrícolas tem sido retratada em muitos estudos como um importante controle da PP por vários motivos (CRAVEN et al., 2016). Alguns deles estão relacionados às alterações dos controles ambientais (i.e. temperatura, precipitação e aporte de nutrientes) (DEL GROSSO et al., 2008b; FIELD; RANDERSON; MALMSTRÖM, 1995; LEBAUER; TRESEDER, 2008). Outros descrevem os efeitos altamente deletérios na composição de plantas dos fragmentos remanescentes (LÔBO et al., 2011) e as consequências da estruturação de florestas secundárias nas alterações do funcionamento do ecossistema (COJOC et al., 2016; GRACE et al., 2016).

Nesse sentido, a perda da diversidade de espécies é outro fator que traz implicações importantes sobre a PP em ecossistemas florestais perturbados (RUIZ-BENITO et al., 2014; TILMAN et al., 1997). Há mais de um século, Darwin havia proposto que a diversidade de espécies teria uma relação particularmente importante na produtividade dos ecossistemas através da divisão de funções entre as espécies (CARDINALE et al., 2011). E, atualmente, algumas hipóteses sugerem que esse efeito pode estar relacionado à assembleia de espécies e seu desempenho individual para a produtividade, já outras retratam sobre as relações entre fatores bióticos e abióticos como as condições de luz, nutrientes, escala espacial e taxas de crescimento associadas aos gradientes de riqueza das espécies (FLOMBAUM; SALA, 2008; HABERL et al., 2004; NAEEM et al., 1996). De qualquer forma, quando um ambiente apresenta diversos grupos funcionais desempenhando o mesmo papel no ambiente, mesmo com perturbações, o ambiente pode ser menos impactado por causa da redundância dentro de grupos funcionais (TSCHARNTKE et al., 2012). Similarmente, a hipótese da relação de biomassa prevê que a extensão em que os traços das espécies afetam as propriedades do ecossistema estão associadas ao número, abundância relativa e identidade das espécies do ambiente (GRIME, 1998). Naturalmente, o funcionamento do ecossistema é determinando na maior parte pelo o peso dos traços das espécies dominantes para a biomassa vegetal (LAVOREL; GARNIER, 2002).

No entanto, em ambientes fragmentados, a pressão da agricultura, muitas vezes, é a principal força que leva à homogeneização da floresta (ARROYO-RODRÍGUEZ et al., 2013; LÔBO et al., 2011), conduzindo a perdas graduais na diversidade que, consequentemente, podem causar déficits nos níveis da PP local e no funcionamento do ecossistema. Essas perdas devem ocorrer através da substituição de árvores de alta densidade de madeira e de crescimento antigo, por espécies próprias de estágios de sucessão secundária, como por exemplo, lianas e espécies pioneiras com ciclo de vida curto (MELITO; METZGER; DE OLIVEIRA, 2017; SANTOS et al., 2008; TABARELLI; PERES; MELO, 2012b). Invariavelmente, essas substituições alteram a biomassa vegetal, uma vez que as espécies pioneiras e com baixa densidade de madeira não conseguem repor a biomassa perdida por espécies de crescimento tardio, o que pode ocasionar consequências sérias sobre a biomassa vegetal e sobre a PP (MELITO; METZGER; DE OLIVEIRA, 2017).

Futuramente, a transformação da floresta em cultivos agrícolas deve modificar a capacidade na prestação de serviços ambientais (LAURANCE; SAYER; CASSMAN, 2014), como a PP. Em serviços finais como o sequestro de carbono, estima-se que florestas tropicais sejam responsáveis por cerca da metade da absorção do carbono global (PAN et al., 2011). Um papel crucial na mitigação dos gases do efeito estufa quando outros ecossistemas são comparados (LAURANCE et al., 2018). No entanto, tendo em vista como as consequências das mudanças no uso da terra têm impulsionado perdas líquidas de C em regiões tropicais em decorrência da eliminação de florestas para agricultura, pastagens e extração de madeira, essas alterações devem repercutir como uma das forças mais prejudiciais sobres os ecossistemas em um futuro próximo. Por diversas vezes, essas ações têm ocorrido para a maximização de serviços agrícolas enquanto serviços florestais são deteriorados (LAURANCE; SAYER; CASSMAN, 2014; TILMAN et al., 2002). Isso remete a necessidade de planejamento e gestão territorial mais eficientes que permitam uma utilização sustentável dos serviços das florestas tropicais (LAURANCE; SAYER; CASSMAN, 2014). Logo, é indispensável entender como a reestruturação da paisagem pode moldar a PP. Além disso, é necessário avaliar até que ponto a segurança alimentar e energética gerada pelos cultivos agrícolas compensam os prejuízos no funcionamento e na provisão de serviços ecossistêmicos.

2.2 FLORESTA ATLÂNTICA: CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO AGRÍCOLA NA ESTRUTURA DA PAISAGEM

Ao deslumbrar a Floresta Atlântica em 1500, Caminha a descreve com tamanho entusiasmo de quem acabara de encontrar o paraíso: “tal era a sua formosura, arvoredo, infinitude, altivez que fazia perder as vistas” (HOLANDA, 2010). Originalmente, a Floresta Atlântica era submetida a diferentes contextos ambientais e cobria uma área de aproximadamente 150 milhões de hectares, integrando uma das maiores florestas tropicais das Américas (METZGER, 2009). Rapidamente, o deslumbre inicial do “Novo Mundo” não foi suficiente para evitar a exploração constante de diversos animais e árvores como o Pau Brasil, uma das primeiras espécies vegetais que deram início à grande retirada de madeira da “Terra Brasilis” (COLONELLI, 2009). A partir disso a Floresta Atlântica foi submetida ao saque de suas árvores, o que deu espaço a maior de todas as “descobertas”: seus solos poderiam abrigar diversos tipos de culturas agrícolas que pareciam ser tão rentáveis quanto os demais recursos naturais da floresta. Café, trigo e pastagens foram algumas das principais práticas agrícolas implementadas (COLONELLI, 2009). Mas, posteriormente, com a queda dessas culturas, a cana de açúcar provou ser a maior fonte de economia e de devastação desse ecossistema.

Séculos mais tarde, com a chegada do Proálcool em 1975, através do decreto n. 76.593, com as promessas de uma cultura promissora, sustentável e limpa, a cana de açúcar foi estabelecida como a principal cultura energética para substituir os combustíveis derivados do petróleo (CORTEZ, 2016). O histórico dessa energia “limpa” foi vivenciado por períodos intermitentes que permaneceram estáveis durante uma década, mas que foram suprimidos em 1990 com a desregulamentação do setor sucroalcooleiro. Novamente, durante três anos, período que compreende os anos de 2003 a 2005, a implementação do etanol como biocombustível trouxe de volta a cana de açúcar e com ela uma nova fase marcada pela mecanização da colheita e pelo aumento da atenção com as mudanças climáticas (CORTEZ, 2016; GALDOS et al., 2013).

De fato, o Proálcool trouxe consideráveis ganhos tecnológicos e econômicos ao país, mas, ambientalmente, os resultados dos avanços no setor sucroalcooleiro tornaram-se uns dos maiores desafios na tentativa de unir práticas agrícolas sustentáveis à conservação florestal (ZAMBERLAN et al., 2014). Por trás da “filosofia” de uma possível fonte de mitigação dos gases do efeito estufa, os cultivos de cana de açúcar enfrentam diversos paradoxos que vão, desde a utilização de pesticidas e fertilizantes, até a própria emissão de gases durante a queima, uma vez que em muitos cultivos até hoje se utilizam queimadas na pré-colheita. Apesar de ser considerada uma fonte de energia limpa, a cana de açúcar não é necessariamente uma cultura sustentável (DUARTE et al., 2015).

Os problemas ambientais causados por cultivos agrícolas podem ser percebidos basicamente em todas as fases do manejo. Em monoculturas de cana de açúcar, por exemplo, durante fase de plantio, a utilização de fertilizantes e pesticidas para a extensão e garantia da produção, podem levar ao acúmulo de metais pesados e à contaminação do solo (CONCEIÇÃO; BONOTTO, 2005; MARULL et al., 2017). Atualmente, têm-se reconhecido os agravantes causados por pesticidas de uso comum, como os neonicotinoides, que representam riscos substanciais tanto para abelhas comuns, como para as selvagens (WOODCOCK et al., 2017). Alterações nos sistemas de polinização podem causar efeitos drásticos tanto no setor socioeconômico, com a contaminação de alimentos, como no funcionamento dos ecossistemas, através da contaminação de pólen e néctar e da criação de déficits na manutenção de diversos processos ecossistêmicos, inclusive nos serviços críticos de polinização das próprias lavouras (MCART et al., 2017; NASREDDINE; PARENT-MASSIN, 2002; SIMON-DELSO et al., 2017).

Outro fato preocupante sobre os pesticidas utilizados durante o estágio de crescimento das lavouras são os impactos causados em áreas próximas aos cultivos agrícolas. Esses efeitos podem ser agravados pela irrigação e pelos processos de lixiviação, os quais promovem a salinização, a contaminação de lençóis freáticos e alterações dos fluxos hídricos e das características químicas e físicas do solo (FOLEY, 2005a; KIBBLEWHITE; RITZ; SWIFT, 2008; LIBUTTI; MONTELEONE, 2017; YEN; LIN; WANG, 2000). Outro paradoxo são as queimadas durante a pré-colheita, uma vez que essa prática ainda é bastante comum em várias regiões do Brasil, incluindo o Nordeste (RIBEIRO, 2008). A queima da folhagem e da matéria orgânica do solo é considerada uma das principais fontes emissoras de gases na atmosfera (FEARNSIDE, 2018; FEARNSIDE et al., 2009; GEORGESCU; LOBELL; FIELD, 2009). Além disso, os resíduos lançados pelas queimadas causam impactos negativos na qualidade do ar e aumentam as chances de aparecimento de diversas doenças respiratórias nas populações próximas aos canaviais (LE BLOND et al., 2017; RIBEIRO, 2008).

É notória a importância das práticas de usos da terra, uma vez que fornecem recursos para o abastecimento de alimentos, fibras e combustíveis (VINET; ZHEDANOV, 2011). Por outro lado, a perda de hábitat causada por cultivos agrícolas pode trazer prejuízos sem precedentes aos ecossistemas (RANTA et al., 1998a). A "formosura" da Floresta Atlântica, retratada anteriormente por Caminha, apesar de ainda ser bastante fascinante, atualmente encontra-se reduzida a pequenos fragmentos cada vez mais ameaçados e incertos para a manutenção de serviços ecossistêmicos e uma grande variedade de grupos biológicos (HADDAD et al., 2015; RIBEIRO et al., 2009). As consequências da fragmentação florestal, em geral, são paisagens formadas por remanescentes de vegetação nativa, embebidas por uma matriz agrícola ou outro tipo de uso da terra (SAUNDERS; HOBBA; MARGULES, 1991). Comumente, essas paisagens tendem a se tornar matrizes inóspitas manejadas por humanos, onde a pressão de diversos efeitos deletérios, como a interrupção da conectividade biológica e o isolamento de fragmentos utilizados como hábitat se tornam cada vez mais frequentes (LAURANCE et al., 2002; SANTOS et al., 2008; SAUNDERS; HOBBA; MARGULES, 1991).

Na maior parte das vezes, a "involução" da fragmentação florestal sobre as paisagens se inicia com a criação de bordas florestais e se intensifica conforme ocorre a perda de habitat e da conectividade entre os fragmentos remanescentes (FAHRIG, 2003). Os efeitos da criação de bordas incluem alterações microclimáticas como a redução da umidade, aumento da luz e maior variabilidade da temperatura, as quais podem penetrar até 60 m nos interiores das manchas de habitat (HARPER et al., 2005; KAPOS et al., 1989). Como efeitos primários da criação de bordas são esperados danos na vegetação e no solo através de mudanças na evapotranspiração e aderência de nutrientes no solo. Essas alterações promovem a dessecação do habitat e afetam negativamente a estrutura florestal, incluindo a cobertura do dossel, área foliar, densidade de madeira e biomassa vegetal. Posteriormente, efeitos secundários causam mudanças na regeneração e mortalidade de árvores, alimentando ainda mais as perdas de espécies de floresta madura e de alta biomassa (HARPER et al., 2005; LAURANCE et al., 2002).

Em contrapartida, espécies pioneiras e de baixa densidade de madeira são beneficiadas e dão início ao processo de sucessão secundária (TABARELLI; LOPES; PERES, 2008). A partir desse ponto, as paisagens que antes eram formadas por espécies de crescimento tardio dão espaço aos grupos de crescimento rápido e ao colapso da biomassa (LAURANCE et al., 2002; PIMM, 1998). Conforme os processos de sucessão retrogressiva e o colapso de biomassa avançam, o desmonte de assembleias de árvores nas bordas florestais promove a simplificação da vegetação e domínio de espécies pioneiras. Futuramente, a simplificação da paisagem será uma das principais forças no empobrecimento de espécies e homogeneização regional da vegetação (LÔBO et al., 2011; SANTOS et al., 2008; TABARELLI; LOPES; PERES, 2008). As consequências da simplificação da vegetação são florestas ralas, com prováveis déficits no funcionamento ecológico e com rupturas da provisão de serviços ecossistêmicos em paisagens totalmente alteradas estruturalmente (LAURANCE et al., 2002).

Atualmente, vários estudos têm demonstrado que a estrutura da paisagem é uma característica potencial na forma com que o funcionamento e a provisão de serviços dos ecossistemas são moldados (TSCHARNTKE et al., 2012). Paisagens tropicais modificadas por ações humanas são reconhecidas por suas estruturas altamente heterogêneas e amplas variações em termos de composição e configuração espacial (FAHRIG, 2003). Enquanto a composição se refere aos tipos e proporções de diferentes usos da terra inseridos na paisagem (e.g. quantidade de cobertura florestal ou outro tipo de uso da terra), a configuração está relacionada ao arranjo espacial desses tipos de uso (e.g. número de fragmentos florestais e densidade de borda) (DUNNING; DANIELSON; PULLIAM, 1992). Por outro lado, apesar dessas medidas já serem antigas conhecidas na ecologia de paisagens, os meios nos quais a estrutura da paisagem influencia a provisão dos serviços dos ecossistemas têm apresentado resultados contrastantes ao longo dos estudos (FAHRIG, 2003; FAHRIG et al., 2011; MITCHELL et al., 2015; TSCHARNTKE et al., 2012; TURNER; DONATO; ROMME, 2013).

Para diversos serviços ecossistêmicos como sequestro de carbono (LAURANCE et al., 2011), polinização (RICKETTS et al., 2008) e, incluindo vários grupos biológicos como aves (CARRARA et al., 2015; DE CAMARGO; BOUCHER-LALONDE; CURRIE, 2018), morcegos (ARROYO-RODRÍGUEZ et al., 2016) e besouros (SÁNCHEZ-DE-JESÚS et al., 2016), as medidas de composição (e.g. perda de habitat) têm se mostrado relativamente mais limitantes e menos variáveis quando comparadas às medidas de configuração da paisagem (FAHRIG, 2003). De fato, a forma particular em que o habitat de cada paisagem é moldado após os processos fragmentação, assim como sua localização específica (RICKETTS et al., 2008) e diferentes efeitos de borda (LAURANCE et al., 2007; RIES; SISK, 2004), sugerem que a configuração espacial pode apresentar efeitos altamente variáveis (i.e. negativos, positivos ou neutros) no tempo e no espaço (FAHRIG, 2003; LAURANCE et al., 2007). Obviamente, as influências da composição e configuração da paisagem sobre os serviços dos ecossistemas devem ocorrer por vários motivos.

Dentre as medidas de composição, a perda de habitat tem surgido como uma das principais ameaças aos serviços ecossistêmicos (FAHRIG, 2003, 2013). Em regiões de habitat contínuo a prestação de serviços pode ser mais elevada por diversas causas: fragmentos maiores são menos impactados por eventos de perturbação crônica (CHAPMAN; PERES, 2001), os quais conseguem manter maiores populações e com baixas probabilidades de extinção (HANSKI, 1998; JOERN; LINDENMAYER, 2007), uma vez que possuem maior disponibilidade de recursos. Conjuntamente, esses fatores podem significar a persistência de fluxos bióticos e abióticos, cruciais para o funcionamento do ecossistema e prestação de serviços como o estoque de carbono (MAGNAGO et al., 2017). Tradicionalmente, desde a teoria de biogeografia de ilhas (MACARTHUR; WILSON, 1988), têm se reconhecido que a riqueza de vários grupos taxonômicos é proporcional à quantidade de habitat nas paisagens, como visto para plantas (PIESSENS et al., 2004), aves (CARRARA et al., 2015) e mamíferos (GARMENDIA et al., 2013). Embora as relações entre espécie-área sejam, teoricamente, aplicadas na análise entre manchas florestais e riqueza de espécies, esse discurso é bastante antigo e pode contribuir para a compreensão de como a quantidade de habitat pode influenciar os processos e a provisão de serviços dos ecossistemas (MATTHEWS; COTTEE-JONES; WHITTAKER, 2014).

Mas, se por um lado, os efeitos da composição da paisagem sobre a provisão de serviços estão, principalmente, relacionados à perda de habitat, por outro, várias causas podem explicar as flutuações dos efeitos da configuração da paisagem (FAHRIG, 2003). Em relação aos efeitos de borda, no geral, espera-se que seus efeitos deletérios sejam mais fracos e menos penetrantes em fragmentos com maiores proporções de habitat e área de núcleo (EWERS; DIDHAM, 2007; MURCIA, 1995). Isto porque paisagens com maior área de interior capturam menos as alterações microclimáticas dos efeitos de borda, que poderiam ser ainda mais amplos em fragmentos com menor área de núcleo (MAGNAGO et al., 2017). Da mesma forma, a idade das bordas também pode ser um fator importante na magnitude dos seus efeitos (KAPOS et al., 1989; LAURANCE et al., 2007). Ao longo do tempo, é de se esperar que a mortalidade de árvores diminua, principalmente, porque as bordas são fechadas por espécies tolerantes e porque as diferenças microclimáticas entre interior e borda de fragmentos são minimizadas (LAURANCE et al., 2007).

Em contraste, fragmentos menores e com formas mais complexas são mais impactados pelos efeitos de borda, pelo fato de que o estabelecimento de espécies pioneiras e de madeiras de baixa densidade reduzem a biomassa e a estratificação vegetal (CHAPLIN-KRAMER et al., 2015; LAURANCE et al., 2002; MELITO; METZGER; DE OLIVEIRA, 2017), o que pode influenciar diretamente nos serviços finais derivados da PP como o estoque de carbono (BRINCK et al., 2017; MAGNAGO et al., 2017). Outro efeito negativo são as secas periódicas que podem aumentar a variabilidade dos efeitos da criação de bordas, dada a inerente vulnerabilidade das florestas tropicais à dessecação. Na Amazônia, onde secas foram causadas por oscilações do El Niño, a criação de bordas florestais estendeu seus efeitos causando a mortalidade de árvores em resposta das alterações nas condições microclimáticas (KAPOS et al., 1989; LAURANCE et al., 2007). De toda forma, essas alterações podem ser ainda mais severas, quando reduzem a qualidade e a quantidade de matéria orgânica no solo e a biomassa aérea e subterrânea, repercutindo na redução de cerca da metade da quantidade do carbono florestal (MA et al., 2017). Possivelmente, todas essas variações surgirão com efeitos em cascata, nas quais são esperadas alterações no fluxo de serviços dos ecossistemas, muitas vezes, com efeitos integrados entre a perda de habitat e a proliferação de bordas (MELITO; METZGER; DE OLIVEIRA, 2017).

No que diz respeito ao efeito da fragmentação *per se* (i.e. número de fragmentos), estudos realizados em florestas tropicais e temperadas, indicam que efeitos negativos em relação ao aumento no número de manchas podem estar relacionados à perda da conectividade e ao isolamento entre fragmentos na paisagem (HADDAD et al., 2015, 2017). Nessas circunstâncias, a redução da conectividade entre os fragmentos remanescentes pode resultar na limitação do movimento de dispersores de sementes e no aumento da densidade de predadores. Tais eventos podem conduzir ao declínio de serviços que dependam diretamente de organismos móveis (e.g. polinização e regulação de pragas) (KREMEN et al., 2007; LAURANCE et al., 2002; MENDES; RIBEIRO; GALETTI, 2015). Por outro lado, quando o aumento da fragmentação resulta em efeitos positivos, é esperado que os mesmos estejam ligados desde a criação e expansão de subpopulações e persistência de espécies nas paisagens mais fragmentadas (HANSKI, 1998), à redução do isolamento entre manchas florestais e acesso aos recursos localizados nas bordas (DUNNING; DANIELSON; PULLIAM, 1992).

Quanto aos efeitos neutros da configuração da paisagem, vários estudos demonstram que, quando a qualidade da matriz adjacente aos fragmentos florestais é considerada, os impactos da fragmentação sobre o funcionamento e prestação de serviços podem ser amortecidos (TSCHARNTKE et al., 2005, 2012). A natureza da matriz determina o quanto impede ou facilita a dispersão de organismos entre as manchas de habitat (CRONIN, 2007). Basicamente, as matrizes de paisagens tropicais modificadas através de ações humanas podem variar desde as mais complexas estruturalmente (e.g. sistemas agroflorestais e florestas secundárias), até as mais simples (e.g. monoculturas) (TSCHARNTKE et al., 2007). Teoricamente, vários serviços como polinização, controle de pragas e dispersão de sementes podem ser mantidos em paisagens com matrizes de alta qualidade (EKROOS et al., 2015; THIES; TSCHARNTKE, 1999). Uma razão para isso é que, muitas vezes, os organismos de paisagens fragmentadas podem explorar recursos que estão espalhados nas manchas de habitat. Paisagens compostas por matrizes complexas podem manter o movimento de polinizadores e dispersores entre manchas não adequadas para habitat, desde que a matriz tenha recursos complementares ou suplementares fora do habitat (DUNNING; DANIELSON; PULLIAM, 1992).

Por outro lado, paisagens com matrizes homogêneas, como monoculturas de cana de açúcar, são caracterizadas pela baixa capacidade de prestação de serviços (TAKI et al., 2011). Uma resposta relacionada é que os efeitos da configuração da paisagem podem ser mais penetrantes em virtude da dureza da matriz e seus efeitos altamente hostis para o movimento de organismos entre as manchas de habitat mais isoladas, além das grandes diferenças de microclima (PINTO et al., 2010; TSCHARNTKE et al., 2005, 2012). Naturalmente, essas características podem custar a permanência de grupos taxonômicos necessários para a continuidade da prestação de serviços. No caso da PP, isso pode significar muito já que para ser mantida funcionalmente necessita, principalmente, da continuidade da dispersão de sementes de árvores de floresta madura (CARDINALE et al., 2012; MAGNAGO et al., 2017; PRIMACK; MIAO, 1992).

Da mesma forma, os efeitos da simplificação da paisagem devem ser ainda mais impactantes quando alteram as características funcionais das plantas, as quais consistem em componentes-chave para funções do ecossistema (FALSTER et al., 2011; LAVOREL; GARNIER, 2002; TSCHARNTKE et al., 2012). Alterações em traços funcionais como altura média das plantas, cobertura de área foliar e densidade de biomassa podem ser considerados como os principais efeitos deletérios sobre a PP, uma vez que são os traços mais relevantes para produtividade de um ecossistema (FALSTER et al., 2011; GRIME, 1998). Normalmente, mudanças nos traços das plantas que afetam a produtividade tem consequências que se estendem além do ecossistema onde a planta ocorre e podem repercutir em grandes escalas (CHAPIN, 2003).

Além disso, conforme a matriz inóspita aumenta, a simplificação da vegetação exerce efeitos potencialmente prejudiciais diminuindo cada vez mais a heterogeneidade estrutural da paisagem. Paisagens mais heterogêneas têm maior capacidade de fornecer serviços e sustentar maior diversidade biológica do que paisagens mais simples estruturalmente, ainda que estas tenham a mesma quantidade de habitat daquelas mais complexas (TSCHARNTKE et al., 2012). No entanto, tem sido proposto que devem haver diferentes intensidades de perturbação (de baixo a médios), nos quais os distúrbios da perda e fragmentação de habitat não são suficientemente altos para provocar colapsos nos níveis de provisão de serviços e na biodiversidade (MELO et al., 2013). Basicamente, a capacidade de prestação de serviços da paisagem é caracterizada pela intensidade de distúrbios, dentro dos quais, até certo ponto, a perturbação pode aumentar sua provisão de serviços como biocombustíveis de madeiras.

Por outro lado, se expansão da agricultura, exige novos eventos de perda e fragmentação do habitat, essas paisagens tornam-se cada vez mais homogêneas pela predominância de grupos generalistas que irão provocar colapsos na variabilidade espacial de serviços ecossistêmicos e repercutir em estados irreversíveis de degradação ecológica (ARROYO-RODRÍGUEZ et al., 2013; LÔBO et al., 2011; MELO et al., 2013; TSCHARNTKE et al., 2012). A simplificação da paisagem, atualmente é reconhecida como uma das maiores forças associadas às perdas de serviços, essas perdas podem gerar efeitos em cascata para afetar múltiplos serviços da paisagem, como a polinização e o controle de pragas (MEEHAN et al., 2011). Futuramente, a simplificação de paisagens tropicais causada pela perda e fragmentação de hábitat, e em meio às pressões causas pelas demandas alimentares da população humana e seu crescimento exponencial (TILMAN, 2001), trarão obstáculos ainda mais ameaçadores para os ecossistemas, à medida que as demandas bioenergéticas aumentam e o provisionamento de serviços ecossistêmicos diminui

(MCDONALD et al., 2009; MITCHELL et al., 2015; RICKETTS et al., 2008; ROBERTSON et al., 2008).

Esses obstáculos incluem os efeitos da intensificação agrícola e suas inúmeras práticas invasivas sobre os ecossistemas que terão como resultado dramático o abandono de terras agrícolas e a criação de “novos ecossistemas”, os quais consistem em paisagens compostas por espécies invasoras e estado de conservação difícil ou irreversível (CRAMER; HOBBS; STANDISH, 2008; MURCIA et al., 2014). Basicamente, é um novo ambiente em grande escala com processos completamente modificados e ajustados às condições atuais de perturbação, tendendo-se a auto organizar e manter seus padrões que são novos e sem intervenção humana extensiva (HOBBS et al., 2006). Embora existam opiniões altamente divergentes sobre os novos ecossistemas (ARONSON et al., 2014; HOBBS; HIGGS; HARRIS, 2014; MURCIA et al., 2014), a remodelação da paisagem implica não somente em ecossistemas não resilientes, mas também na interrupção de serviços ecossistêmicos, uma vez que uma mudança no fluxo de um serviço pode desencadear várias pressões ecológicas (BENNETT; PETERSON; GORDON, 2009). Além disso, mesmo que houvessem formas eficazes de restauração, não existem certezas sobre quais espécies e características funcionais poderiam se adequar as novas condições biofísicas, exibir resiliência, manter a biodiversidade e fornecer serviços às pessoas (MAESTRE et al., 2012).

Como visto anteriormente, a produtividade pode ser influenciada por diversos controles, que, em geral, envolvem desde fatores fisiológicos e ambientais até a perda de traços funcionais das plantas. Em cenários atuais, onde as mudanças na estrutura da paisagem beneficiam espécies pobres em ganho de carbono (ARROYO-RODRÍGUEZ et al., 2013; HARPER et al., 2005; LÔBO et al., 2011) em detrimento de árvores tolerantes à sombra e com alta densidade de madeira, e que contribuem com os maiores ganhos de carbono e produtividade dos ecossistemas (ANDERSON-TEIXEIRA et al., 2016; MAGNAGO et al., 2017), não seria surpreendente esperar que essa reestruturação tivesse influencias sérias na PP.

Dadas as circunstâncias, é urgente entender os efeitos da agricultura de larga escala sobre a PP. Ainda que diversos estudos descrevam a influência da estruturação da paisagem sobre os serviços ecossistêmicos, a maioria se concentra nos serviços de polinização, controle biológico e biodiversidade (ALVARADO et al., 2017; ARROYO-RODRÍGUEZ et al., 2016; LAMY et al., 2016). Enquanto que os efeitos da reestruturação da paisagem promovidos pela agricultura de larga escala sobre a produtividade, raramente são revelados. Apesar das consequências da expansão agrícola sobre o funcionamento e prestação de serviços ecossistêmicos já serem esperados esses efeitos são até hoje mal compreendidos. Ao mesmo tempo, entender as modificações na estrutura da paisagem de antigas fronteiras agrícolas pode ser bastante útil para compreender os caminhos futuros em fronteiras mais recentes como a Amazônia.

3 LANDSCAPE PATTERNS OF PRIMARY PRODUCTION REVEAL AGRICULTURAL BENEFITS FROM FOREST CONSERVATION

Artigo submetido na revista Ecological Applications:

Ecological Applications - Article

Landscape patterns of primary production reveal agricultural benefits from forest conservation

Jakelyne S. B. Sousa[1], Maria G. Longo[2], Bráulio A. Santos[3]*

[1] Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, 50670-901, Recife, PE, Brazil

[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, 58051-900, João Pessoa, PB, Brazil

[3] Departamento de Sistemática e Ecologia, Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, 58051-900, João Pessoa, PB, Brazil

*correspondence author: braulio@dse.ufpb.br

Orcid: 0000-0001-6046-4024

Abstract

Primary Production (PP) is a fundamental ecosystem function that influences several ecosystem services, but little is known about how changes in landscape structure resulting from agricultural expansion affect forest and cropland production. We investigated the effect of landscape composition and configuration on the PP of forests and sugarcane crops in an old agriculture frontier of the Brazilian Atlantic forest. Using satellite images and a comprehensive dataset of vegetation indices, we sampled 120 landscapes of 1 km² during the rainy and dry seasons of 2011-2016. In each landscape we quantified the percentage of croplands (composition measure), density of forest edges, number of forest patches (configuration measures), and estimated the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) and the Enhanced Vegetation Index (EVI) of the remaining forest, croplands and the entire landscape. The NDVI and EVI of the entire landscape were negatively influenced by the percentage of croplands in both seasons and less affected by edge density and number of forest patches. When analyzing the NDVI of forests and croplands separately, both were negatively affected by the percentage of croplands, suggesting negative effects of cropland on forest production and positive effects of forest on sugarcane production – a synergy between conservation and production. The spatial variability of NDVI and EVI was not affected by landscape attributes. Our findings indicate that landscape composition (i.e. forest cover) is more important than spatial configuration in determining the PP of forest and sugarcane crops. Thus, to ensure productive forests and croplands in these old, heavily deforested agricultural frontiers, we should protect any forest remnant in the region and restore abandoned lands to increase landscape forest cover. We also recommend that large-scale sugarcane production in Brazil avoids forest fragmentation in forest-dominated landscapes and protects the remaining forest from fire during sugarcane harvesting. The potential synergy between conservation and production should guide future policies aimed at offsetting the environmental liabilities of this long-lasting, large-scale agricultural system.

Keywords: ecosystems service, forest biomass, habitat loss, habitat fragmentation, human-modified landscapes, landscape composition, landscape configuration, landscape structure

Introduction

Tropical forests have been widely converted into agricultural fields, causing habitat loss and fragmentation and reducing the provision of some ecosystems services such as climate regulation, biological control of pests and pollination (Birkhofer et al. 2018, Fearnside 2018, Laurance et al. 2014, Mcart et al. 2017). This global phenomenon modifies landscape composition and configuration and affects the remaining ecosystem in all levels of biological organization, including those ecosystem functions that directly or indirectly satisfy human needs (Fahrig et al. 2011, Tscharntke et al. 2012). While landscape composition refers to the percentage of area covered by different land uses, landscape configuration reflects the different spatial arrangement of land uses, such as the number of habitat patches and the density of edges within the landscape (Fahrig et al. 2011). Some ecosystem services may respond more strongly to landscape composition (Arroyo-Rodríguez et al. 2016, Carrara et al. 2015), others are more susceptible to changes in landscape configuration or respond to both (Lamy et al. 2016). Primary production (PP), an intermediary ecosystem service responsible for the provision of final services (i.e. food, fiber, biofuel), is amongst the most important ecosystem services in agricultural landscapes (Costanza et al. 2007). Nonetheless, to our knowledge, there is no study relating agricultural PP with landscape composition and configuration, especially in old agricultural frontiers. Understanding how PP of natural habitats and croplands responds to changes in landscape structure may help to identify synergies and trade-offs between food production and nature conservation.

When a forested landscape is partially converted to large-scale agriculture, the remaining forest is split into patches, forest edges are created elsewhere in the landscape and croplands becomes inhospitable to many forest-dependent organisms. These structural changes may increase precipitation in the landscape at the expense of forest moisture (Avissar and Liu 1996, Baidya and Avissar 2000, Chen and Avissar 1994). In a process known as vegetation breeze, the moist air is pulled away from forests into adjoining croplands and condenses into rain-producing clouds, then is recycled as dry air back over the forest (Cochrane and Laurance 2008). The vegetation-breeze phenomenon causes forest desiccation especially along the edges and imposes severe physiological constraints to trees, causing species loss and subtle biomass collapse as the recruitment of species that benefit from the new conditions does not surpass the mortality of sensitive species in the long run (Harper et al. 2005, Laurance et al. 2018). Such biotic and abiotic changes are likely to reduce the PP of agricultural landscapes with low forest cover, high edge density and elevated number of small (<10 ha), edge-dominated forest patches. The reduction should be even stronger during the dry seasons due to low water availability for photosynthesis and limited vegetation breeze.

The structural modifications may also reduce the spatial heterogeneity within and among the land uses that make up the landscape. In a simplistic view, the land uses of agricultural landscapes in tropical regions may be classified as forest or cropland, which are mutually dependent to each other and ultimately determine the PP of the entire landscape. Because forest loss and fragmentation favor the dispersal of a few disturbance-adapted tree species with limited capacity to store carbon (Chaplin-Kramer et al. 2015, Lôbo et al. 2011), the PP of forests is expected to be lower and spatially more homogeneous in cropland-dominated landscapes. The PP of croplands is also expected to be lower and more homogeneous in these landscapes because vegetation breeze weakens as forest is gradually eliminated (Cochrane and Laurance 2008) and planted cultivars vary little in terms of photosynthetic activity and productivity. However, agricultural landscapes actually encompass a continuum of landscape composition from forest-dominated to cropland-dominated landscapes with varying spatial configuration. In one extreme of the gradient there are totally forested landscapes that provide carbon storage, climate regulation and other ecosystem services but little food or biofuel; in the other extreme there are totally cultivated landscapes, which produce much food and biofuel at the expense of the other ecosystem services (Foley 2005). Assessing how the PP of croplands and forests respond to landscape composition and configuration helps to design possible solutions to reduce the environmental liabilities of large-scale food production (Haddad et al. 2015; Johnson et al. 2014; LAURANCE et al. 2014).

The Brazilian Atlantic Forest is one of the most threatened global biodiversity hotspots (Myers et al. 2000). More than 80% of its original cover have been occupied by cities, cut by roads, fragmented into almost 250,000 forest patches, but mainly replaced by vast agricultural fields (Ribeiro et al. 2009). Forest conversion for agriculture started in the 16th century following Portuguese colonization and intensified in the last decades of the 20th century (Colonelli 2009). As in many tropical regions, small-scale agriculture in the Atlantic Forest has been replaced by large-scale monocultures to address industrial requirements for considerable supplies of uniform and reliable products, largely ignoring the depletion of ecosystem services (Fearnside 2018, Ferreira et al. 2015, Foley et al. 2005, Power 2010). As much as agricultural intensification offers food and energy security, their costs have not compensated for potential losses in forest service capacity and even crop benefits (Laurance et al. 2014).

Although forest conservation plays a crucial role in the agricultural benefits (Power 2010, Ricketts et al. 2008, Tscharntke et al. 2005), this relationship has not been well understood. Vegetation indices derived from remote sensors have been widely used to study carbon uptake patterns among vegetation types at various spatial and temporal scales (Aragón and Oesterheld 2008, Guerschman et al. 2003, Huete et al. 2008, Paruelo et al. 2001, Shi et al.

2017), given their relatively low-cost data acquisition for a wide temporal and spatial range (Pettorelli et al. 2005). Despite this, we do not know any study describing landscape configuration effects on vegetation greenness or carbon gain. Landscape configuration is an important and immediate variable that changes with land use change. By describing the vegetation index patterns in landscapes with different configurations, we may uncover possible landscape configuration effects on PP not observed in previous studies.

In this work we assess the landscape patterns of PP in a 5,000-km^2 region of the Brazilian Atlantic Forest that is among the oldest frontiers of sugarcane plantation in the country (Ranta et al. 1998, Ribeiro et al. 2009). Using satellite images and a large, reliable dataset of vegetation indices (NDVI and EVI from 2011 to 2016), we sampled 120 landscapes of 1 km^2 within the region and test for the effect of the percentage of croplands, density of forest edges and number of forest patches on the PP of forests, croplands and the entire landscape. We also examined how these landscape metrics affect the spatial variability within croplands and the remaining forest and assessed the PP in rainy and dry seasons to evaluate how precipitation may mediate the impact of landscape attributes on production (Del Grosso et al. 2008).

Methods

Study region

Located in the Paraiba coast of Northeast Brazil, the study region covers 525,556 ha of the Pernambuco Endemism Center of the Brazilian Atlantic Forest (Fig. 1), which is a national priority for conservation (Ranta et al. 1998, Ribeiro et al. 2009). The region is covered by a mosaic of different vegetation types, including tropical rainforests, less humid forests and cerrado-like vegetation, locally called ‘*mata de tabuleiro*’ (Silva-Junior et al.

2018). The vegetation types grow on two predominant soil classes: latosols and argillosols, and in smaller proportions on neosols and spodosols (IBGE, 2008). Climate is warm and humid tropical (Koppen classification), with annual precipitation of 1800 mm approximately. Rainy season usually spans from March to August and dry season from September to February. The thermal amplitude is low, with maximum average temperature reaching 27.5ºC among the months of January and March and minimum average temperature of 24ºC in the months of June and July (Pereira et al. 2012).

The sugarcane monocultures were established in the coastal region of Paraiba a couple of centuries ago (Moreira and Targino 1997), but intensified in the 1970's owing to the National Alcohol Program (Pro-Álcool), whose main goal was to produce sugarcane at large scale to support the replacement of gasoline and other petroleum-based fuels by sugarcane-derived ethanol (Cortez 2016). The program accelerated deforestation and forest fragmentation at alarming rates and homogenized the agricultural landscapes with vast sugarcane crops. Currently, forest patches of up to 4,366 ha remains, but more than 95% are less than 45 ha and as in other parts of the Northeastern Atlantic Forest, forest patches are almost all, if not all, are dominated by secondary forests (Santos et al. 2008). This environmental liability has been underappreciated with the excuse that ethanol is a biofuel produced with environmental-friendly techniques (Cortez 2016). However, the use of fire is still allowed in sugarcane harvest in many Brazilian states; the sugarcane to be harvested is totally burnt to facilitate manual harvest, negatively impacting the soil and the forest-dependent biota that eventually supplements their habitat in adjoining croplands. In our study region, harvest usually begins in September and coincides with the dry season, while sugarcane growth usually takes place in the rainy season, if irrigation is not implemented.

Proxies of Primary Production

We used the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) and the Enhanced Vegetation Index (EVI) as proxies of PP. These indices are strongly correlated with various plant properties, including (1) amount of photosynthetic active radiation, (2) chlorophyll content, (3) leaf area, (4) amount of green biomass and (5) canopy structure (Huete 2011). Together, these properties provide an important measure of the vegetation photosynthetic capacity and, therefore, the primary production of the ecosystems (Huete et al. 2002, Pettorelli et al. 2005). While the NDVI is related to chlorophyll content, EVI is sensitive to variation in canopy structure, which includes leaf area index (LAI), plant physiognomy and canopy architecture (Gao et al. 2000). Therefore, the use of both indices confer robustness in pattern observation. Both indices vary from -1 to +1; values close to +1 are related to environments with high dense vegetation, elevated photosynthetic capacity and high production, while values close to zero indicate low production and are related to environments with little vegetation cover or naked soil (Pettorelli et al. 2005). Negative values usually indicate waterbodies.

Vegetation indices were obtained from the MODIS sensor (Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer), product MOD13Q1. This product provides a fine temporal resolution through the observation of the entire Earth’s surface every 1 to 2 days and vegetation indices at 16-day intervals with a spatial resolution of ~6.25ha. The 16-day composite data minimizes atmospheric and bidirectional reflectance distribution function (BRDF) influences (Huete et al. 2002).

Tropical regions are affected by cloudy condition all year long, therefore we thoroughly analyzed available data in the following way. For this region and for the period

2000-2016, we first filtered residual cloud and aerosol contamination based on the quality assurance (QA) flags and the mixed cloud, possible shadow and aerosol quality flag provided with the MOD13Q1 product. Then we selected those months that had more quantity of good quality data and were representative of vegetation seasonality, which were June-July for the rainy season and November-December for the dry season. In spite of using gap-filling data methods to cope with missing data, we preferred to maximize available good quality data for all landscapes, by pooling 6 years of vegetation indices (2011-2016, 6 years average) for the humid and the dry season. This allowed us to randomly sample 60 landscapes from a total of 356 that had at least 80% of the landscape (13 out of 16 pixels), without aerosol, clouds or shadow effect. About 75% of the landscapes were covered by 16 pixels (see Appendix S1 for more details on the stratified random sampling design we have used).

Landscape sampling

In each landscape, we measured the percentage of croplands – our metric of landscape composition – and two metrics of landscape configuration: density of forest edges and number of forest patches (Carrara et al. 2015). To estimate the edge density, we corrected eventual spatial errors in the file and converted it to raster format with a 5-m pixel resolution. We performed the calculation of edge density with QGIS and FRAGSTATS v4 and visually counted the number of forest patches in each landscape.

To estimate the PP of croplands and forests within each landscape, we were very conservative and selected only those pixels completely covered by the respective land use. This criterion avoided that a pixel dominated by sugarcane but with a small fraction of forest had its vegetation indices overestimated, as forests are presumed to be more productive than sugarcane crops. Similarly, it also avoided that a forest-dominated pixel with pieces of sugarcane crops had its indices underestimated. This procedure reduced the number of pixels from which the values of mean and coefficient of variation (CV) of land uses were calculated, but ensured confident comparisons across the gradient of landscape composition and configuration.

We used the mean value of NDVI and EVI as proxy of PP and their CV as proxy of spatial variability in PP. The greater the CV, the greater the spatial variability and functional heterogeneity of the land use. Landscapes with only one or no pixel of a given land use was not sampled for spatial variability because CV required at least two pixels to be calculated. Similarly, totally or very forested landscapes had one or no sugarcane pixel, thus we were unable to calculate the CV of their crops. The CV of forest and croplands were calculated from 22 and 27 landscapes during the rainy season and 25 and 29 landscapes during the dry season, respectively.

Data analyses

We performed generalized linear models to test for the effect of landscape metrics on the PP of the remaining forest, croplands and the entire landscape (Crawley 2007). All models had the percentage of croplands, density of forest edges and number of forest patches as explanatory variables. The mean value and the CV of the vegetation indices were set as response variables. We fitted the models with Gaussian distribution after verifying that the residuals of the response variables had normal distribution, visualized through the graphic analysis of the ‘qqnorm’ and ‘qqline’ functions of R software. Using the car package of R version 3.0.1, we calculated the variance inflation factor (VIF) to estimate the multicollinearity among the predictors. VIF > 4 indicates possible collinearity, whereas VIF > 10 indicates high collinearity (Kutner 2004). All VIF values were lower than 2 (ranging from 1.00 to 1.90 in rainy season and from 1.00 to 1.45 in dry season), indicating independence among the explanatory variables. In previous exploration of the data, we verified that soil type had no effect on PP and therefore did not include it as a covariable in the models. All analyzes were performed in R and JMP 8.0.

Results

During the rainy season, the increase in the percentage of croplands negatively affected the mean NDVI and EVI of the entire landscape and the mean NDVI of croplands and forest (Table 1, Fig. 2), indicating that in sugarcane-dominated landscapes both cropland and forest are less productive per unit of area than they are in forest-dominated landscapes. Density of forest edges and number of forest patches had no significant effect on any vegetation index, except for the NDVI of the forest, which decreased in more fragmented landscapes (Table 1, Fig. 2).

During the dry season, the pattern remained quite similar, i.e. the increase in the percentage of croplands negatively affected the mean NDVI and EVI of the entire landscape and the mean NDVI of the forest (Table 1, Fig. 3). However, the percentage of croplands did not affect the NDVI of croplands, indicating that during the dry season the sugarcane crops in forest-dominated landscapes are as productive as they are in sugarcane-dominated landscapes. In addition, during this season we also observed that the mean EVI of croplands increased with the increase in forest edge density, suggesting that landscapes with more forest edges favor sugarcane production.

Landscape metrics did not significantly affect the spatial variability in PP of croplands and forest at any season (Table 1). During the rainy season, the coefficient of variation (CV) varied from 0.5 to 19.1% in terms of forest NDVI, 1.6 to 23.0% in terms of forest EVI, 1.7 to 30.1% in terms of cropland NDVI, and 2.4 to 39.1% in terms of cropland EVI. During the dry season, a similar amplitude of variation in CV was observed for the four indices: 0.9-32.5%, 1.9-28.3%, 9.1-49.3%, and 5.7-36.7%, respectively. However, no one varied consistently with the percentage of croplands, density of forest edges and number of forest patches in the landscape (Table 1).

Discussion

Our results reveal that landscape composition is more important than spatial configuration in determining the PP of agricultural landscapes embedded in an old frontier of sugarcane plantation, as NDVI and EVI of the entire landscape were negatively influenced by the percentage of croplands in both seasons. Nonetheless, the increase in landscape fragmentation negatively affected the NDVI of the landscape, indicating that splitting the forest into many remnants is not beneficial to landscape production. When we analyzed the NDVI of croplands and forest separately, we also observed that both land uses responded more to landscape composition, even though the EVI of croplands had a positive relationship with density of forest edges during the dry season. Surprisingly, neither landscape composition nor configuration affected the spatial variability of cropland and forest production. These findings not only support the notion that landscape attributes mediate ecosystem functions and services (Nascimento and Laurance 2004, Magnago et al. 2017, Melito et al. 2017), but also point out that we should conserve as many forest remnants as we can in agricultural landscapes because croplands and forests themselves benefit from this environmental-friendly scenario.

Despite the scarcity of landscape-level studies in the Brazilian Atlantic Forest (Melito et al. 2017), there is plenty of evidence demonstrating that agricultural expansion has led to large-scale floristic simplification and biotic homogenization (Lôbo et al. 2011, Tabarelli et al. 2012). This is possibly a consequence of the re-arrangement of tree communities following biomass collapse and other edge-related changes (Tabarelli et al. 2008), in which pioneer, softwood trees dominate the landscapes at the expense of the hardwood, old-growth flora (Oliveira et al. 2008, Tabarelli et al. 2010). In Northeast Brazil, where sugarcane crops have replaced almost all forest cover (Ribeiro et al. 2009), the pioneer plants represent more than 80% of the floristic composition (Tabarelli et al. 2010). The spread of pioneer trees is paralleled by a persistent and substantial impoverishment of the large-tree stand, including the structural collapse of forest emergent layer (Oliveira et al. 2008). The growth rate of fast-growing pioneer trees is greater than late-successional shade-tolerant trees, but their shorter life cycle largely limits long-lasting biomass accumulation (Brienen et al. 2015, Santos et al. 2012). Altogether, the floristic and structural shifts in forest structure may explain why forest production is smaller in cropland-dominated than forest-dominated landscapes.

The reduction in forest production also took place in face of increased landscape fragmentation. Based on other studies in landscapes with a long history of disturbance, we suggest that this response is related to disruptions in ecological interactions, such as pollination and seed dispersal. Most late-successional tropical trees are highly dependent on large vertebrates or specialized insects for seed dispersal and pollination, which in turn influence their demography, define their rates of reproduction and immigration, and ultimately their contribution to forest biomass (Galetti and Dirzo 2013, Lopes et al. 2009, Peres et al. 2016). In this regard, the increase in forest fragmentation may have reduced seed output due to pollination failure and prevent the seeds to arrive at safe sites and establish as new trees (Costa et al. 2012). It has been observed that low diversity in tropical forests reduces carbon storage (Poorter et al. 2015). In our study region, most forest patches have less than 45 ha and are kilometers apart from each other, exacerbating dispersal failures of late-successional species typical of more productive forests. During the dry season, these species reduce their chlorophyll content and photosynthetic activity due to water shortage (Malhi et al. 1998, Phillips et al. 2009), possibly reducing the PP of less fragmented landscapes and hindering the effect of landscape fragmentation on forest PP.

A promising result from our analyses was the increased production of croplands in forest-dominated landscapes, demonstrating a potential synergy between sugarcane production and forest conservation. Although not novel in the literature (Garibaldi et al. 2013, Kennedy et al. 2013, Zhang et al. 2007), this synergy had not been yet described for large-scale sugarcane plantations in the Brazilian Atlantic Forest. The main evidence arose from the cropland NDVI during the rainy season, which increased in more forested landscapes. The underlying mechanism is likely to be the vegetation breeze (Cochrane and Laurance 2008; Pinto et al. 2010), as the more forest in the landscape, the greater the capacity of storing water from the rainfall and ameliorate conditions in adjoining croplands. However, during the dry season, rainfall is not available at sufficient amounts and the sugarcane crops need to be irrigated to maintain high sucrose yields (Abreu et al. 2013, Carr and Knox 2011, Inman-Bamber and Smith 2005). This artificial supply of water into the system possibly replaces the vegetation-breeze service provided by the forest in the preceding rainy season, making sugarcane crops of forest-dominated landscapes as productive during periods of water scarcity as crops in cropland-dominated landscapes (Silva et al. 2007).

However, some croplands keep being positively affected by the forest during the dry season, but uniquely in landscapes with greater forest edge density. This metric of configuration does not vary linearly with the amount of forest in the landscape, being maximum in landscapes with intermediate amount of habitat and minimum at 0% or 100% of forest cover (Fahrig 2003). In landscapes with intermediate forest cover, more irregular forest patches also contribute to increment the density of forest edges. This is the case of most forest patches in our region (Ranta et al. 1998), which are very irregular in shape and somehow may supplement the benefits provided by the irrigation during the dry season (Cochrane and Laurance 2008, Laurance et al. 2007), possibly explaining the positive relationship between cropland EVI and density of forest edges. The mechanism behind this supplementation is uncertain yet, given that the vegetation breeze is unlikely to take place in the dry season, thus further studies are needed to elucidate this phenomenon. Importantly, our finding does not imply that creating forest edges will increase crop production, because under field conditions there is no way to create forest edges without losing forest cover and changing landscape composition (Fahrig 2003).

Finally, we expected that the spatial variability of NDVI and EVI would reduce in landscapes with greater proportions of croplands, since forest loss leads to floristic homogenization (Lôbo et al. 2011) and production of larger crops are leveled at the top anywhere in the landscape (Vieira et al. 2012). However, the coefficient of variation in NDVI and EVI of croplands and forest did not vary with any metric of landscape composition and configuration in both seasons. This suggests that the photosynthetic activity of forests is as spatially variable in cropland-dominated landscapes as it is in more forested landscapes. Regarding sugarcane production, this finding suggests that yields take place irrespective to forest cover and spatial arrangement of land uses in the landscape, maintaining the spatial variability of PP regardless landscape modification.

A previous study in the Brazilian Atlantic Forest shows that although disturbed forests host about half of the tree species they could support, they may be similar or even more divergent in functional and taxonomic terms than conserved forests (Sfair et al. 2016). We believe that this also holds for forest production, which is overall reduced with agricultural expansion over the landscape, but the spatial variation among remaining forest stands is not affected. The great range of values in the CV of cropland NDVI and EVI reflects differences in the stage of crop growth rather than differences in production among different varieties.

Caveats on interpretation and future research

Contrasting patterns have been observed on tropical forest greenness using remote spectral information (Huete et al. 2006, Morton et al. 2014). Although this technology still needs to go through evaluation and refinement (Dong et al. 2017) it is a readily confident tool to have a first insight on ecosystem functioning, especially in the Atlantic Forest of Northeast Brazil where no patterns of PP have been described at the landscape or regional scale. While future research should seek to adjust PP estimations at these spatial scales, our results helps to delineate a possible path that is logistically possible and could reduce uncertainties on remote sensing application for PP estimations. Sugarcane PP using biomass harvest methods are possible to carry out and should consider the spatial distribution of forest patches in order to evaluate the patterns observed in this work and, at the same time, contribute to adjust PP modeling derived from vegetation indices.

Consistent with other studies on landscape structure (Arroyo-Rodríguez et al. 2016, Carrara et al. 2015), our findings indicate that landscape composition is more important than landscape configuration in shaping the PP. Accordingly, we should conserve all forest remnants of the region to ensure the positive effects of forest on croplands. Unfortunately, we were unable to measure crop yield in situ to estimate how much forest is needed to achieve maximum yield at the 1-km^2 scale. However, we have enough information to recommend that sugarcane production in the region (1) avoids forest fragmentation of forest-dominated landscapes, (2) restores forests in cropland-dominated landscapes to increase forest cover, and (3) protects the remaining forest from fire during sugarcane harvesting. These actions should ultimately increase the yield per unit of area while conserving ecosystem functions.

Finally, our results also suggest that landscape-level analyses are needed to accurately assess the impact of agricultural expansion on ecosystem functions and services (Fahrig 2013, Carrara et al. 2015, Cong et al. 2016). Further studies should go deeper and better explore the synergy between sugarcane production and forest conservation, involving scientists, decision-makers and practitioners. Land-owners should also be part of such initiatives and share data on crop productivity. Other commodities, such as oil palm and soy, have increasingly replaced large tracts of tropical forests worldwide, with little concern with biodiversity losses and ecosystem degradation (Haddad et al. 2015, Johnson et al. 2014, Laurance et al. 2014). Whether these new agricultural frontiers will impair similar shifts in natural ecosystems remains to be known, but we encourage the replication of our study in other agricultural frontiers to assess the generality of the landscape patterns described here.

Acknowledgements

This work was supported by the Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) (grant number 88881.067975/2014-01 to MGL) and the Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) (grant number 310340/2016-0 to BAS and132065/2016-9 to JSBS). We are grateful to Kyle Roberto, José Alencar, Erik Melo and Juan Piñeiro for essential assistance in data management. Marcelo Tabarelli and Fredy Alvarado provided helpful comments on previous versions of the manuscript.

References

Abreu, M. L. de, M. de A. Silva, I. Teodoro, L. A. de Holanda, and G. D. Sampaio Neto. 2013. Crescimento e produtividade de cana-de-açúcar em função da disponibilidade hídrica dos Tabuleiros Costeiros de Alagoas. Bragantia 72:262–270.

Aragón, R., and M. Oesterheld. 2008. Linking vegetation heterogeneity and functional attributes of temperate grasslands through remote sensing. Applied Vegetation Science 11:117–130.

Arroyo-Rodríguez, V., C. Rojas, R. A. Saldaña-Vázquez, and K. E. Stoner. 2016. Landscape composition is more important than landscape configuration for phyllostomid bat assemblages in a fragmented biodiversity hotspot. Biological Conservation 198:84–92.

Avissar, R., and Y. Liu. 1996. Three-dimensional numerical study of shallow convective clouds and precipitation induced by land surface forcing. Journal of Geophysical Research: Atmospheres 101:7499–7518.

Baidya Roy, S., and R. Avissar. 2000. Scales of response of the convective boundary layer to land-surface heterogeneity. Geophysical Research Letters 27:533–536.

Birkhofer, K., G. K. S. Andersson, J. Bengtsson, R. Bommarco, J. Dänhardt, B. Ekbom, J.

Ekroos, T. Hahn, K. Hedlund, A. M. Jönsson, R. Lindborg, O. Olsson, R. Rader, A. Rusch, M. Stjernman, A. Williams, and H. G. Smith. 2018. Relationships between multiple biodiversity components and ecosystem services along a landscape complexity gradient. Biological Conservation 218:247–253.

Brienen, R. J. W., O. L. Phillips, T. R. Feldpausch, E. Gloor, T. R. Baker, J. Lloyd, G. Lopez-Gonzalez, A. Monteagudo-Mendoza, Y. Malhi, S. L. Lewis, R. Vásquez Martinez, M. Alexiades, E. Álvarez Dávila, P. Alvarez-Loayza, A. Andrade, L. E. O. C. Aragão, A. Araujo-Murakami, E. J. M. M. Arets, L. Arroyo, G. A. Aymard C., O. S. Bánki, C. Baraloto, J. Barroso, D. Bonal, R. G. A. Boot, J. L. C. Camargo, C. V. Castilho, V. Chama, K. J. Chao, J. Chave, J. A. Comiskey, F. Cornejo Valverde, L. da Costa, E. A. de Oliveira, A. Di Fiore, T. L. Erwin, S. Fauset, M. Forsthofer, D. R. Galbraith, E. S. Grahame, N. Groot, B. Hérault, N. Higuchi, E. N. Honorio Coronado, H. Keeling, T. J. Killeen, W. F. Laurance, S. Laurance, J. Licona, W. E. Magnussen, B. S. Marimon, B. H. Marimon-Junior, C. Mendoza, D. A. Neill, E. M. Nogueira, P. Núñez, N. C. Pallqui Camacho, A. Parada, G. Pardo-Molina, J. Peacock, M. Peña-Claros, G. C. Pickavance, N. C. A. Pitman, L. Poorter, A. Prieto, C. A. Quesada, F. Ramírez, H. Ramírez-Angulo, Z. Restrepo, A. Roopsind, A. Rudas, R. P. Salomão, M. Schwarz, N. Silva, J. E. Silva-Espejo, M. Silveira, J. Stropp, J. Talbot, H. ter Steege, J. Teran-Aguilar, J. Terborgh, R. Thomas-Caesar, M. Toledo, M. Torello-Raventos, R. K. Umetsu, G. M. F. van der Heijden, P. van der Hout, I. C. Guimarães Vieira, S. A. Vieira, E. Vilanova, V. A. Vos, and R. J. Zagt. 2015. Long-term decline of the Amazon carbon sink. Nature 519:344–348.

Carr, M. K. V., and J. W. Knox. 2011. The water relations and irrigation requirements of sugar cane (Sccharum officinarum): a review. Experimental Agriculture 47:1–25.

Carrara, E., V. Arroyo-Rodríguez, J. H. Vega-Rivera, J. E. Schondube, S. M. de Freitas, and L. Fahrig. 2015. Impact of landscape composition and configuration on forest specialist and generalist bird species in the fragmented Lacandona rainforest, Mexico. Biological Conservation 184:117–126.

Chaplin-Kramer, R., I. Ramler, R. Sharp, N. M. Haddad, J. S. Gerber, P. C. West, L. Mandle, P. Engstrom, A. Baccini, S. Sim, C. Mueller, and H. King. 2015. Degradation in carbon stocks near tropical forest edges. Nature Communications 6:10158.

Chen, F., and R. Avissar. 1994. Impact of land-surface moisture variability on local shallow convective cumulus and precipitation in large-scale models. Journal of Applied Meteorology 33:1382–1401.

Cochrane, M. A., and W. F. Laurance. 2008. Synergisms among fire, land use and, climate change in the Amazon. Ambio 37:522–527.

Colonelli, P. 2009. Propriedades rurais na Mata Atlântica-conservação ambiental e produção florestal. Page Instituto Refloresta. Instituto Refloresta, São Paulo.

Cong, R. G., J. Ekroos, H. G. Smith, and M. V. Brady. 2016. Optimizing intermediate ecosystem services in agriculture using rules based on landscape composition and configuration indices. Ecological Economics 128:214–223.

Cortez, A. B. 2016. Proálcool 40 anos - Universidades e empresas: 40 anos de ciência e tecnologia para o etanol brasileiro. Page (A. B. Cortez, C. H. de B. Cruz, G. M. Souza, H. Cantarella, M.-A. van Sluys, and R. M. Filho, Eds.). Edgard Blucher Ltda, São Paulo.

Costa, J. B. P., F. P. L. Melo, B. A. Santos, and M. Tabarelli. 2012. Reduced availability of large seeds constrains Atlantic forest regeneration. Acta Oecologica 39:61–66.

Costanza, R., B. Fisher, K. Mulder, S. Liu, and T. Christopher. 2007. Biodiversity and ecosystem services: a multi-scale empirical study of the relationship between species richness and net primary production. Ecological Economics 61:478–491.

Crawley, M. J. 2007. The R Book. John Wiley & Sons Ltd, England.

Dong, J., L. Li, H. Shi, X. Chen, G. Luo, and Q. Yu. 2017. Robustness and uncertainties of the "temperature and greenness" model for estimating terrestrial Gross Primary Production. Scientific Reports 7:44046.

Fahrig, L. 2003. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics 34:487–515.

Fahrig, L. 2013. Rethinking patch size and isolation effects: the habitat amount hypothesis. Journal of Biogeography 40:1649–1663.

Fahrig, L., J. Baudry, L. Brotons, F. G. Burel, T. O. Crist, R. J. Fuller, C. Sirami, G. M. Siriwardena, and J.-L. Martin. 2011. Functional landscape heterogeneity and animal biodiversity in agricultural landscapes. Ecology Letters 14:101–112.

Fearnside, P. M. 2018. Brazil's Amazonian forest carbon: the key to southern Amazonia's significance for global climate. Regional Environmental Change 18:47–61.

Ferreira, M. P., D. S. Alves, and Y. E. Shimabukuro. 2015. Forest dynamics and land-use transitions in the Brazilian Atlantic Forest: the case of sugarcane expansion. Regional Environmental Change 15:365–377.

Foley, J. A. 2005. Global consequences of land use. Science 309:570–574.

Galetti, M., and R. Dirzo. 2013. Ecological and evolutionary consequences of living in a defaunated world. Biological Conservation 163:1–6.

Gao, X., A. R. Huete, W. Ni, and T. Miura. 2000. Optical – biophysical relationships of vegetation spectra without background contamination. Remote Sensing of Environment 74:609–620.

Del Grosso, S., W. Parton, T. Stohlgren, D. Zheng, D. Bachelet, S. Prince, K. Hibbard, and R. Olson. 2008. Global potential net primary production predicted from vegetation class, precipitation, and temperature. Ecology 89:2117–2126.

Guerschman, J., J. Paruelo, and I. Burke. 2003. Land use impacts on the normalized difference vegetation index in temperate Argentina. Ecological applications 13:616–628.

Haddad, N. M., L. A. Brudvig, J. Clobert, K. F. Davies, A. Gonzalez, R. D. Holt, T. E. Lovejoy, J. O. Sexton, M. P. Austin, C. D. Collins, W. M. Cook, E. I. Damschen, R. M. Ewers, B. L. Foster, C. N. Jenkins, A. J. King, W. F. Laurance, D. J. Levey, C. R. Margules, B. A. Melbourne, A. O. Nicholls, J. L. Orrock, D.-X. Song, and J. R. Townshend. 2015. Habitat fragmentation and its lasting impact on Earth’s ecosystems. Science Advances 1:e1500052–e1500052.

Harper, K. A., S. E. Macdonald, P. J. Burton, J. Chen, Ki. D. Brosofske, S. C. Saunders, E. S. Euskirchen, D. Roberts, M. S. Jatthe, and P.-A. Esseen. 2005. Edge influence on forest structure and composition in fragmented landscapes. Conservation Biology 19:768–782.

Huete, A. 2011. Land Remote Sensing and Global Environmental Change. Page (B. Ramachandran, C. O. Justice, and M. J. Abrams, Eds.). Springer New York, New York.

Huete, A., K. Didan, T. Miura, E. . Rodriguez, X. Gao, and L. . Ferreira. 2002. Overview of the radiometric and biophysical performance of the MODIS vegetation indices. Remote Sensing of Environment 83:195–213.

Huete, A. R., K. Didan, Y. E. Shimabukuro, P. Ratana, S. R. Saleska, L. R. Hutyra, W. Yang, R. R. Nemani, and R. Myneni. 2006. Amazon rainforests green-up with sunlight in dry season. Geophysical Research Letters 33:L06405.

Huete, A. R., N. Restrepo-Coupe, P. Ratana, K. Didan, S. R. Saleska, K. Ichii, S. Panuthai, and M. Gamo. 2008. Multiple site tower flux and remote sensing comparisons of tropical forest dynamics in Monsoon Asia. Agricultural and Forest Meteorology 148:748–760.

IBGE. 2008. Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428 de 2006. Page 1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

Inman-Bamber, N. G., and D. M. Smith. 2005. Water relations in sugarcane and response to water deficits. Field Crops Research 92:185–202.

Johnson, J. A., C. F. Runge, B. Senauer, J. Foley, and S. Polasky. 2014. Global agriculture and carbon trade-offs. Proceedings of the National Academy of Sciences 111:12342–12347.

Kennedy, C. M., E. Lonsdorf, M. C. Neel, N. M. Williams, T. H. Ricketts, R. Winfree, R. Bommarco, C. Brittain, A. L. Burley, D. Cariveau, L. G. Carvalheiro, N. P. Chacoff, S. A. Cunningham, B. N. Danforth, J.-H. Dudenhöffer, E. Elle, H. R. Gaines, L. A. Garibaldi, C. Gratton, A. Holzschuh, R. Isaacs, S. K. Javorek, S. Jha, A. M. Klein, K. Krewenka, Y. Mandelik, M. M. Mayfield, L. Morandin, L. A. Neame, M. Otieno, M. Park, S. G. Potts, M. Rundlöf, A. Saez, I. Steffan-Dewenter, H. Taki, B. F. Viana, C. Westphal, J. K. Wilson, S. S. Greenleaf, and C. Kremen. 2013. A global quantitative synthesis of local and landscape effects on wild bee pollinators in agroecosystems. Ecology Letters 16:584–599.

Kutner, M. H. 2004. Applied Linear Statistical Models. McGraw-Hill, New York.

Lamy, T., K. N. Liss, A. Gonzalez, and E. M. Bennett. 2016. Landscape structure affects the provision of multiple ecosystem services. Environmental Research Letters 11:124017.

Laurance, W. F. 2007. Ecosystem decay of Amazonian forest fragments: implications for conservation. Pages 9–35 Stability of Tropical Rainforest Margins. Springer Berlin Heidelberg, Berlin, Heidelberg.

Laurance, W. F., J. L. C. Camargo, P. M. Fearnside, T. E. Lovejoy, G. B. Williamson, R. C. G. Mesquita, C. F. J. Meyer, P. E. D. Bobrowiec, and S. G. W. Laurance. 2018. An Amazonian rainforest and its fragments as a laboratory of global change. Biological Reviews 93:223–247.

Laurance, W. F., J. Sayer, and K. G. Cassman. 2014. Agricultural expansion and its impacts on tropical nature. Trends in Ecology & Evolution 29:107–116.

Lôbo, D., T. Leão, F. P. L. Melo, A. M. M. Santos, and M. Tabarelli. 2011. Forest fragmentation drives Atlantic forest of northeastern Brazil to biotic homogenization. Diversity and Distributions 17:287–296.

Lopes, A. V., L. C. Girão, B. A. Santos, C. A. Peres, and M. Tabarelli. 2009. Long-term erosion of tree reproductive trait diversity in edge-dominated Atlantic forest fragments. Biological Conservation 142:1154–1165.

Magnago, L. F. S., A. Magrach, J. Barlow, C. E. G. R. Schaefer, W. F. Laurance, S. V. Martins, and D. P. Edwards. 2017. Do fragment size and edge effects predict carbon stocks in trees and lianas in tropical forests? Functional Ecology 31:542–552.

McArt, S. H., A. A. Fersch, N. J. Milano, L. L. Truitt, and K. Böröczky. 2017. High pesticide risk to honey bees despite low focal crop pollen collection during pollination of a mass blooming crop. Scientific Reports 7:46554.

Melito, M., J. P. Metzger, and A. A. de Oliveira. 2017. Landscape-level effects on aboveground biomass of tropical forests: a conceptual framework. Global Change Biology:1–11.

Moreira, E., and I. Targino. 1997. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. Page Capítulos de geografia agrária da Paraíba. Editora Universitária, João Pessoa.

Morton, D. C., J. Nagol, C. C. Carabajal, J. Rosette, M. Palace, B. D. Cook, E. F. Vermote, D. J. Harding, and P. R. J. North. 2014. Amazon forests maintain consistent canopy structure and greenness during the dry season. Nature 506:221–224.

Myers, N., R. A. Mittermeier, C. G. Mittermeier, G. A. da Fonseca, and J. Kent. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature 403:853–8.

Nascimento, H. E. M., and W. F. Laurance. 2004. Biomass dynamics in Amazonian forest fragments. Ecological Applications 14:127–138.

Oliveira, M. A., A. M. M. Santos, and M. Tabarelli. 2008. Profound impoverishment of the large-tree stand in a hyper-fragmented landscape of the Atlantic forest. Forest Ecology and Management 256:1910–1917.

Paruelo, J. M., E. G. Jobbágy, and O. E. Sala. 2001. Current distribution of ecosystem functional types in temperate South America. Ecosystems 4:683–698.

Pereira, M. D. B., D. C. S. Monteiro, N. T. Silva, and M. O. Moura. 2012. Avaliação quantitativa das precipitações diárias intensas na cidade de João Pessoa, Paraíba. Revista Geonorte 1:921–929.

Peres, C. A., T. Emilio, J. Schietti, S. J. M. Desmoulière, and T. Levi. 2016. Dispersal limitation induces long-term biomass collapse in overhunted Amazonian forests. Proceedings of the

National Academy of Sciences 113:892–897.

Pettorelli, N., J. O. Vik, A. Mysterud, J. M. Gaillard, C. J. Tucker, and N. C. Stenseth. 2005. Using the satellite-derived NDVI to assess ecological responses to environmental change. Trends in Ecology and Evolution 20:503–510.

Phillips, O. L., L. E. O. C. Aragao, S. L. Lewis, J. B. Fisher, J. Lloyd, G. Lopez-Gonzalez, Y. Malhi, A. Monteagudo, J. Peacock, C. a Quesada, G. van der Heijden, S. Almeida, I. Amaral, L. Arroyo, G. Aymard, T. R. Baker, O. Banki, L. Blanc, D. Bonal, P. Brando, J. Chave, A. C. A. de Oliveira, N. D. Cardozo, C. I. Czimczik, T. R. Feldpausch, M. A. Freitas, E. Gloor, N. Higuchi, E. Jimenez, G. Lloyd, P. Meir, C. Mendoza, A. Morel, D. a Neill, D. Nepstad, S. Patino, M. C. Penuela, A. Prieto, F. Ramirez, M. Schwarz, J. Silva, M. Silveira, A. S. Thomas, H. Ter Steege, J. Stropp, R. Vasquez, P. Zelazowski, E. A. Davila, S. Andelman, A. Andrade, K.-J. Chao, T. Erwin, A. Di Fiore, E. H. C., H. Keeling, T. J. Killeen, W. F. Laurance, A. P. Cruz, N. C. a Pitman, P. N. Vargas, H. Ramirez-Angulo, A. Rudas, R. Salamao, N. Silva, J. Terborgh, and A. Torres-Lezama. 2009. Drought sensitivity of the Amazon Rainforest. Science 323:1344–1347.

Phillips, O. L., Y. Malhi, N. Higuchi, W. F. Laurance, and P. V. Nuñez. 1998. Changes in the Carbon Balance of Tropical Forests: Science 439:439.

Pinto, S. R. R., G. Mendes, A. M. M. Santos, M. Tabarelli, and F. P. L. Melo. 2010. Landscape attributes drive complex spatial microclimate configuration of Brazilian Atlantic forest fragments. Tropical Conservation Science 3:389–402.

Poorter, L., M. T. van der Sande, J. Thompson, E. J. M. M. Arets, A. Alarcón, J. Álvarez-Sánchez, N. Ascarrunz, P. Balvanera, G. Barajas-Guzmán, A. Boit, F. Bongers, F. A. Carvalho, F. Casanoves, G. Cornejo-Tenorio, F. R. C. Costa, C. V. de Castilho, J. F.

Duivenvoorden, L. P. Dutrieux, B. J. Enquist, F. Fernández-Méndez, B. Finegan, L. H. L. Gormley, J. R. Healey, M. R. Hoosbeek, G. Ibarra-Manríquez, A. B. Junqueira, C. Levis, J. C. Licona, L. S. Lisboa, W. E. Magnusson, M. Martínez-Ramos, A. Martínez-Yrizar, L. G. Martorano, L. C. Maskell, L. Mazzei, J. A. Meave, F. Mora, R. Muñoz, C. Nytch, M. P. Pansonato, T. W. Parr, H. Paz, E. A. Pérez-García, L. Y. Rentería, J. Rodríguez-Velazquez, D. M. A. Rozendaal, A. R. Ruschel, B. Sakschewski, B. Salgado-Negret, J. Schietti, M. Simões, F. L. Sinclair, P. F. Souza, F. C. Souza, J. Stropp, H. ter Steege, N. G. Swenson, K. Thonicke, M. Toledo, M. Uriarte, P. van der Hout, P. Walker, N. Zamora, and M. Peña-Claros. 2015. Diversity enhances carbon storage in tropical forests. Global Ecology and Biogeography 24:1314–1328.

Power, A. G. 2010. Ecosystem services and agriculture: tradeoffs and synergies. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences 365:2959–2971.

Ranta, P., T. Blom, J. Niemela, E. Joensuu, and M. Siitonem. 1998a. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: size, shape, and distribution of forest fragments. Biodiversity and Conservation 7:385–403.

Ranta, P., T. Blom, J. Niemelä, E. Joensuu, and M. Siitonen. 1998b. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: Size, shape and distribution of forest fragments. Biodiversity and Conservation 7:385–403.

Ribeiro, M. C., J. P. Metzger, A. C. Martensen, F. J. Ponzoni, and M. M. Hirota. 2009. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? implications for conservation. Biological Conservation 142:1141–1153.

Ricketts, T. H., J. Regetz, I. Steffan-Dewenter, S. A. Cunningham, C. Kremen, A. Bogdanski, B. Gemmill-Herren, S. S. Greenleaf, A. M. Klein, M. M. Mayfield, L. A. Morandin, A.

Ochieng', and B. F. Viana. 2008. Landscape effects on crop pollination services: are there general patterns? Ecology Letters 11:499–515.

Santos, B. A., C. A. Peres, M. A. Oliveira, A. Grillo, C. P. Alves-Costa, and M. Tabarelli. 2008. Drastic erosion in functional attributes of tree assemblages in Atlantic forest fragments of northeastern Brazil. Biological Conservation 141:249–260.

Santos, G. G. A., B. A. Santos, H. E. M. Nascimento, and M. Tabarelli. 2012. Contrasting Demographic Structure of Short- and Long-lived Pioneer Tree Species on Amazonian Forest Edges. Biotropica 44:771–778.

Sfair, J. C., V. Arroyo-Rodríguez, B. A. Santos, and M. Tabarelli. 2016. Taxonomic and functional divergence of tree assemblages in a fragmented tropical forest. Ecological Applications 26:1816–1826.

Shi, H., L. Li, D. Eamus, A. Huete, J. Cleverly, X. Tian, Q. Yu, S. Wang, L. Montagnani, V. Magliulo, E. Rotenberg, M. Pavelka, and A. Carrara. 2017. Assessing the ability of MODIS EVI to estimate terrestrial ecosystem gross primary production of multiple land cover types. Ecological Indicators 72:153–164.

Silva-Junior, V., D. G. R. Souza, R. T. Queiroz, L. G. R. Souza, E. M. S. Ribeiro, and B. A. Santos. 2018. Landscape urbanization threatens plant phylogenetic diversity in the Brazilian Atlantic Forest. Urban Ecosystems:1–10.

Silva, M. A., J. L. Jifon, J. A. Silva, and V. Sharma. 2007. Use of physiological parameters as fast tools to screen for drought tolerance in sugarcane. Brazilian Journal of Plant Physiology 19:193–201.

Tabarelli, M., A. V. Aguiar, L. C. Girão, C. A. Peres, and A. V. Lopes. 2010. Effects of pioneer tree species hyperabundance on forest fragments in Northeastern Brazil. Conservation Biology 24:1654–1663.

Tabarelli, M., a. V. Lopes, and C. a. Peres. 2008. Edge-effects drive forest fragments towards an early-successional system. Biotropica 40:657–661.

Tabarelli, M., C. a. Peres, and F. P. L. Melo. 2012. The “few winners and many losers” paradigm revisited: Emerging prospects for tropical forest biodiversity. Biological Conservation 155:136–140.

Tscharntke, T., A. M. Klein, A. Kruess, I. Steffan-Dewenter, and C. Thies. 2005. Landscape perspectives on agricultural intensification and biodiversity - Ecosystem service management. Ecology Letters 8:857–874.

Tscharntke, T., J. M. Tylianakis, T. A. Rand, R. K. Didham, L. Fahrig, P. Batáry, J. Bengtsson, Y. Clough, T. O. Crist, C. F. Dormann, R. M. Ewers, J. Fründ, R. D. Holt, A. Holzschuh, A. M. Klein, D. Kleijn, C. Kremen, D. A. Landis, W. Laurance, D. Lindenmayer, C. Scherber, N. Sodhi, I. Steffan-Dewenter, C. Thies, W. H. van der Putten, and C. Westphal. 2012. Landscape moderation of biodiversity patterns and processes - eight hypotheses. Biological Reviews 87:661–685.

Vieira, M. A., A. R. Formaggio, C. D. Rennó, C. Atzberger, D. A. Aguiar, and M. P. Mello. 2012. Object based image analysis and data mining applied to a remotely sensed Landsat time-series to map sugarcane over large areas. Remote Sensing of Environment 123:553–562.

Xiang, G. A. R. H. W. N. T. M. 2000. Comparing global models of terrestrial net primary productivity (NPP): comparison of NPP to climate and the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI). Global Change Biology 5:25–34.

Zhang, W., T. H. Ricketts, C. Kremen, K. Carney, and S. M. Swinton. 2007. Ecosystem services and dis-services to agriculture. Ecological Economics 64:253–260.

Supporting Information

Additional Supporting Information may be found in the online version of this article.

Appendix S1. Detailed description of landscape sampling in Northeast Brazil.

Table 1. Results of generalized linear models examining the effect of the percentage of croplands, density of forest edges and number of forest patches in the landscape on the mean value of the vegetation indices NDVI and EVI and their coefficient of variation during the rainy and dry seasons of 2011-2016. The estimate of model terms is shown in bold for significant relationships only (see also Figures 2 and 3). Models were based on 60 landscapes.

Response variable	**Whole model X^2**	**Model factors**								
		Percentage of croplands			**Density of forest edges**			**Number of Forest patches**		
		X^2	***P***	**est**	**X^2**	***P***	**est**	**X^2**	***P***	**est**
Rainy season										
Landscape NDVI	54.43	50.25	**<0.05***	**(-0.001)**	0.05	0.81		0	$0.9^{n.s.}$	
Landscape EVI	33.01	31.79	**<0.05***	**(-0.001)**	0.42	0.51		0	$0.97^{n.s.}$	
Forest NDVI	12.02	7.4	**<0.05***	**(-0.001)**	0.02	$0.88^{n.s.}$		4.93	**<0.05***	**(-0.243)**
Forest EVI	1.62	1.58	$0.2^{n.s.}$		0.3	$0.58^{n.s.}$		0.09	$0.76^{n.s.}$	
Cropland NDVI	11.73	8.88	**<0.05***	**(-0.001)**	0.42	$0.51^{n.s.}$		2.36	$0.12^{n.s.}$	
Cropland EVI	1.51	1.09	$0.29^{n.s.}$		0.06	$0.79^{n.s.}$		0.26	$0.6^{n.s.}$	
Forest CV NDVI	2,81	2.66	$0.10^{n.s.}$		0.81	$0.36^{n.s.}$		0.43	$0.51^{n.s.}$	
Forest CV EVI	2.46	1.76	$0.18^{n.s.}$		0.19	$0.65^{n.s.}$		0.57	$0.44^{n.s.}$	
Cropland CV NDVI	0.51	0.09	$0.75^{n.s.}$		0.01	$0.89^{n.s.}$		0.41	$0.52^{n.s.}$	

Cropland CV EVI	0.38	0.09	$0.75^{n.s.}$		0.16	$0.68^{n.s.}$		0.13	$0.71^{n.s.}$
Dry season									
Landscape NDVI	80.65	79.55	**<0.05***	**(-0.003)**	0.25	$0.61^{n.s.}$		1.93	$0.16^{n.s.}$
Landscape EVI	54.77	52.95	**<0.05***	**(-0.002)**	0.12	$0.72^{n. s}$		2.64	$0.1^{n.s.}$
Forest NDVI	16.63	11.74	**<0.05***	**(-0.001)**	2.2	$0.13^{n.s.}$		0.47	$0.48^{n.s.}$
Forest EVI	7.15	2.61	$0.10^{n.s.}$		3.07	$0.07^{n.s.}$		0	$0.02^{n.s.}$
Cropland NDVI	8.59	4.28	$3.5^{n.s.}$		3.5	$0.06^{n.s.}$		0.78	$0.37^{n.s.}$
Cropland EVI	5.75	0.06	$0.88^{n.s.}$		5.37	**<0.05***	**(0.001)**	0.02	$0.87^{n.s.}$
Forest CV NDVI	5.99	1.66	$0.19^{n.s.}$		3.2	$0.07^{n.s.}$		0.01	$0.95^{n.s.}$
Forest CV EVI	5.26	1.15	$0.28^{n.s.}$		2.95	$0.08^{n.s.}$		0.16	$0.68^{n.s.}$
Cropland CV NDVI	1.37	1.31	$0.25^{n.s.}$		0.16	$0.68^{n.s.}$		0	$0.97^{n.s.}$
Cropland CV EVI	0.75	0.47	$0.49^{n.s.}$		0.57	$0.44^{n.s.}$		0.1	$0.74^{n.s.}$

Figure legends

Fig. 1 Map of the study region in the state of Paraíba, Northeast Brazil, showing the remaining Atlantic forest patches (dark grey), the agricultural crops (light grey; most sugarcane), and the 60 landscapes of 100 ha (black squares) sampled during the rainy seasons of 2011-2016. In detail, a forest-dominated landscape with only 18.11% of its area covered by sugarcane plantations and a cropland-dominated landscape with 92.09% of sugarcane cover. Grey lines represent municipality limits. Other 60 landscapes (not shown) were sampled during the dry seasons of the same period.

Fig. 2 Relationships between the percentage of croplands, density of forest edges, number of forest patches and the mean value of the vegetation indices (NDVI and EVI) of croplands, forests and the entire landscape during the rainy seasons of 2011-2016. Statistical significance of the relationships is shown in Table 1.

Fig. 3 Relationships between the percentage of croplands, density of forest edges, number of forest patches and the mean value of the vegetation indices (NDVI and EVI) of croplands, forests and the entire landscape during the dry seasons of 2011-2016. Statistical significance of the relationships is shown in Table 1

Fig. 1

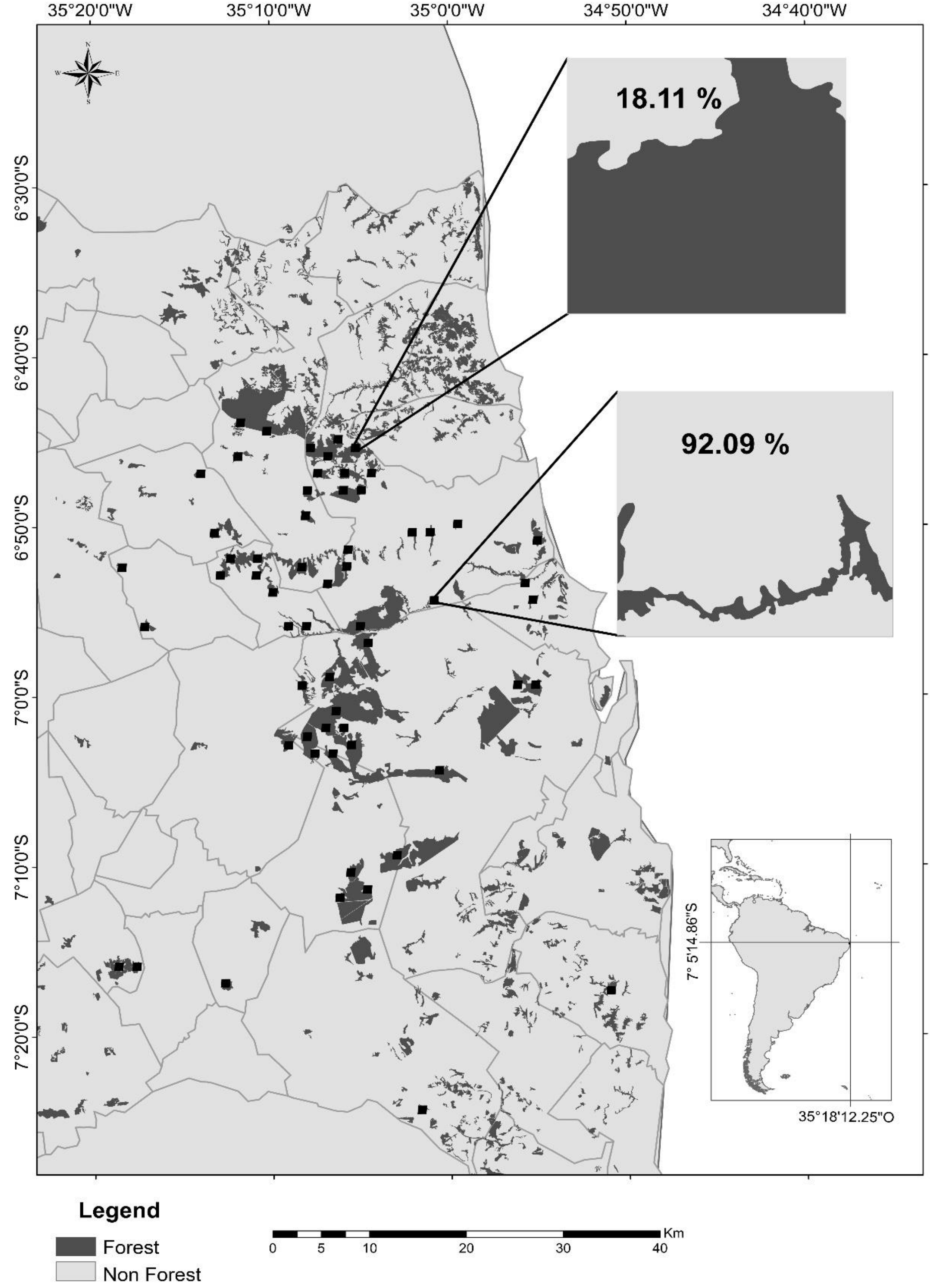

35°20'0"W
35°10'0"W
35°0'0"W
34°50'0"W
34°40'0"W
6°30'0"S
6°40'0"S
6°50'0"S
7°0'0"S
7°10'0"S
7°20'0"S
N
S
E
W
18.11 %
92.09 %
7° 5'14.86"S
35°18'12.25"O
Legend
Forest
Non Forest
0
5
10
20
30
40
Km

Fig.1

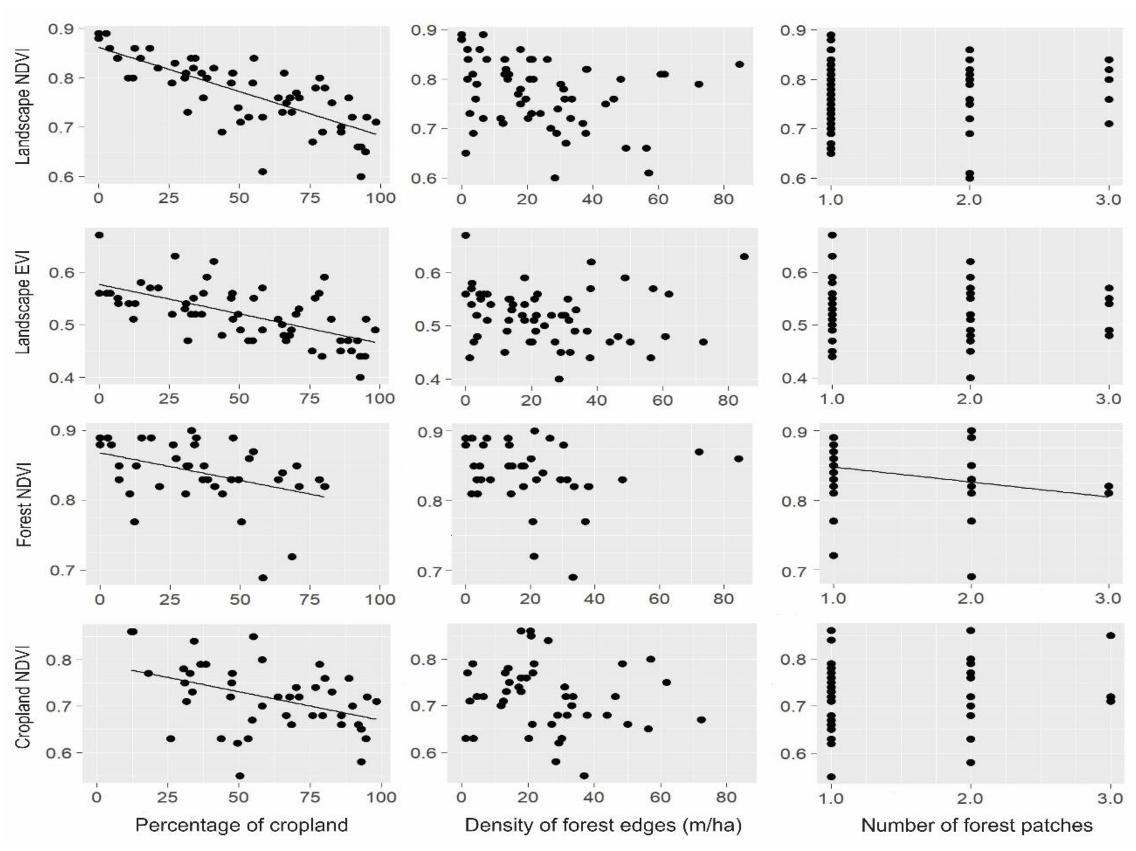
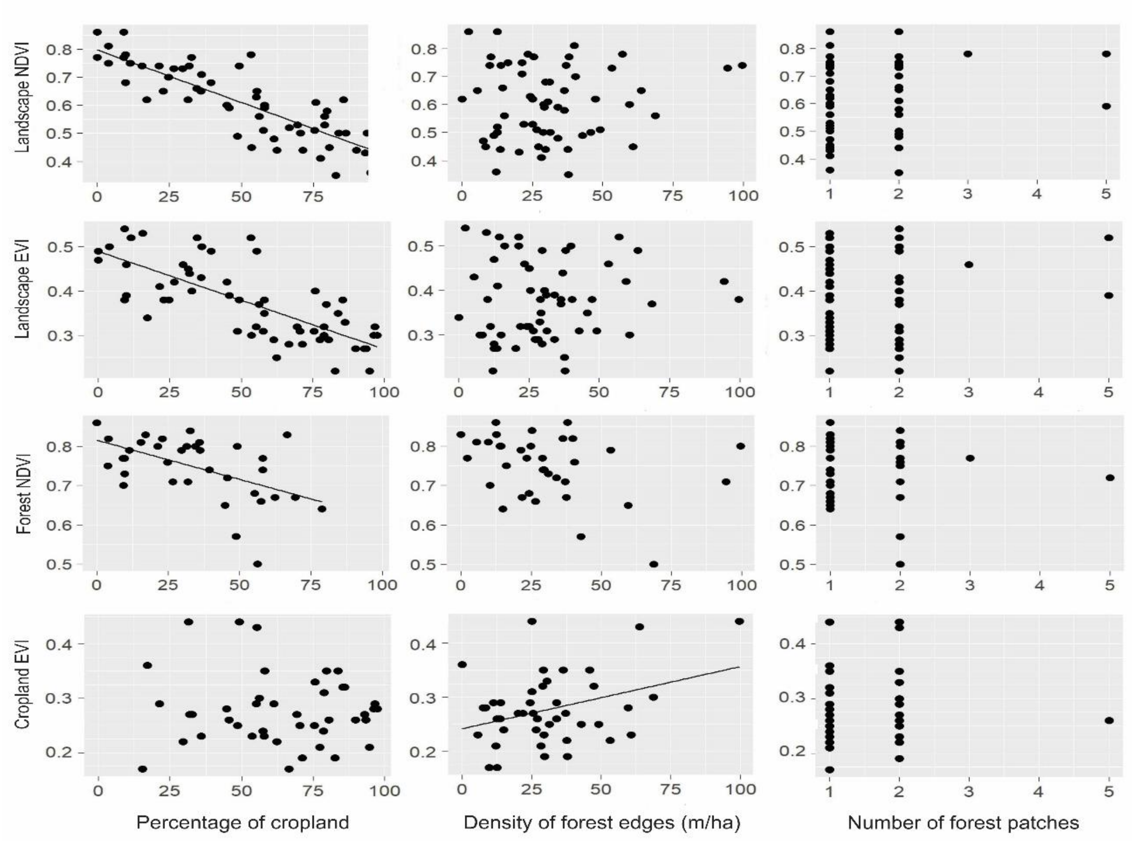

Landscape NDVI
Landscape EVI
Forest NDVI
Cropland NDVI
0.9
0.8
0.7
0.6
0.5
0.4
0
25
50
75
100
20
40
60
80
1.0
2.0
3.0
Percentage of cropland
Density of forest edges (m/ha)
Number of forest patches

Fig.2


Landscape NDVI
0.8
0.7
0.6
0.5
0.4
Landscape EVI
0.5
0.4
0.3
Forest NDVI
0.8
0.7
0.6
0.5
Cropland EVI
0.4
0.3
0.2
0
25
50
75
100
1
2
3
4
5
Percentage of cropland
Density of forest edges (m/ha)
Number of forest patches

4 CONCLUSÕES

A literatura que aborda o efeito da expansão agrícola sobre os serviços ecossistêmicos tem crescido nos últimos tempos, no entanto, a maioria dos estudos trata sobre os serviços de polinização, controle biológico e biodiversidade. Em geral, esses estudos são realizados em pequenas escalas, sendo muitas vezes difícil mensurar as perspectivas futuras da provisão de serviços em paisagens com histórico de expansão agrícola e propor ações de manejo sustentável. Nesta dissertação, buscamos contribuir para o conhecimento dos efeitos da reestruturação da paisagem sobre a PP utilizando como modelo uma antiga fronteira agrícola da Floresta Atlântica Nordestina. Com base em medidas de composição e configuração da paisagem, nós encontramos fortes evidências de que a quantidade de habitat é o fator mais limitante para a PP. Em primeiro lugar, reforçamos a ideia de que todos e quaisquer fragmentos inseridos nas paisagens são indispensáveis para manter a PP da paisagem como um todo. Em segundo lugar, destacamos que alterações na composição da paisagem resultam em efeitos negativos para tanto para a PP florestal como das monoculturas, o que torna evidente que para efeitos sinérgicos entre produção e conservação as decisões no manejo da agricultura de larga escala devem priorizar práticas agrícolas que conciliem a conservação da floresta e seu uso sustentável. Por fim, alertamos que em antigas fronteiras agrícolas a sinergia entre a produção agrícola e a conservação florestal é uma estratégia fundamental para compensar os passivos da agricultura de larga escala da cana-de-açúcar. Os tomadores de decisão e os profissionais devem estar cientes dos benefícios fornecidos às suas terras agrícolas. Nós incentivamos fortemente outros estudos futuros em outras fronteiras agrícolas para avaliar a generalidade dos padrões de paisagem descritos aqui.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. L. DE et al. Crescimento e produtividade de cana-de-açúcar em função da disponibilidade hídrica dos Tabuleiros Costeiros de Alagoas. Bragantia, v. 72, n. 3, p. 262–270, 2013.

ALAMGIR, M. et al. Assessing regulating and provisioning ecosystem services in a contrasting tropical forest landscape. Ecological Indicators, v. 64, n. February, p. 319–334, 2016.

ALVARADO, F. et al. The role of livestock intensification and landscape structure in maintaining tropical biodiversity. Journal of Applied Ecology, n. March, p. 1–10, 2017.

ANDERSON-TEIXEIRA, K. J. et al. Carbon dynamics of mature and regrowth tropical forests derived from a pantropical database (TropForC-db). Global Change Biology, v. 22, n. 5, p. 1690–1709, maio 2016.

ARAGÓN, R.; OESTERHELD, M. Linking vegetation heterogeneity and functional attributes of temperate grasslands through remote sensing. Applied Vegetation Science, v. 11, n. 1, p. 117–130, 14 dez. 2008.

ARONSON, J. et al. The road to confusion is paved with novel ecosystem labels: a reply to Hobbs et al. Trends in Ecology & Evolution, v. 29, n. 12, p. 646–647, 2014.

ARROYO-RODRÍGUEZ, V. et al. Plant β-diversity in fragmented rain forests: testing floristic homogenization and differentiation hypotheses. Journal of Ecology, v. 101, n. 6, p. 1449–1458, nov. 2013.

ARROYO-RODRÍGUEZ, V. et al. Landscape composition is more important than landscape configuration for phyllostomid bat assemblages in a fragmented biodiversity hotspot. Biological Conservation, v. 198, n. May, p. 84–92, jun. 2016.

AUBINET, M. Eddy Covariance CO2 flux measurement in nocturnal conditions: an analysis of the problem. Ecological Applications, v. 18, n. 6, p. 1368–1378, 2008.

AVISSAR, R.; LIU, Y. Three-dimensional numerical study of shallow convective clouds and precipitation induced by land surface forcing. Journal of Geophysical Research: Atmospheres, v. 101, n. D3, p. 7499–7518, 20 mar. 1996.

BAIDYA ROY, S.; AVISSAR, R. Scales of response of the convective boundary layer to land-surface heterogeneity. Geophysical Research Letters, v. 27, n. 4, p. 533–536, 15 fev. 2000.

BALDOCCHI, D. D. Assessing the eddy covariance technique for evaluating carbon dioxide exchange rates of ecosystems: past, present and future. Global Change Biology, v. 9, n. 4, p. 479–492, 2003.

BARTENS, J. et al. Can urban tree roots improve infiltration through compacted subsoils for stormwater management? Journal of Environment Quality, v. 37, n. 6, p. 2048, 2008.

BATJES, N. H. Total carbon and nitrogen in the soils of the world. European Journal of Soil Science, v. 47, n. June, p. 151–163, 1996.

BENNETT, E. M.; PETERSON, G. D.; GORDON, L. J. Understanding relationships among multiple ecosystem services. Ecology Letters, v. 12, n. 12, p. 1394–1404, 2009.

BIRKHOFER, K. et al. Relationships between multiple biodiversity components and ecosystem services along a landscape complexity gradient. Biological Conservation, v. 218, n. December 2017, p. 247–253, fev. 2018.

BONA, K. A. et al. Modelling moss-derived carbon in upland black spruce forests. Canadian Journal of Forest Research, v. 46, n. 4, p. 520–534, abr. 2016.

BOYD, J.; BANZHAF, S. What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units. Ecological Economics, v. 63, n. 2–3, p. 616–626, ago. 2007.

BRIENEN, R. J. W. et al. Long-term decline of the Amazon carbon sink. Nature, v. 519, n. 7543, p. 344–348, mar. 2015.

BRINCK, K. et al. High resolution analysis of tropical forest fragmentation and its impact on the global carbon cycle. Nature Communications, v. 8, p. 14855, 17 mar. 2017.

BURBA, G.; ANDERSON, D. A brief pratical guide to Eddy covariance flux measurements. Nebrasca: Licor, 2010. v. 18

CAMPIOLI, M. et al. Evaluating the convergence between eddy-covariance and biometric methods for assessing carbon budgets of forests. Nature Communications, v. 7, n. May 2015, p. 13717, 2016.

CANADELL, J. et al. Maximum rooting depth of vegetation types at the global scale. Oecologia, v. 108, p. 583–595, 1996.

CAO, M. et al. Remotely sensed interannual variations and trends in terrestrial net primary productivity 1981-2000. Ecosystems, v. 7, n. 3, p. 233–242, 2 maio 2004.

CARDINALE, B. J. et al. The functional role of producer diversity in ecosystems. American Journal of Botany, v. 98, n. 3, p. 572–592, 1 mar. 2011.

CARDINALE, B. J. et al. Biodiversity loss and its impact on humanity. Nature, v. 486, n. 7401, p. 59–67, 7 jun. 2012.

CARR, M. K. V.; KNOX, J. W. The water relations and irrigation requirements of sugar cane (Sccharum officinarum): a review. Experimental Agriculture, v. 47, n. 1, p. 1–25, 2011.

CARRARA, E. et al. Impact of landscape composition and configuration on forest specialist and generalist bird species in the fragmented Lacandona rainforest, Mexico. Biological Conservation, v. 184, n. February, p. 117–126, abr. 2015.

CHAPIN, F. S. Effects of plant traits on ecosystem and regional processes: a conceptual framework for predicting the consequences of global change. Annals of Botany, v. 91, n. 4, p. 455–463, 2003.

CHAPIN, F. S.; EVINER, V. T. Biogeochemical interactions governing terrestrial net primary production. In: HOLLAND, H.; KK, T. (Eds.). . Treatise on Geochemistry. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2014. v. 10p. 189–216.

CHAPIN, F. S.; MATSON, P. A.; MOONEY, H. A. Ecosystem Ecology. New York, NY: Springer New York, 2002.

CHAPIN, F. S.; MATSON, P. A.; VITOUSEK, P. M. Principles of Ecosystem Ecology. New York, NY: Springer New York, 2011a.

CHAPIN, F. S.; MATSON, P. A.; VITOUSEK, P. M. Principles of terrestrial ecosystem ecology. New York, NY: Springer New York, 2011b.

CHAPLIN-KRAMER, R. et al. Degradation in carbon stocks near tropical forest edges. Nature Communications, v. 6, p. 10158, 2015.

CHAPMAN, C. A.; PERES, C. A. Primate conservation in the new millennium: the role of scientists. Evolutionary Anthropology Issues News and Reviews, v. 10, n. November, p. 16–33, 2001.

CHEN, B. et al. The impact of climate change and anthropogenic activities on alpine grassland over the Qinghai-Tibet Plateau. Agricultural and Forest Meteorology, v. 189–190, n. June, p. 11–18, jun. 2014.

CHEN, F.; AVISSAR, R. Impact of land-surface moisture variability on local shallow convective cumulus and precipitation in large-scale models. Journal of Applied Meteorology, v. 33, n. 12, p. 1382–1401, dez. 1994.

CLARK, D. A. et al. Net primary production in tropical forests: an evaluation and synthesis of existing field data. Ecological Applications, v. 11, n. 2, p. 371–384, 2001a.

CLARK, D. A. et al. Measuring net primary production in forests: concepts and field methods. Ecological Applications, v. 11, n. 2, p. 356–370, 2001b.

CLEVELAND, C. C. et al. Relationships among net primary productivity, nutrients and climate in tropical rain forest: a pan-tropical analysis. Ecology Letters, v. 14, n. 9, p. 939–947, set. 2011.

COCHRANE, M. A.; LAURANCE, W. F. Synergisms among fire, land use and, climate change in the Amazon. Ambio, v. 37, n. 7, p. 522–527, 2008.

COJOC, E. I. et al. Effects of anthropogenic fragmentation on primary productivity and soil carbon storage in temperate mountain grasslands. Environmental Monitoring and Assessment, v. 188, n. November, p. 1–10, 2016.

COLONELLI, P. Propriedades rurais na Mata Atlântica-conservação ambiental e produção florestal. São Paulo: Instituto Refloresta, 2009. v. 1

CONCEIÇÃO, F. T.; BONOTTO, D. M. Transferência de metais pesados, flúor e radionuclídeos para solos agrícolas na bacia do Rio Corumbataí (SP). Geociencias, v. 24, n. 1, p. 67–76, 2005.

CONG, R. G. et al. Optimizing intermediate ecosystem services in agriculture using rules based on landscape composition and configuration indices. Ecological Economics, v. 128, p. 214–223, ago. 2016.

CORDEIRO, S. A.; SOUZA, C. C.; MENDONZA, Z. M. S. H. Florestas brasileiras e as mudanças climáticas. Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal, v. 11, p. 1–20, 2008.

CORTEZ, A. B. Proálcool 40 anos - Universidades e empresas: 40 anos de ciência e tecnologia para o etanol brasileiro. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2016.

COSTA, J. B. P. et al. Reduced availability of large seeds constrains Atlantic forest regeneration. Acta Oecologica, v. 39, n. February, p. 61–66, 2012.

COSTANZA, R. et al. The value of the world’s ecosystem services and natural capital. Nature, v. 387, n. 6630, p. 253–260, 15 maio 1997.

COSTANZA, R. et al. Biodiversity and ecosystem services: a multi-scale empirical study of the relationship between species richness and net primary production. Ecological Economics, v. 61, n. 2–3, p. 478–491, mar. 2007.

CRAMER, G. R. et al. Effects of abiotic stress on plants: a systems biology perspective. BMC Plant Biology, v. 11, n. 1, p. 163, 2011.

CRAMER, V. A.; HOBBS, R. J.; STANDISH, R. J. What’s new about old fields? land abandonment and ecosystem assembly. Trends in Ecology and Evolution, v. 23, n. 2, p. 104–112, 2008.

CRAVEN, D. et al. Plant diversity effects on grassland productivity are robust to both nutrient enrichment and drought. Philosophical Transactions B, v. 371, n. 1694, p. 20150277, 19 maio 2016.

CRAWLEY, M. J. The R Book. England: John Wiley & Sons Ltd, 2007.

CRONIN, J. T. From population sources to sieves: the matrix alters host-parasitoid source-sink structure. Ecology, v. 88, n. 12, p. 2966–2976, dez. 2007.

DAVIES, W. J.; ZHANG, J. Root signals and the regulation of growth and development of plants in drying soil. Annual Review of Plant Physiology and Plant Molecular Biology, v. 42, n. 1, p. 55–76, jun. 1991.

DE CAMARGO, R. X.; BOUCHER-LALONDE, V.; CURRIE, D. J. At the landscape level, birds respond strongly to habitat amount but weakly to fragmentation. Diversity and Distributions, p. 1–11, 2018.

DE GROOT, R. S. et al. Challenges in integrating the concept of ecosystem services and values in landscape planning, management and decision making. Ecological Complexity, v. 7, n. 3, p. 260–272, set. 2010.

DE GROOT, R. S.; WILSON, M. A.; BOUMANS, R. M. . A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. Ecological Economics, v. 41, n. 3, p. 393–408, jun. 2002.

DEANGELIS, D. Energy flow, nutrient cycling, and ecosystem resilience. Ecology, v. 61, n. 4, p. 764–771, 1980.

DEL GROSSO, S. et al. Global potential net primary production predicted from vegetation class, precipitation, and temperature. Ecology, v. 89, n. 8, p. 2117–2126, 2008a.

DEL GROSSO, S. et al. Global potential net primary production predicted from vegetation class, precipitation, and temperature. Ecology, v. 89, n. 8, p. 2117–2126, 2008b.

DONG, J. et al. Robustness and uncertainties of the “temperature and greenness” model for estimating terrestrial Gross Primary Production. Scientific Reports, v. 7, n. September 2016, p. 44046, 8 mar. 2017.

DUARTE, C. G. et al. Sustainability assessment and energy future: opportunities for Brazilian sugarcane ethanol planning. In: Handbook of Sustainability Assessment. [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2015. p. 127–152.

DUNNING, J. B.; DANIELSON, B. J.; PULLIAM, H. R. Ecological processes that affect populations in complex landscapes. Oikos, v. 65, n. 1, p. 169, out. 1992.

EKROOS, J. et al. Effects of landscape composition and configuration on pollination in a native herb: a field experiment. Oecologia, v. 179, n. 2, p. 509–518, 18 out. 2015.

EWERS, R. M.; DIDHAM, R. K. The Effect of Fragment Shape and Species' Sensitivity to Habitat Edges on Animal Population Size. Conservation Biology, v. 21, n. 4, p. 926–936, ago. 2007.

FAHRIG, L. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics, v. 34, n. 1, p. 487–515, nov. 2003.

FAHRIG, L. et al. Functional landscape heterogeneity and animal biodiversity in agricultural landscapes. Ecology Letters, v. 14, n. 2, p. 101–112, fev. 2011.

FAHRIG, L. Rethinking patch size and isolation effects: the habitat amount hypothesis. Journal of Biogeography, v. 40, n. 9, p. 1649–1663, set. 2013.

FALSTER, D. S. et al. Influence of four major plant traits on average height, leaf-area cover, net primary productivity, and biomass density in single-species forests: a theoretical investigation. Journal of Ecology, v. 99, n. 1, p. 148–164, jan. 2011.

FEARNSIDE, P. M. et al. Biomass and greenhouse-gas emissions from land-use change in Brazil's Amazonian "arc of deforestation": The states of Mato Grosso and Rondônia. Forest Ecology and Management, v. 258, n. 9, p. 1968–1978, out. 2009.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Amazonian forest carbon: the key to southern Amazonia's significance for global climate. Regional Environmental Change, v. 18, n. 1, p. 47–61, 11 jan. 2018.

FERREIRA, M. P.; ALVES, D. S.; SHIMABUKURO, Y. E. Forest dynamics and land-use transitions in the Brazilian Atlantic Forest: the case of sugarcane expansion. Regional Environmental Change, v. 15, n. 2, p. 365–377, 24 fev. 2015.

FIELD, C. B.; RANDERSON, J. T.; MALMSTRÖM, C. M. Global net primary production: Combining ecology and remote sensing. Remote Sensing of Environment, v. 51, n. 1, p. 74–88, jan. 1995.

FISHER, B.; TURNER, R. K.; MORLING, P. Defining and classifying ecosystem services for decision making. Ecological Economics, v. 68, n. 3, p. 643–653, 6 jan. 2009.

FLOMBAUM, P.; SALA, O. E. Higher effect of plant species diversity on productivity in natural than artificial ecosystems. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 105, n. 16, p. 6087–6090, 22 abr. 2008.

FOLEY, J. A. Global consequences of land use. Science, v. 309, n. 5734, p. 570–574, 2005a.

FOLEY, J. A. Global Consequences of Land Use. Science, v. 309, n. 5734, p. 570–574, jul. 2005b.

FOLEY, J. A et al. Global consequences of land use. Science (New York, N.Y.), v. 309, n. 5734, p. 570–574, 2005.

FRIEND, A. D. et al. Carbon residence time dominates uncertainty in terrestrial vegetation responses to future climate and atmospheric {CO}$_2$. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 111, n. 9, p. 3280–5, 4 mar. 2014.

GALDOS, M. et al. Trends in global warming and human health impacts related to Brazilian sugarcane ethanol production considering black carbon emissions. Applied Energy, v. 104, p. 576–582, abr. 2013.

GALETTI, M.; DIRZO, R. Ecological and evolutionary consequences of living in a defaunated world. Biological Conservation, v. 163, p. 1–6, jul. 2013.

GAO, X. et al. Optical – biophysical relationships of vegetation spectra without background contamination. Remote Sensing of Environment, v. 74, p. 609–620, 2000.

GARIBALDI, L. A. et al. Wild pollinators enhance fruit set of crops regardless of honey bee abundance. Science, v. 339, n. 6127, p. 1608–1611, 29 mar. 2013.

GARMENDIA, A. et al. Landscape and patch attributes impacting medium- and large-sized terrestrial mammals in a fragmented rain forest. Journal of Tropical Ecology, v. 29, n. 04, p. 331–344, 1 jul. 2013.

GEORGESCU, M.; LOBELL, D. B.; FIELD, C. B. Potential impact of U.S. biofuels on regional climate. Geophysical Research Letters, v. 36, n. 21, p. L21806, 10 nov. 2009.

GIRARDIN, C. A. J. et al. Seasonality of above-ground net primary productivity along an andean altitudinal transect in Peru. Journal of Tropical Ecology, v. 30, n. 06, p. 503–519, 2014.

GRACE, J. Understanding and managing the global carbon cycle. Journal of Ecology, v. 92, n. 2, p. 189–202, 2004.

GRACE, J. B. et al. Integrative modelling reveals mechanisms linking productivity and plant species richness. Nature, v. 529, n. 7586, p. 390–393, 13 jan. 2016.

GRIME, J. P. Benefits of plant diversity to ecosystems: immediate, filter and founder effects. Journal of Ecology, v. 86, n. 6, p. 902–910, dez. 1998.

GUERSCHMAN, J.; PARUELO, J.; BURKE, I. Land use impacts on the normalized difference vegetation index in temperate Argentina. Ecological applications, v. 13, n. 3, p. 616–628, 2003.

HABERL, H. et al. Ecological footprints and human appropriation of net primary production: A comparison. Land Use Policy, v. 21, n. 3, p. 279–288, 2004.

HADDAD, N. M. et al. Habitat fragmentation and its lasting impact on Earth’s ecosystems. Science Advances, v. 1, n. 2, p. e1500052–e1500052, 20 mar. 2015.

HADDAD, N. M. et al. Experimental evidence does not support the habitat amount hypothesis. Ecography, v. 125, p. 336–342, 2017.

HANSKI, I. Metapopulation dynamics: Does it help to have more of the same? Trends in Ecology & Evolution, v. 4, n. 4, p. 113–114, abr. 1998.

HARPER, K. A. et al. Edge influence on forest structure and composition in fragmented landscapes. Conservation Biology, v. 19, n. 3, p. 768–782, jun. 2005.

HEISLER-WHITE, J. L.; KNAPP, A. K.; KELLY, E. F. Increasing precipitation event size increases aboveground net primary productivity in a semi-arid grassland. Oecologia, v. 158, n. 1, p. 129–140, 1 nov. 2008.

HOBBS, R. J. et al. Novel ecosystems: theoretical and management aspects of the new ecological world order. Global Ecology & Biogeography, v. 15, p. 1–7, 2006.

HOBBS, R. J.; HIGGS, E. S.; HARRIS, J. A. Novel ecosystems: concept or inconvenient reality? a response to Murcia et al. Trends in Ecology & Evolution, v. 29, n. 12, p. 645–646, 2014.

HOLANDA, S. B. DE. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 2010. v. 1

HUETE, A. et al. Overview of the radiometric and biophysical performance of the MODIS vegetation indices. Remote Sensing of Environment, v. 83, n. 1–2, p. 195–213, nov. 2002.

HUETE, A. Land Remote Sensing and Global Environmental Change. New York: Springer New York, 2011. v. 11

HUETE, A. R. et al. Amazon rainforests green-up with sunlight in dry season. Geophysical Research Letters, v. 33, n. 6, p. L06405, 2006.

HUETE, A. R. et al. Multiple site tower flux and remote sensing comparisons of tropical forest dynamics in Monsoon Asia. Agricultural and Forest Meteorology, v. 148, n. 5, p. 748–760, maio 2008.

IBGE. Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428 de 2006. . 2008, p. 1.

INMAN-BAMBER, N. G.; SMITH, D. M. Water relations in sugarcane and response to water deficits. Field Crops Research, v. 92, n. 2–3, p. 185–202, jun. 2005.

JOERN, F.; LINDENMAYER, D. Landscape modification and habitat fragmentation: a synthesis. Global Ecology & Biogeography, v. 16, p. 265–280, 2007.

JOHNSON, J. A. et al. Global agriculture and carbon trade-offs. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 111, n. 34, p. 12342–12347, 26 ago. 2014.

KAPOS, V. et al. Effects of isolation on the water status of forest patches in the Brazilian Amazon. Journal of Tropical Ecology, v. 5, n. 02, p. 173–185, 1989.

KEELING, H. C.; PHILLIPS, O. L. The global relationship between forest productivity and biomass. Global Ecology and Biogeography, v. 16, n. 5, p. 618–631, 2007.

KENNEDY, C. M. et al. A global quantitative synthesis of local and landscape effects on wild bee pollinators in agroecosystems. Ecology Letters, v. 16, n. 5, p. 584–599, maio 2013.

KIBBLEWHITE, M. .; RITZ, K.; SWIFT, M. . Soil health in agricultural systems. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 363, n. 1492, p. 685–701, 27 fev. 2008.

KREMEN, C. et al. Pollination and other ecosystem services produced by mobile organisms:

a conceptual framework for the effects of land-use change. Ecology Letters, v. 10, n. 4, p. 299–314, abr. 2007.

KUTNER, M. H. Applied Linear Statistical Models. New York: McGraw-Hill, 2004.

LAL, R. Soil conservation and ecosystem services. International Soil and Water Conservation Research, v. 2, n. 3, p. 36–47, set. 2014.

LAMY, T. et al. Landscape structure affects the provision of multiple ecosystem services. Environmental Research Letters, v. 11, n. 12, p. 124017, 1 dez. 2016.

LAURANCE, W. F. et al. Ecosystem decay of Amazonian forest fragments : a 22-years investigation. Conservation Biology, v. 16, n. 3, p. 605–618, 2002.

LAURANCE, W. F. et al. Habitat fragmentation, variable edge effects, and the landscape-divergence hypothesis. PLoS ONE, v. 2, n. 10, p. e1017, 10 out. 2007.

LAURANCE, W. F. et al. The fate of Amazonian forest fragments: a 32-year investigation. Biological Conservation, v. 144, n. 1, p. 56–67, jan. 2011.

LAURANCE, W. F. et al. An Amazonian rainforest and its fragments as a laboratory of global change. Biological Reviews, v. 93, n. 1, p. 223–247, fev. 2018.

LAURANCE, W. F.; SAYER, J.; CASSMAN, K. G. Agricultural expansion and its impacts on tropical nature. Trends in Ecology & Evolution, v. 29, n. 2, p. 107–116, fev. 2014.

LAVOREL, S.; GARNIER, E. Predicting changes in community composition and ecosystem functioning from plant traits: revisiting the Holy Grail. Functional Ecology, v. 16, n. 5, p. 545–556, out. 2002.

LE BLOND, J. S. et al. Particulate matter produced during commercial sugarcane harvesting and processing: A respiratory health hazard? Atmospheric Environment, v. 149, p. 34–46, jan. 2017.

LEBAUER, D. S.; TRESEDER, K. K. Nitrogen limitation of net primary productivity in terrestrial ecosystem is globally distributed. Ecology, v. 89, n. 2, p. 371–379, fev. 2008.

LEWIS, S. L.; MALHI, Y.; PHILLIPS, O. L. Fingerprinting the impacts of global change on tropical forests. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 359, n. 1443, p. 437–462, 29 mar. 2004.

LIBUTTI, A.; MONTELEONE, M. Soil vs. groundwater: the quality dilemma. Managing nitrogen leaching and salinity control under irrigated agriculture in Mediterranean conditions. Agricultural Water Management, v. 186, n. 3, p. 40–50, maio 2017.

LÔBO, D. et al. Forest fragmentation drives Atlantic forest of northeastern Brazil to biotic homogenization. Diversity and Distributions, v. 17, n. 2, p. 287–296, mar. 2011.

LOPES, A. V. et al. Long-term erosion of tree reproductive trait diversity in edge-dominated Atlantic forest fragments. Biological Conservation, v. 142, n. 6, p. 1154–1165, 2009.

MA, L. et al. Ecosystem carbon storage in forest fragments of differing patch size. Scientific Reports, v. 7, n. 1, p. 13173, 13 dez. 2017.

MACARTHUR, R. H.; WILSON, E. O. The Theory of Island Biogeography. [s.l: s.n.]. v. 413

MACE, G. M.; NORRIS, K.; FITTER, A. H. Biodiversity and ecosystem services: a multilayered relationship. Trends in Ecology & Evolution, v. 27, n. 1, p. 19–26, jan. 2012.

MAESTRE, F. T. et al. Plant species richness and ecosystem multifunctionality in global drylands. Science, v. 335, n. 6065, p. 214–218, 13 jan. 2012.

MAGNAGO, L. F. S. et al. Do fragment size and edge effects predict carbon stocks in trees and lianas in tropical forests? Functional Ecology, v. 31, n. 2, p. 542–552, fev. 2017.

MALHI, Y. et al. Carbon dioxide transfer over a Central Amazonian rain forest. Journal of Geophysical Research, v. 103, n. 24, p. 593–612, 1998.

MALHI, Y.; DOUGHTY, C.; GALBRAITH, D. The allocation of ecosystem net primary productivity in tropical forests. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 366, n. 1582, p. 3225–3245, 27 nov. 2011.

MARULL, J. et al. Socioecological transition in the Cauca river valley, Colombia (1943 – 2010): towards an energy – landscape integrated analysis. Regional Environmental Change, n. March, 2017.

MATTHEWS, T. J.; COTTEE-JONES, H. E.; WHITTAKER, R. J. Habitat fragmentation and the species-area relationship: a focus on total species richness obscures the impact of habitat loss on habitat specialists. Diversity and Distributions, v. 20, n. 10, p. 1136–1146, out. 2014.

MCART, S. H. et al. High pesticide risk to honey bees despite low focal crop pollen collection during pollination of a mass blooming crop. Scientific Reports, v. 7, n. April, p. 46554, 19 abr. 2017.

MCDONALD, R. I. et al. Energy sprawl or energy efficiency: climate policy impacts on natural habitat for the United States of America. PLoS ONE, v. 4, n. 8, p. e6802, 26 ago. 2009.

MEEHAN, T. D. et al. Agricultural landscape simplification and insecticide use in the Midwestern United States. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 108, n. 28, p. 11500–11505, 12 jul. 2011.

MELITO, M.; METZGER, J. P.; DE OLIVEIRA, A. A. Landscape-level effects on aboveground biomass of tropical forests: a conceptual framework. Global Change Biology, n. March, p. 1–11, 27 nov. 2017.

MELO, F. P. L. et al. On the hope for biodiversity-friendly tropical landscapes. Trends in Ecology and Evolution, v. 28, n. 8, p. 461–468, 2013.

MENDES, C. P.; RIBEIRO, M. C.; GALETTI, M. Patch size, shape and edge distance influence seed predation on a palm species in the Atlantic forest. Ecography, v. 39, n. 5, p. 465–475, maio 2015.

METZGER, J. P. Conservation issues in the Brazilian Atlantic forest. Biological Conservation, v. 142, n. 6, p. 1138–1140, jun. 2009.

MITCHELL, M. G. E. et al. Reframing landscape fragmentation’s effects on ecosystem services. Trends in Ecology & Evolution, v. 30, n. 4, p. 190–198, abr. 2015.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MORTON, D. C. et al. Amazon forests maintain consistent canopy structure and greenness during the dry season. Nature, v. 506, n. 7487, p. 221–224, 5 fev. 2014.

MURCIA, C. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation. Trends in Ecology & Evolution, v. 10, n. 2, p. 58–62, fev. 1995.

MURCIA, C. et al. A critique of the ‘ novel ecosystem ’ concept. Trends in Ecology & Evolution, v. 29, n. 10, p. 548–553, 2014.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, v. 403, n. 6772, p. 853–8, fev. 2000.

MYNENI, R. B. et al. Global products of vegetation leaf area and fraction absorbed PAR from year one of MODIS data. Remote Sensing of Environment, v. 83, n. 1–2, p. 214–231, 2002.

NAEEM, S. et al. Biodiversity and plant productivity in a model assemblage of plant species. Oikos, v. 76, n. 2, p. 259–264, 1996.

NASCIMENTO, H. E. M.; LAURANCE, W. F. Biomass dynamics in Amazonian forest fragments. Ecological Applications, v. 14, n. sp4, p. 127–138, ago. 2004.

NASREDDINE, L.; PARENT-MASSIN, D. Food contamination by metals and pesticides in the European Union. Should we worry? Toxicology Letters, v. 127, n. 1–3, p. 29–41, fev. 2002.

NEPSTAD, D. C. The effects of partial throughfall exclusion on canopy processes, aboveground production, and biogeochemistry of an Amazon forest. Journal of Geophysical Research, v. 107, n. D20, p. 8085, 2002.

NGUYEN, D. et al. How plants handle multiple stresses: hormonal interactions underlying responses to abiotic stress and insect herbivory. Plant Molecular Biology, v. 91, n. 6, p. 727–740, 19 ago. 2016.

OLIVEIRA, M. A.; SANTOS, A. M. M.; TABARELLI, M. Profound impoverishment of the large-tree stand in a hyper-fragmented landscape of the Atlantic forest. Forest Ecology and Management, v. 256, n. 11, p. 1910–1917, nov. 2008.

PAN, Y. et al. A large and persistent carbon sink in the world’s forests. Science, v. 333, n. 6045, p. 988–993, 19 ago. 2011.

PAN, Y. et al. A modified framework for the regional assessment of climate and human impacts on net primary productivity. Ecological Indicators, v. 60, p. 184–191, jan. 2016.

PARUELO, J. M.; JOBBÁGY, E. G.; SALA, O. E. Current distribution of ecosystem functional types in temperate South America. Ecosystems, v. 4, n. 7, p. 683–698, 1 nov. 2001.

PENG, J. et al. Net primary productivity (NPP) dynamics and associated urbanization driving forces in metropolitan areas: a case study in Beijing City, China. Landscape Ecology, v. 31, n. 5, p. 1077–1092, 21 jun. 2016.

PEREIRA, M. D. B. et al. Avaliação quantitativa das precipitações diárias intensas na cidade de João Pessoa, Paraíba. Revista Geonorte, v. 1, p. 921–929, 2012.

PERES, C. A. et al. Dispersal limitation induces long-term biomass collapse in overhunted

Amazonian forests. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 113, n. 4, p. 892–897, 2016.

PETTORELLI, N. et al. Using the satellite-derived NDVI to assess ecological responses to environmental change. Trends in Ecology and Evolution, v. 20, n. 9, p. 503–510, 2005.

PHILLIPS, O. L. et al. Drought sensitivity of the Amazon Rainforest. Science, v. 323, p. 1344–1347, 2009.

PHOMPILA, C. et al. MODIS EVI and LST temporal response for discrimination of tropical land covers. Remote Sensing, v. 7, n. 5, p. 6026–6040, 2015.

PIESSENS, K. et al. Plant species richness and composition of heathland relics in north-western Belgium: evidence for a rescue-effect? Journal of Biogeography, v. 31, n. 10, p. 1683–1692, 13 set. 2004.

PIMM, S. L. The forest fragment classic. Nature, v. 393, n. 6680, p. 23–24, 7 maio 1998.

PINTO, S. R. R. et al. Landscape attributes drive complex spatial microclimate configuration of Brazilian Atlantic forest fragments. Tropical Conservation Science, v. 3, n. 4, p. 389–402, 2010.

POORTER, L. et al. Diversity enhances carbon storage in tropical forests. Global Ecology and Biogeography, v. 24, n. 11, p. 1314–1328, nov. 2015.

POWER, A. G. Ecosystem services and agriculture: tradeoffs and synergies. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 365, n. 1554, p. 2959–2971, 27 set. 2010.

PRIMACK, R. B.; MIAO, S. L. Dispersal can limit local plant distribution. Conservation Biology, v. 6, n. 4, p. 513–519, dez. 1992.

QUINTO-MOSQUERA, H.; MORENO, F. Net primary productivity and edaphic fertility in two pluvial tropical forests in the chocó biogeographical region of Colombia. PLOS ONE, v. 12, n. 1, p. e0168211, 23 jan. 2017.

RANTA, P. et al. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: Size, shape and distribution of forest fragments. Biodiversity and Conservation, v. 7, n. 3, p. 385–403, 1998a.

RANTA, P. et al. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: size, shape, and distribution of forest fragments. Biodiversity and Conservation, v. 7, p. 385–403, 1998b.

RIBEIRO, H. Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. Revista de Saúde Pública, v. 42, n. 2, p. 370–376, abr. 2008.

RIBEIRO, M. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? implications for conservation. Biological Conservation, v. 142, n. 6, p. 1141–1153, jun. 2009.

RICKETTS, T. H. et al. Landscape effects on crop pollination services: are there general patterns? Ecology Letters, v. 11, n. 5, p. 499–515, maio 2008.

RIES, L.; SISK, T. S. A predictive model of edge effects. Ecology, v. 11, n. July 2003, p. 591–602, 2004.

ROBERTSON, G. P. et al. Sustainable biofuels redux. Science, v. 322, n. 5898, p. 49–50, 3 out. 2008.

ROY, J.; SAUGIER, B.; MOONEY, H. Terrestrial Primary Productivity. [s.l.] Elsevier, 2001.

RUIMY, A.; SAUGIER, B. Methodology for the estimation of terrestrial net primary production from remotely sensed data. Journal of Geophysical Research, v. 99, n. 3, p. 5263–5283, 1994.

RUIZ-BENITO, P. et al. Diversity increases carbon storage and tree productivity in Spanish forests. Global Ecology and Biogeography, v. 23, n. 3, p. 311–322, mar. 2014.

SALA, O. E. et al. Primary production of the central grassland region of the United States. Ecology, v. 69, n. 1, p. 40–45, 1988.

SÁNCHEZ-DE-JESÚS, H. A. et al. Forest loss and matrix composition are the major drivers shaping dung beetle assemblages in a fragmented rainforest. Landscape Ecology, v. 31, n. 4, p. 843–854, 6 maio 2016.

SANTOS, B. A. et al. Drastic erosion in functional attributes of tree assemblages in Atlantic forest fragments of northeastern Brazil. Biological Conservation, v. 141, n. 1, p. 249–260, jan. 2008.

SANTOS, G. G. A. et al. Contrasting Demographic Structure of Short- and Long-lived Pioneer Tree Species on Amazonian Forest Edges. Biotropica, v. 44, n. 6, p. 771–778, 2012.

SAUNDERS, D. A.; HOBBA, R. J.; MARGULES, C. R. Biological consequences of ecosystem fragmentation: a review. Conservation Biology, v. 5, n. 1, p. 18–32, mar. 1991.

SCHUUR, E. A.; MATSON, P. A. Net primary productivity and nutrient cycling across a mesic to wet precipitation gradient in Hawaiian montane forest. Oecologia, v. 128, n. August 2001, p. 431–442, 2001.

SFAIR, J. C. et al. Taxonomic and functional divergence of tree assemblages in a fragmented tropical forest. Ecological Applications, v. 26, n. 6, p. 1816–1826, set. 2016.

SHI, H. et al. Assessing the ability of MODIS EVI to estimate terrestrial ecosystem gross primary production of multiple land cover types. Ecological Indicators, v. 72, p. 153–164, jan. 2017.

SILVA-JUNIOR, V. et al. Landscape urbanization threatens plant phylogenetic diversity in the Brazilian Atlantic Forest. Urban Ecosystems, n. February, p. 1–10, 19 fev. 2018.

SILVA, M. A. et al. Use of physiological parameters as fast tools to screen for drought tolerance in sugarcane. Brazilian Journal of Plant Physiology, v. 19, n. 3, p. 193–201, set. 2007.

SIMON-DELSO, N. et al. The challenges of predicting pesticide exposure of honey bees at landscape level. Scientific Reports, v. 7, n. 1, p. 3801, 19 dez. 2017.

TABARELLI, M. et al. Effects of pioneer tree species hyperabundance on forest fragments in Northeastern Brazil. Conservation Biology, v. 24, n. 6, p. 1654–1663, 2010.

TABARELLI, M.; LOPES, A. V; PERES, C. A. Edge-effects drive Tropical Forest fragments towards an early-successional system. Biotropica, v. 40, n. 6, p. 657–661, nov. 2008.

TABARELLI, M.; PERES, C. A.; MELO, F. P. L. The “few winners and many losers” paradigm revisited: Emerging prospects for tropical forest biodiversity. Biological Conservation, v. 155, p. 136–140, 2012a.

TABARELLI, M.; PERES, C. A.; MELO, F. P. L. The ‘few winners and many losers’ paradigm revisited: Emerging prospects for tropical forest biodiversity. Biological Conservation, v. 155, p. 136–140, out. 2012b.

TAKI, H. et al. Plantation vs. natural forest: matrix quality determines pollinator abundance in crop fields. Scientific Reports, v. 1, n. 1, p. 132, 28 dez. 2011.

THIES, C.; TSCHARNTKE, T. Landscape structure and biological control in agroecosystems. Science, v. 285, n. 5429, p. 893–895, 6 ago. 1999.

TIAN, Y. Comparison of seasonal and spatial variations of leaf area index and fraction of absorbed photosynthetically active radiation from moderate Resolution Imaging Spectroradiometer (MODIS) and common land model. Journal of Geophysical Research, v. 109, n. 1, p. 1–14, 2004.

TILMAN, D. et al. Plant diversity and ecosystem productivity: theoretical considerations. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 94, n. 5, p. 1857–61, 1997.

TILMAN, D. Forecasting agriculturally driven global environmental change. Science, v. 292, n. 5515, p. 281–284, 13 abr. 2001.

TILMAN, D. et al. Agricultural sustainability and intensive production practices. Nature, v. 418, n. 6898, p. 671–677, 8 ago. 2002.

TSCHARNTKE, T. et al. Landscape perspectives on agricultural intensification and biodiversity - Ecosystem service management. Ecology Letters, v. 8, n. 8, p. 857–874, 2005.

TSCHARNTKE, T. et al. Conservation biological control and enemy diversity on a landscape scale. Biological Control, v. 43, n. 3, p. 294–309, dez. 2007.

TSCHARNTKE, T. et al. Landscape moderation of biodiversity patterns and processes - eight hypotheses. Biological Reviews, v. 87, n. 3, p. 661–685, ago. 2012.

TURNER, M. G.; DONATO, D. C.; ROMME, W. H. Consequences of spatial heterogeneity for ecosystem services in changing forest landscapes: priorities for future research. Landscape Ecology, v. 28, n. 6, p. 1081–1097, 25 jul. 2013.

VERMONTE, E. et al. Preliminary analysis of the performance of the Landsat 8/OLI land surface reflectance product. Remote Sensing of Environment, v. 185, p. 46–56, 2016.

VERMOTE, E. F.; KOTCHENOVA, S. Atmospheric correction for the monitoring of land surfaces. Journal of Geophysical Research Atmospheres, v. 113, n. 23, p. 1–12, 2008.

VIEIRA, M. A. et al. Object based image analysis and data mining applied to a remotely sensed Landsat time-series to map sugarcane over large areas. Remote Sensing of Environment, v. 123, p. 553–562, ago. 2012.

VINET, L.; ZHEDANOV, A. A ‘missing’ family of classical orthogonal polynomials. Journal of Physics A: Mathematical and Theoretical, v. 44, n. 8, p. 085201, 25 fev. 2011.

VOGT, K. A. et al. Review of root dynamics in forest ecosystems grouped by climate, climatic forest type and species. Plant and Soil, v. 187, n. 2, p. 159–219, jul. 1996.

WARING, R.; RUNNING, S. W. Forest Ecosystems. 3ª ed. San Diego: Elsevier Academic Press, 1994.

WOODCOCK, B. A. et al. Country-specific effects of neonicotinoid pesticides on honey bees and wild bees. Science, v. 356, n. 6345, p. 1393–1395, 30 jun. 2017.

WU, J. et al. Leaf development and demography explain photosynthetic seasonality in Amazon evergreen forests. Science, v. 351, n. 6276, p. 972–976, 26 fev. 2016.

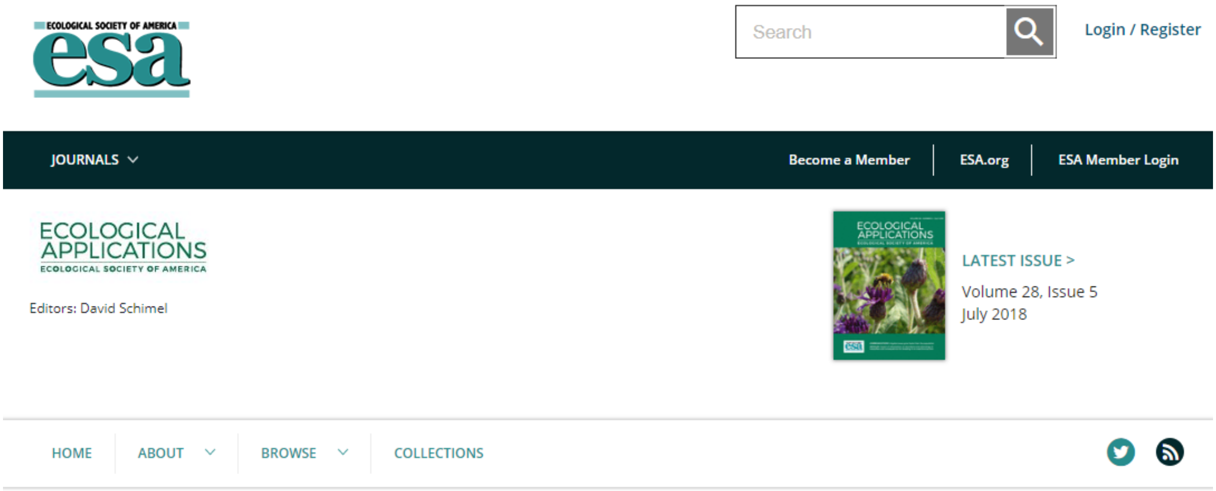
WU, J. et al. Partitioning controls on Amazon forest photosynthesis between environmental and biotic factors at hourly to interannual timescales. Global Change Biology, v. 23, n. 3, p. 1240–1257, mar. 2017.

YEN, J.-H.; LIN, K.-H.; WANG, Y.-S. Potential of the insecticides acephate and methamidophos to contaminate groundwater. Ecotoxicology and Environmental Safety, v. 45, n. 1, p. 79–86, jan. 2000.

ZAMBERLAN, J. F. et al. Produção e manejo agrícola: impactos e desafios para sustentabilidade ambiental. Engenharia Sanitaria e Ambiental, v. 19, n. spe, p. 95–100, 2014.

ZHANG, W. et al. Ecosystem services and dis-services to agriculture. Ecological Economics, v. 64, n. 2, p. 253–260, dez. 2007.

ANEXO A - NORMAS DA REVISTA ECOLOGICAL APPLICATIONS



ECOLOGICAL SOCIETY OF AMERICA esa

Search

Login / Register

JOURNALS

Become a Member | ESA.org | ESA Member Login

ECOLOGICAL APPLICATIONS ECOLOGICAL SOCIETY OF AMERICA

Editors: David Schimel

LATEST ISSUE >

Volume 28, Issue 5

July 2018

HOME | ABOUT | BROWSE | COLLECTIONS

Ecological Applications

- Peer review process
- Accepted manuscript requirements
- Supporting information
- Conventions
- Permissions
- Copyright transfer and press embargo
- Publication fees and open access
- Page proofs and publication

Manuscript Submission

New submissions As of January 4, 2016, all new manuscripts must be submitted through **ScholarOne** if you have not already done so, check to see if you are already in the ScholarOne database by putting your email address in the E-mail Address field under Password Help and click "Go". You could be in the database even if you were never previously an author of a manuscript submitted to any of the ESA journals. Do NOT create a new account if you are already in the database. If you suspect we have an old email address for you, please contact esajournals@esa.org to update your record. If you have verified that there is no account for you, you can create an account at the submission site by clicking on the “Register Here” button. Please study the site’s Instructions and Forms using the link at the top of the screen and then let the system guide you through the submission process. Online help is available to you at all times during the process. If you have any questions, do not hesitate to contact us at esajournals@esa.org.

Types of Contributions

Length limits with respect to manuscripts refer to all pages, including title page, text, literature cited, tables and figures. Each figure will count as one page.

Final decisions on article types are at the discretion of ESA. Papers submitted/accepted as Communications that require more than 8.0 PDF pages in the typeset version will instead be published as Articles.

Articles. Articles describing significant original research comprise the core of the journal. Articles generally should not exceed 60 manuscript pages (double-spaced, 12-point Times New Roman font, including everything from the title page through the last figure). Abstracts should be no longer than 350 words. Articles exceeding 60 manuscript pages may be considered for transfer to *EcologicalMonographs* at the discretion of the Editor-in-Chief.

Communications. Communications are shorter papers (up to 8 journal pages) of immediate impact in fast-moving scientific debate or urgent practical application. These papers will be fast-tracked through the editorial, review, and production processes so as to make possible a relatively rapid publication.

These papers must be accompanied by a cover letter clearly indicating that the paper is being submitted for consideration for the Communications section and explaining why the paper warrants this special treatment. Papers deemed unsuitable for Communications may be considered for publication as regular articles.

As added incentives for authors to cast their submissions in the concise Communications format:

* All Communications will be freely available for no extra charge (i.e., one need not be a subscriber or have institutional access in order to view full text online).

* Authors are encouraged to utilize color figures. This journal is published online only beginning in 2018 and color figures incur no additional charges.

By making the Communications more accessible and visually appealing, we hope to increase our readership and cement *Ecological Applications'* reputation as the place where authors publish the most important and exciting research findings in our science.

In order to assure rapid publication, papers must conform to a strict page limit and format. Communication submissions may contain up to 20 manuscript pages (double-spaced, 12-point Times New Roman font, including everything from the title page through the last figure). The abstract can have a maximum of 200 words.

Invited Features. Invited Features are intended to address various aspects of a theme that is likely to be of broad interest to applied ecologists. Ideally, a feature should inform a broad audience about an unfamiliar topic or an area in which there has been considerable recent progress, or it should cause the audience to re-examine an issue that is not as settled as most have presumed. Proposals for Invited features should be addressed to the Editor-in-Chief. See Invited Features for additional advice and instructions that explain how to propose and prepare Invited Features.

Forums. *Ecological Applications* occasionally publishes Forums. A Forum can take a number of forms but always includes a series of commentaries solicited from a number of experts. These commentaries represent personal responses to a paper (or papers) considered to be of very broad interest and significance within the field of applied ecology.

Possible variations include but are not limited to:

- An original (published for the first time) research, review, or discussion paper, followed by a number of commentaries,
- A paper republished (with permission) from another journal, followed by commentaries,
- An ESA report, followed by commentaries,
- Several original papers on a common topic, followed by commentaries,
- A Special or Invited Feature, followed by several commentaries.

The number of commentaries can depend on the nature of the Forum, but normally would not exceed six to eight. The commentaries are reviewed by the Editor-in-Chief (EIC).

An individual interested in proposing a Forum should contact the EIC to discuss the idea. If the EIC believes the idea should be pursued, a short proposal must be submitted for review by one or more member of the Board of Editors.

Letters to the Editor. A Letter to the Editor points out errors of fact or interpretation in, or otherwise comments on, an article that previously appeared in a published issue (not merely a preprint) of *Ecological Applications,* or in articles or books that are the basis of numerous articles published in ESA journals. Submissions must contain no more than 16 manuscript pages.

Letters may be assigned to a Subject-matter Editor for evaluation. As with regular articles, typically two reviews will be sought. Every effort will be made to expedite the review process.

At the time a Letter is assigned to a Subject-matter Editor, a copy will be sent by the Publications Office to the corresponding author of the original paper. The authors of the paper being commented upon will be offered the opportunity to submit a signed review to the Subject-matter Editor, who will view such a review as supplemental to and not a replacement for the regular reviews. The signed supplemental review will be forwarded to the author(s) of the Letter, together with the two regular reviews and the Subject-matter Editor's decision letter.

When the Letter is first sent to the authors of the manuscript being commented upon, they will be informed by receipt of this policy document that at such time as the Letter is accepted for publication, they will be sent a copy of the final version and will be invited by the Subject-matter Editor to prepare a response. The response must be completed within four weeks if simultaneous publication is to be guaranteed. Authors should submit the response online and it will be sent to the same Subject-matter Editor who handled the Comment or Letter. The response will typically be reviewed by one reviewer, but the Subject-matter Editor may choose to accept the response without review in cases where the response is short and simple.

We will attempt to publish all letters on a particular paper plus any response together. We generally neither invite nor publish responses to responses.

Submission Requirements

Cover Letter. The cover letter should explain how the manuscript fits the scope of the journal, and more specifically how it advances the field, while having broad appeal. If the manuscript relates to any previous submission to an ESA journal, that must be explained as well. There is a required text box for the cover letter. Uploading a cover letter as an attachment is optional.

Original Submission. Provide information describing the extent to which data or text in the manuscript have been used in other works that are published, in press, submitted, or soon to be submitted elsewhere. Enter this information in section “Dual Publication”.

No Prior Publication. ESA journals require that all submissions be original contributions, with full disclosure of any possible redundant publication made in a letter accompanying the submission. Under certain circumstances, use of the same data in two or more publications is appropriate and beneficial. This may be particularly true when new information allows reinterpretation of previously published data. In many cases, however, duplicate publication is wasteful of journal space and user resources.

Although it is the Editor's responsibility to decide whether specific duplications are useful or wasteful, these decisions are generally based on information supplied by the authors. ESA journals have adopted a policy to facilitate this process. At the time of submission, authors must provide information describing the extent to which data or text in the manuscript have been used in other papers that are published, in press, submitted, or soon to be submitted elsewhere. In cases of overlap with other publications or submissions, authors should include copies of said papers along with the current submission.

Sometimes it is difficult to assess whether a work has truly been published previously. If a previous work was published in a journal or book that is already available in libraries, or is available for libraries to purchase, we expect no more than one-third overlap between the previous publication and the submission to ESA. Reference should be made to any closely related previous publication, especially if a table or figure is reproduced. If any data in a manuscript have been included in other published or unpublished manuscripts, the legend of each table or illustration reporting such data must cite those manuscripts. When in doubt, an author should supply copies of the previous publication to be sent to the Subject matter Editor and reviewers, who would then be asked to consider this matter. Authors are responsible for obtaining permission to reproduce previously published material.

A posting of a manuscript or thesis on an author’s personal or home institution’s website or ftp site generally will not be considered previous publication. Similarly, posting of a “working paper” in an institutional repository is allowed so long as at least one author is affiliated with that institution.

Submitted manuscripts may have been posted to a preprint archive if the papers in the archive are not peer-reviewed, and provided that a link to the published article will be added if the manuscript is accepted by an ESA journal. Authors should disclose whether such a posting has been made at the time of submission. If a manuscript is available as part of a digital publication such as a journal, technical series, or some other entity to which a library can subscribe (especially if that publication has an ISSN or ISBN), we will consider that the manuscript has been published and is thus not eligible for consideration by our journals. Finally, a necessary test for prior publication is whether the author can legally transfer copyright to ESA.

Resubmission Policy. If the manuscript (or an earlier version of the manuscript) has been previously submitted to the same or another ESA journal, provide the previous manuscript number; explain how the current version differs from the previously submitted version and why it should be considered now for this journal. There are no guarantees it will be reviewed by the newly targeted journal. Enter this information in section “Previously Submitted”.

Adherence to the ESA Code of Ethics. Authors should adhere to the ESA Code of Ethics; it deals with authorship, plagiarism, fraud, unauthorized use of data, copyrights, errors, confidentiality, intellectual property, attribution, willful delay of publication, and conflicts of interest, as well as other matters that are not specific to the publication process. The following general principles will be adhered to in dealing with situations in which an author's ethics are in question.

Manuscripts submitted to ESA journals are confidential. We will not normally reveal whether an author has submitted a manuscript to us or what a particular manuscript might contain, unless the authors ask that we do so. To do otherwise would be to compromise the ability of an author to obtain proper credit for his or her discoveries.

In the event that a private individual reports to us concerns about the ethics of a particular author, we will take note of such concerns and watch for any manuscript by that author that might represent questionable ethical practices.

If ESA has reason to doubt the ethical practices of an author of a manuscript, either because of concern raised by an editor, or because of information obtained from some other source, the Editor-in-Chief will process the manuscript in accordance with normal practice, but will simultaneously refer the matter to the ESA Professional Ethics Committee for review. The Committee will conduct whatever investigation it feels appropriate, taking care not to inadvertently damage the reputation of any of the parties concerned. The Editor-in-Chief will receive the advice of the Committee and decide a course of action in consultation with the Executive Director of the Society.

Animal welfare. Authors using experimental vertebrate animals must certify that their care was in accordance with institutional guidelines.

Endangered species. Authors must certify that research involving endangered species was conducted in conformance with all applicable laws.

Data Policy. As a condition for publication of a manuscript in *Ecological Applications*, all data associated with the results must be made available in a permanent, publicly accessible data archive or repository.

Authors are strongly encouraged to deposit the data underlying their manuscripts in the Dryad data repository or Figshare, which both provide flexible platforms for a wide variety of digital data. Other permanent depositories include GenBank for DNA sequences, ORNL-DAAC for biogeochemical data, Knowledge Network for Biocomplexity: KNB and the Environmental Data Initiative (EDI), as well as institutional repositories such as that at the University of Illinois.

Archived data should be sufficiently complete so that subsequent users can repeat tables, graphs, and statistical analyses reported in the original publication, and derive summary statistics for new or meta- analyses. Thus, the normal resolution of the data that are archived will be at the level of individual observations.

Publication in *Ecological Applications* constitutes publication of the data, which are then citable, and the desire of authors to control additional research with these data shall not generally be grounds for withholding published data. Sensitive information including but not limited to precise locality data for rare, threatened, or endangered species, or identity of human subjects, should be redacted as required. Sufficient metadata should accompany the data file so that others can readily use files and interpret variables, including their units. Such metadata can usually be provided in a short text file. Data must be registered and available at the time of publication, although in specific cases, data registration and metadata availability at the time of acceptance, with a firm subsequent date for release of primary data may be acceptable.

By depositing data prior to publication of a manuscript, a permanent link can be made to and from the published paper. Supporting information included with your article can be used for this purpose, but only if the material is submitted with the original submission for peer review. Data must be deposited in other depositories following acceptance and prior to publication.

Advantages of depositing data in a permanent repository include:

* Visibility: Making your data available online (and linking it to the publication) provides a new pathway for others to learn about your work.

* Citability: All data you deposit will receive a persistent, resolvable identifier that can be used in a citation as well as listed on your CV.

* Workload reduction: If you receive individual requests for data, you can simply direct them to files in the archive.

* Preservation: Your data files will be permanently and safely archived in perpetuity.

* Impact: You will garner citations through the reuse of your data.

Authors will be responsible for any fees charged by external data repositories in order to comply with the data archiving requirement.

Computer Code. Authors must disclose software and statistical procedures used in the manuscript and provide any novel computer code used for models, simulations, or statistical analyses.

English. Authors whose native language is not English are encouraged to enlist the aid of a native English-speaking colleague to go over the manuscript for correct usage and clarity prior to submission. The Wiley English Language Editing Service can help to ensure your paper is clearly written in standard, scientific English language appropriate to your discipline and is available for a fee on the submission page. No guarantees are associated with the use of these services.

Page Charges. Authors must agree to pay page charges or must obtain an ESA page-charge grant. Page charges will only be incurred for manuscripts accepted for publication.

Manuscript Format

Consult recent issues for examples of journal style. For purposes of review, submitted manuscripts need not adhere to journal style in every detail; however, preparation of final revisions of manuscripts accepted for publication will be easier if ESA style is followed from the outset. But be sure to abide by the following minimum formatting requirements for submitted manuscripts:

* The manuscript text and literature cited must be double-spaced at three lines per inch (12 lines/10 cm) in 12-point Times New Roman font. Choose the "double-spacing" option for line

spacing. Leave a 1- inch (2.54-cm) margin on all sides of each page. Page size should be Letter 8 ½" by 11". Do not justify the right margin.

* Assemble the parts of the manuscript in this order: title page, abstract, key words, text, acknowledgments, literature cited, tables (one table per page), figure legends (on separate page preceding the first figure), figures (one figure per page; label each figure, i.e., Figure 1, Figure 2, etc.), and lastly any Appendices. Please note that if your manuscript is accepted, the appendices would only be published online, but for review purposes, appendices need to be merged into one file together with the manuscript, for the convenience of reviewers and editors. Other supporting information such as raw data or code will need to be in a separate file.

* Number all pages (including tables and figures), starting with the title page.

* All pages of text must have line numbers as well.

Allowable File Formats

Manuscript files: Manuscript files in Word (.doc or .docx), WordPerfect (.wpd), Rich-text format (.rtf) or LaTeX (.TEX) format. If submitting in LaTeX, please also upload a PDF version - fonts included, no T3 fonts - of your LaTeX file.

Tables: Tables in doc, xls, or csv format (or tables may be included in the manuscript file).

Figures and images: Figures/Images in .doc, .docx, .jpeg, .tif, .eps, .ps, .pdf, .ppt, or .ai format (or figures may be included in the manuscript file).

Supporting information: Appendices in .doc, .pdf, or .html format. Video appendices in .mpeg or .mov format. Other supporting information can include, but is not limited to, original and derived data sets, source code for simulation models, and details of and software for unusual statistical analyses. A metadata document that describes data files or code file should be included with such files and uploaded separately.

Figure Preparation Guidelines and Tips for Peer Review Submission.

- Are all figures included in your submission as separate files or in an inclusive PDF/Word
- document/LaTeX suite?
- Do all figures have an accompanying legend that describes the content and explains any abbreviations or symbols?
- Are all figures cited in the main text of your article in numeric order
- Are all words or symbols appearing in your figures large enough for easy reading?
- Is each individual figure file less than 10 MB?

Tables and figures: may be in a separate file or in one file together with the manuscript text. If figures are in a separate file, please provide a separate file with all the figure legends (or include it in the manuscript file). (Please be aware that a lower resolution figure may look fine on a computer screen, but that does not mean it will look good if a reviewer or editor prints it out.) Please upload as “Supporting Information for review and online publication only.”

Peer Review Process

1. The author submits a manuscript via ScholarOne.
2. The Peer Review Specialist (PRS) checks that the manuscript conforms to the journal's formatting guidelines and editorial policies.
3. The EiC and AEiCs evaluate the manuscript and decide whether to review; or reject without review, or reject with transfer offer to another ESA journal. If the former, the EiC assigns the paper to a Subject-matter Editor (SME). If the latter, steps 7 and 8 are performed.
4. The SME reviews the article and may reject the paper without further review (or reject with transfer offer) (steps 7 and 8) or suggest potential Reviewers. Most submissions are evaluated by two external, anonymous Reviewers – sometimes more, sometimes less.
5. The Reviewers review the manuscript and make comments and a recommendation (generally expected within 3 weeks).
6. Once the Reviewers have submitted their reports, the SME reviews the comments and makes a decision: either (a) Accept, (b) Revise, (c) Reject with resubmission invitation, (d) Reject or (e) Reject with transfer offer to another ESA journal.
7. The SME drafts a decision letter that includes the review comments as appropriate. The SME may provide additional suggestions for revision. The draft is submitted for proofreading by ESA staff.
8. The decision letter is proofread, finalized, and forwarded to the corresponding author.
9. If the decision is "revise", the authors revise the manuscript and resubmit via ScholarOne as soon as possible, preferably within six weeks. If the revised manuscript has not been submitted within three months of the decision, any subsequent revision must be submitted as a new manuscript and will be given a new manuscript number. Revisions will be sent back to the original SME so long as he/she is still available.
10. The SME reviews the revised manuscript and either requests further reviews (repeating steps 4–8 above) or makes a decision (steps 7 and 8 above).
11. The steps may be repeated as many times as necessary until a final decision is rendered. In the event the paper is accepted for publication, authors are provided a final opportunity to prepare the files related to the article for page production and publication.

Accepted Manuscripts

Assembly. Assemble the parts of the manuscript in this order: title page, abstract, key words, text, acknowledgments, literature cited, tables, figure legends, figures. Appendices and Supplements should be in a separate file or files. Number all pages (including appendices, tables, and figures) consecutively. All papers must be in English. Use American spellings (e.g., behavior, not behaviour). The CBE Style Manual, Fifth Edition, is recommended for details of style.

Title Page

Running Head.—A running head of no longer than 40 letters and spaces should be provided at the top of the title page.

Title.—Titles should be concise, informative, tell what the paper is about, and what it found. It should contain key words necessary for digital search and retrieval methods. Avoid vague declarations (e.g., "effects of ..."); strive for information content (e.g., “fungi kill tardigrades"). The maximum length is 120 characters, including spaces. Do not include the authority for taxonomic names in the title or in the abstract. Titles may not include numerical series designations. The first letter of the first word in the title is capitalized. All other words, except for proper nouns, are lowercase.

List of Authors.—For each author, give the relevant address—usually the institutional affiliation of the author during the period when all or most of the research was done. Each author’s present address, if different from this, and the author's email address should appear as a footnote at the bottom of the title page. Identify the Corresponding Author on the title page.

Individuals listed as authors should have played a significant role in designing or carrying out the research, writing the manuscript, or providing extensive guidance on the execution of the project. Those whose role was limited to providing materials, financial support, or review should be recognized in the Acknowledgments section.

Abstract

The abstract should explain to the general reader why the research was done and why the results should be viewed as important. It should provide a brief summary of the research, including the purpose, methods, results, and major conclusions. Do not include literature citations in the Abstract. Avoid long lists of common methods or discursive explanations of what you set out to accomplish.

The primary purpose of an abstract is to allow readers to determine quickly and easily the content and results of a paper. Abstracts should not exceed 200 words for Communications, and 350 words for Articles.

Key Words

Following the Abstract, list between 6–12 key words/phrases Words from the title of the article may be included in the key words. Each key word should be useful as an entry point for a literature search.

Body of the Article

If appropriate, organize your article in sections labeled Introduction, Methods, Results, and Discussion. You may need to add a section for Conclusions. Brief articles usually do not require a label for the Introduction. If the nature of your research requires a different organization, specify the level of each section heading (1st-order head, 2nd-order head, etc.) by using unique type styles (italics, boldface) consistently for each heading in the hierarchy.

A brief Introduction describing the paper's significance should be intelligible to the general reader of the journal. The Introduction should state the reason for doing the research, the nature of the questions or hypotheses under consideration, and essential background. The Introduction is not a place for a lengthy review of the topic!

The Methods section should provide sufficient information to allow someone to repeat your work. A clear description of your experimental design, sampling procedures, and statistical procedures is especially important. Do not describe commonplace statistical tests in Methods, but allude to them briefly in Results. If you list a product (e.g., animal food, analytical device), supply the name and location of the manufacturer. Give the model number for equipment specified. Supply complete citations, including author (or editor), title, year, publisher, and version number, for computer software mentioned in your article.

Results generally should be stated concisely and without interpretation, though in complex studies modest interpretation of individual parts can provide context helpful for understanding subsequent parts. The Discussion should explain the significance of the results. Distinguish factual results from speculation and interpretation. Avoid excessive review.

Acknowledgments

Acknowledgments, including funding information, should appear in a brief statement at the end of the body of the text. Acknowledgments of specific author contributions to the paper should appear here.

Literature Cited (and other citations)

Avoid excessive citations; cite only essential sources. Before submitting the manuscript, check each citation in the text against the Literature Cited to see that they match exactly. Delete citations if they are not actually cited in the article. The list should conform in sequencing and punctuation to that in recent issues of the journal. All journal titles should be spelled out completely. Provide the publisher's name and location when you cite conference proceedings or other books.

The Literature Cited section of a paper may refer only to permanently archived material. If a reasonably diligent scholar 20 years in the future could not be assured of finding a particular source, it would not be acceptable as literature cited. Because Internet sources typically have a short half-life, they may not be included in Literature Cited sections unless there is reasonable evidence of permanency (e.g., Dryad). As a general rule, any publication that has an ISSN or ISBN is acceptable, but should be referenced by name (the URL may be added, but is not essential).

Do not list abstracts or unpublished material in the Literature Cited. These materials may be listed in the text as personal observations (by an author of the present paper), personal communications (information from others), public communications (information in published abstracts or information publicly distributed over the Internet but not permanently archived), unpublished manuscript, or unpublished data. The author(s) is expected to verify for all "personal communications" that the authority cited agrees to the use of his or her name. For public communications, the reference should include date printed or accessed, and title of the source, and basic access information such as URL.

Tables

Tables should supplement, not duplicate, the text. They should be numbered in the order of their citation in the text. Start each table on a separate page. Provide a short descriptive title at the top of each table; rather than simply repeating the labels on columns and rows of the table, the title should reveal the point of grouping certain data in the table. Statistical and other details should be provided as footnotes rather than appearing in the title. Never repeat the same material in figures and tables; when either is equally clear, a figure is preferable. Do not include any class of information in tables that is not discussed in the text of the manuscript.

At the submission and review stages, embedded image files are acceptable for tables. Final versions of accepted manuscripts must have “true” tables in an editable format, created by using the “Insert Table” function, rather than using tabs or spaces. In Microsoft Word you should select “Insert”, “Table”, then specify the number of rows and columns and fill in the individual cells.

Tables cannot contain colors, shading, or graphics. If such enhancements are needed, the information should be formatted as a figure.

Figures

Figures should be submitted in the following formats for accepted manuscripts:

- TIFF
- JPEG
- EPS (vector graphics)
- PDF (with fonts embedded)
- PPT/PPTX
- DOC/DOCX
- AI

Files should adhere to the following resolution requirements:

- 600 dpi for black and white or color line art (bar graphs, charts, etc.)
- 300 dpi for photographs
- 600 dpi for combination images (photographs that also contain line art, text, or thin lines)

General Appearance:

- Do not embed figures in the body of your article document. Number each figure with Arabic numerals in order of their citation in text. Label multipart figures with consecutive letters of the alphabet, using a lowercase letter (a, b, c, etc.). Place this letter in the upper left corner of the figure, outside the figure itself (not in the figure).
- Because this journal is published online only beginning in 2018, color figures incur no additional charge and are encouraged for your submission. We suggest using a colorblind-friendly palette.
- Grayscale patterns do not reproduce as well as solid colors or lines. Avoid small dotted lines, thin lines, multiple levels of gray shading, and stippling. For bar graphs, use black, white, striped, hatched, or colored designs, but only if they are sufficiently widely spaced to appear distinct from one another.
- If no important information will be lost, consider placing fewer numbers on the axes to achieve an uncluttered look. Define abbreviations in the figure legend, not on the

figure itself. Symbol keys and scale bars should appear on the figures, not in the figure legends. Make figures as simple as possible; avoid gridlines and boxes.
- Maps generally should include longitude and latitude, an indication of compass direction, and a thin outer line as a border. Make lines on maps bold and distinct while eliminating information not pertinent to the subject.

Size and Proportion:

- Figure sizes should be no more than 6 inches wide and 7 inches high. When possible, submit figures in the size you wish to have them appear in the journal. Most illustrations, except some maps and very wide graphs, should be 1-column width (3 inches) at a resolution of 600 dpi.
- The font size of the *x*- and *y*-axis numbers should be slightly smaller than the axis label. A consistent font (Helvetica is preferred) should be used throughout. Use boldface type only if required for journal style. Use sentence case (i.e., only capitalize the first word) for axis titles, labels, and legends.
- For symbols and lines, avoid very small sizes and line thicknesses (1 point width stroke or greater is preferable). All elements of a figure should appear with the same degree of intensity. If different degrees of intensity need to be conveyed, lines should differ by 1 point width for clarity.

Image quality will be drastically reduced, possibly impacting readability, if you do not supply your images in the preferred formats and resolutions.

Submission Checklist: Images

Figure Preparation Guidelines and Tips for Peer Review Submission.

- Are all figures included in your submission as separate files or in an inclusive PDF/Word document/LaTeX suite?
- Do all figures have an accompanying legend that describes the content and explains any abbreviations or symbols?
- Are all figures cited in the main text of your article in numeric order
- Are all words or symbols appearing in your figures large enough for easy reading?
- Is each individual figure file less than 10 MB?

Checklist

Figure Preparation Guidelines and Tips for Post-Acceptance.

- Are all figures included in your submission as separate files or in an inclusive PDF/Word document/LaTeX suite? **Tip!** Single, original, unconverted files are best.
- Do all figures have an accompanying legend that describes the content and explains any abbreviations or symbols? **Tip!** Include your figure legends as a separate section in your main text file.
- Are all figures cited in the main text of your article? **Tip!** Ensure all figures are numbered in the order in which they are mentioned in the manuscript.

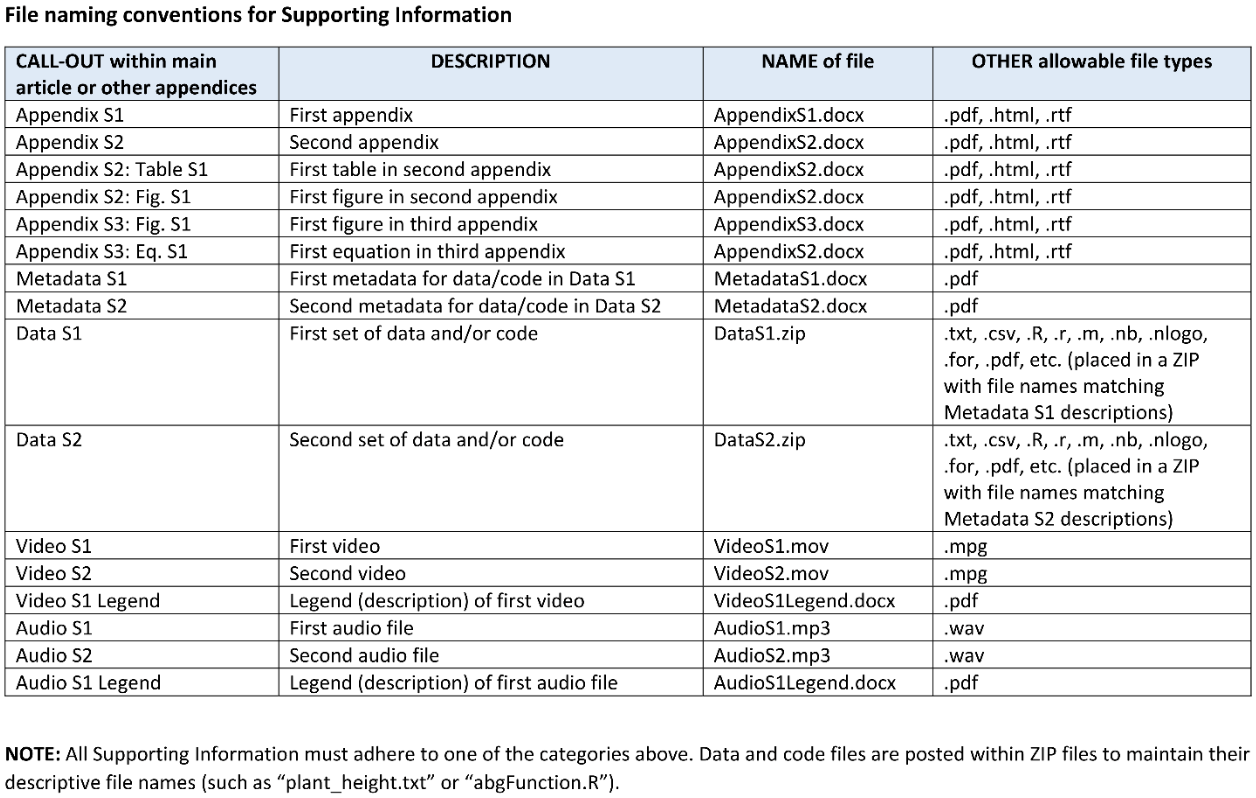
- Are all words or symbols appearing in your figures large enough for easy reading by peer reviewers? **Tip!** Closely follow the preferred resolution guidelines for best presentation.
- Are all figures saved in a common file type? **Tip!** Use the preferred file types for best image quality.
- Is each individual figure file less than 10 MBs? **Tips!** Remove excess white space surrounding figures for lower file size. Use the LZW compression option when saving TIFF files to reduce file size without affecting image quality.
- Were figures created between 80 and 180 mm in width and using 300 to 600 DPI (larger for line art)? **Tip!** Higher quality figures are more useful to readers.
- Are all figure files named with their appropriate figure number? **Tip!** Use only figure numbers in the file names to ensure correct typesetting (ie: Figure 1).

Supporting Information

Digital appendices, data, and code to be posted in conjunction with the article must be provided with your original submission or revision for peer review and editorial approval. New material cannot be added after acceptance of your article. Supporting Information will be linked to the manuscript in the online journal but is not copyedited nor typeset; this material should be prepared for publication in Wiley Online Library by the author.

At the top of each appendix, list the authors, manuscript title, and journal name. Place tables and figures within appendices. For each appendix, include a full Literature Citations section for all references found therein.

Supporting Information should be labeled with the prefix "S"; for example Appendix S1 (for the first appendix), Appendix S2 (for the second Appendix), Data S1 (for the first set of data files described by one Metadata S1 document), and so on. Within each appendix, the table, figure, and equation labels start with "S1" and numbering begins anew with each appendix. For references to the material within the text, provide the appendix label as well as the specific table or figure references (e.g. “Appendix S1: Table S3” or “Appendix S2: Figure S1”).



File naming conventions for Supporting Information

CALL-OUT within main article or other appendices	DESCRIPTION	NAME of file	OTHER allowable file types
Appendix S1	First appendix	AppendixS1.docx	.pdf, .html, .rtf
Appendix S2	Second appendix	AppendixS2.docx	.pdf, .html, .rtf
Appendix S2: Table S1	First table in second appendix	AppendixS2.docx	.pdf, .html, .rtf
Appendix S2: Fig. S1	First figure in second appendix	AppendixS2.docx	.pdf, .html, .rtf
Appendix S3: Fig. S1	First figure in third appendix	AppendixS3.docx	.pdf, .html, .rtf
Appendix S3: Eq. S1	First equation in third appendix	AppendixS2.docx	.pdf, .html, .rtf
Metadata S1	First metadata for data/code in Data S1	MetadataS1.docx	.pdf
Metadata S2	Second metadata for data/code in Data S2	MetadataS2.docx	.pdf
Data S1	First set of data and/or code	DataS1.zip	.txt, .csv, .R, .r, .m, .nb, .nlogo, .for, .pdf, etc. (placed in a ZIP with file names matching Metadata S1 descriptions)
Data S2	Second set of data and/or code	DataS2.zip	.txt, .csv, .R, .r, .m, .nb, .nlogo, .for, .pdf, etc. (placed in a ZIP with file names matching Metadata S2 descriptions)
Video S1	First video	VideoS1.mov	.mpg
Video S2	Second video	VideoS2.mov	.mpg
Video S1 Legend	Legend (description) of first video	VideoS1Legend.docx	.pdf
Audio S1	First audio file	AudioS1.mp3	.wav
Audio S2	Second audio file	AudioS2.mp3	.wav
Audio S1 Legend	Legend (description) of first audio file	AudioS1Legend.docx	.pdf

NOTE: All Supporting Information must adhere to one of the categories above. Data and code files are posted within ZIP files to maintain their descriptive file names (such as “plant_height.txt” or “abgFunction.R”).

Best practices for computer code and statistics:

Authors must disclose software and statistical procedures used in the manuscript and provide any novel computer code used for models, simulations, or statistical analyses. With respect to computer code and scripts (e.g., in R), authors should adhere to the following best practices when possible:

- Computer source code and scripts should either be submitted as supporting information with the manuscript or should be made publicly available in a code repository such as Github or Bitbucket unless there are justifiable reasons (e.g., third party intellectual property) not to do so. If the code is submitted to a public code repository, a persistent identifier such as a DOI for the specific revision of the software is needed; e.g., see https://guides.github.com/activities/citable-code/ . Scripts can normally be provided as readable text that can be opened in a plain text editor; examples of suitable formats include .txt, .csv, .R, .r, .m.
- Provide the version number of the software used in the manuscript (e.g., R version 3.2.3). Optionally, authors may also list the make and version of the platform on which the code was run and version numbers of any other software packages that a successful code run would depend upon.
- Include documentation (i.e., metadata) and comments that are sufficient to enable interpretation and reuse of the code including specific instructions for how to rerun analyses presented in the paper. [Follow good coding/scripting practices and use

meaningful file and variable names in the code whenever possible (e.g., "Sevilleta_2015_community_phylogeny.txt" instead of "mydata.txt" and “plant_height” instead of “ht”). Although optional, authors may wish to provide example code and expected output to better enable re-use and to support simple testing that the code is running as desired.]

- Authors are also encouraged to include an explicit license for code—ideally one that is a permissive, free software license that places very minimal restrictions on re-use such as the MIT License or other Open Source Initiative (OSI)-approved licenses—or to place the code in the public domain.

Conventions

Identification of the objects of study

Early in the manuscript, identify the type(s) of organism or ecosystem you studied; e.g., "*Cornus florida*

L. (flowering dogwood), a small deciduous tree". Avoid descriptive terms that may be familiar only to specialists. Provide the scientific names of all organisms. Common names may be used when convenient after stating the scientific names.

Genus names must be spelled out the first time they are used, but may be abbreviated to a single letter thereafter if no confusion will result. If the article contains several different scientific names, it is a good idea to spell out the generic name the first time it appears in each major section. Species names must always be spelled out in text; space limitations in tables or figures may require use of a "code," such as the first letter of the genus and species name; these letters should be in italics, like the original scientific name.

Check carefully the spelling of all scientific nomenclature.

Because usage of scientific names may vary between investigators and can be ambiguous when out of context, conformance to a comprehensive nomenclatural standard is highly desirable. Suggestions for nomenclature standards are available for commonly studied groups.

The following standard treatments are recommended.

- *Phyla* -- Margulis, L & K.V. Schwartz. 1998. Five kingdoms: an illustrated guide to the phyla of life on Earth. Third edition. W.H. Freeman and Co., New York. 520 pp.
- *Birds* -- American Ornithologists’ Union (AOU). 1998. Check-list of North American birds, Seventh edition. American Ornithologists’ Union, Washington, D.C. 829 pp. (For North America). Monroe, B.L. Jr. & C.G. Sibley. 1993. A world checklist of birds. Yale University Press, New Haven, CT. 393 p. (For remainder of the world.)
- *Butterflies* -- Cassie, B. et al. 1995. North American Butterfly Association (NABA) checklist and English names of North American butterflies. Morristown, NJ. 43 pp.
- *Dragonflies* -- Paulson, D.R. & S.W. Dunkle. 1999. A checklist of North American Odonata including English names, etymology, type locality, and distribution. Slater Museum of Natural History Occasional Paper 56, Univ. Puget Sound, Tacoma, WA.

- *Fishes* -- Eschmeyer, W.N., C.J. Ferraris & M.D. Hoang. 1998. Catalog of Fishes. California Academy of Sciences. Robins, C.R. et al. 1991. Common and scientific names of fishes from the United States and Canada. Fifth Edition. American Fisheries Society Special Publication No. 20. 183 pp.
- *Lichens* -- Esslinger, T. L. & R. S. Egan. 1995. A sixth checklist of the lichen-forming, lichenicolus, and allied fungi of the continental United States and Canada. The Bryologist 98: 467-549.
- *Mammals* -- Wilson, D. E., and D. M. Reeder (editors). 1993. Mammal species of the world: a taxonomic and geographic reference. Smithsonian Institution Press, 1206 pp.
- *Mollusca* -- Turgeon, D.D. et al. 1998. Common and scientific names of aquatic invertebrates from the United States and Canada: mollusks. Second edition. American Fisheries Society Special Publication. No. 26. 526 pp.
- *Mosses* -- Anderson, L.E., H.A. Crum & W.R. Buck. 1990. List of the mosses of North America north of Mexico. Bryologist 93: 448-499
- *Reptiles and Amphibians* -- Collins, J.T. 1997. Standard common and current scientific names for North American Amphibians and Reptiles, Fourth Edition, Society for the Study of Amphibians & Reptiles. Herp. Circular No. 25. 40 pp. Frost, D.R. 1985. Amphibian species of the world: a taxonomic and geographic reference. Allen Press, Inc. Lawrence, KS. 732 pp. Petranka, J.W. 1998. Salamanders of the United Staes and Canada. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C. 587 pp.
- *Vascular Plants* -- Flora of North America Editorial Committee. 1993-. Flora of North America North of Mexico. Oxford University Press, New York, New York, (where completed). Kartesz, J.T. 1994. A synonymized checklist of the vascular flora of the United States, Canada, and Greenland. Second Edition. Timber Press, Portland, Oregon. 622 p.

Equations, symbols, and abbreviations

Define all symbols, abbreviations, and acronyms the first time they are used. Use leading zeroes with all numbers <1, including probability values (e.g., $P < 0.001$). Use boldface roman (non-italic) type to denote matrices and vectors.

Statistical analyses and data presentation

Authors are free to interpret statistical analyses as they see fit. The author, however, needs to provide the reader with information sufficient for an independent assessment of the analysis. Thus, the assumptions and the model underlying any statistical analysis must be clearly stated, and the presentation of results must be sufficiently detailed. Sampling designs, experimental designs, data- collection protocols, precision of measurements, sampling units, and sample sizes must be succinctly described. Reported statistics usually include the sample size and some measure of their precision (standard error [SE] or specified confidence interval [CI]) except where this would interfere with graphical clarity. The specific statistical procedure must always be stated. Unusual statistical procedures need to be explained in sufficient detail, including references if appropriate, for the reader to reconstruct the analysis. If a software product was used, complete citation should be given, including version number. When reporting results, actual P values are preferred.

Here is additional information from the guidelines on "Statistical analysis and data presentation" prepared by the Statistical Ecology Section of ESA.

- *Basic philosophy* -- These rules and suggestions proceed from two principles. (1) Authors are free to perform and interpret statistical analyses as they see fit. (2) The reader needs to be provided information sufficient for an independent assessment of the appropriateness of the method. Thus, the assumptions and (or) the model underlying unusual statistical analyses must be clearly stated and results must be sufficiently detailed. On occasion, more detail than warranted for the final publication may have to be provided to reviewers to allow them to make an informed judgment. The purpose of statistical analysis is to increase the conciseness, clarity and objectivity with which results are presented and interpreted, and where an analysis does not serve those ends it probably is inappropriate.
- *Data description* -- Sampling designs, experimental designs, data-collection protocols, precision of measurements, sampling units, experimental units, and sample sizes must be clearly described. Reported information usually includes the sample size and some measure of the precision (standard errors or specified confidence intervals) of estimates, although this may not be necessary or possible in all instances especially for unusual statistics. Graphical data presentation is encouraged. Carefully composed graphs often permit the reader to decide at a glance if data are in danger of violating statistical assumptions.
- *Assumptions* -- It is important that the author be satisfied that the assumptions behind any statistical analysis are sufficiently met and that, at least where unusual assumptions are made, unusual procedures are used, or unusual types of data are involved, and that the reader be provided with sufficient information to judge whether any departures from assumptions are severe enough to vitiate the conclusions. The amount of detail provided in any particular instance will depend on the centrality of the statistical test to the conclusions.
- *Reporting of analyses* -- The specific statistical procedure must always be stated. If a statistics program or program package was used, a complete citation (including version number) should be given. If necessary, the author should indicate which procedure within a package was used and which method within a procedure was chosen. Such citations may be even more important for reviewers than they are for readers. Unusual statistical procedures need to be explained in sufficient detail, including references if appropriate, for the reader to reconstruct the analysis. To denote levels of significance, actual P values are generally more informative than symbols such as * and **.
- If conclusions are based on an analysis of variance or regression, information sufficient to permit the construction of the full analysis of variance table (at least degrees of freedom, the structure of F-ratios, and P values) must be presented or be clearly implicit. Where ambiguity is possible, the authors must indicate which effects were considered fixed or random and why.
- Effect size and biological importance must not be confused with statistical significance. Power analyses (determination of type II error rates, ß) occasionally can be very useful, especially if used in conjunction with descriptive procedures like confidence intervals. Such tests are not always routine; for complex or unusual statistical designs, descriptions of such tests should be sufficiently detailed.

Any novel computer code used for models, simulations, or statistical analyses reported in the manuscript must be described. Such code must be part of the submission and will become permanently archived supporting information to an accepted manuscript. Computer code should be sufficiently documented so that reviewers and readers can reconstruct simulations, models, or analyses as reported in the submission and ultimate publication. Executable code is not sufficient; source code must be provided. Sufficient metadata should accompany the code so that others can readily use the files and interpret output. Such metadata should usually be provided in a short text file or Word doc. The metadata file must include the author(s) name(s), address(es), file name, and a description of how the file(s) can be used.

Units

Units of measure should conform to the International System of Units (SI). If measurements were made in other units, include the SI equivalents.

Consult Standard Practice for Use of the International System of Units (ASTM Standard E-380-93) for guidance on unit conversions, style, and usage. An abbreviated version may be downloaded from the ASTM website. When preparing text and figures, note in particular that SI requires the use of the terms “mass” or “force” rather than “weight.” When one unit appears in a denominator, use the solidus (e.g., g/m2); for two or more units in a denominator, use negative exponents (e.g., g·m−2·d−1). Use a capital L as the abbreviation for liter.

Permissions

Authors are responsible for obtaining permission to reprint a previously published table, figure, or extract of more than 250 words and for submitting written permissions with their manuscript.

Acknowledgment alone is not sufficient; if in doubt, obtain permission. Permissions should be submitted quickly after your paper is accepted to avoid any delays in publication. Authors should exercise customary professional courtesy in acknowledging intellectual properties such as patents and trademarks.

For information regarding permission to use ESA articles published in the journals, please see: http://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/hub/journal/10.1002/(ISSN)1939-5582/about/permissions-eap.html

Transfer of copyright and press embargo

Authors must sign the copyright transfer agreement before their paper can be published. If your paper is accepted, the author identified as the formal corresponding author for the paper will receive an email prompting them to log in into Author Services where, via the Wiley Author Licensing Service (WALS), they will be able to complete the license agreement on behalf of all authors of the paper.

In order that the Author(s) and ESA may be protected from consequences of unauthorized use, the Author(s) must grant and assign to ESA rights to publish an accepted manuscript or data paper and any associated supporting information (work) in all languages and in any other form, in the United States and in any other countries, and to assign others the right to do so. The Author(s) shall retain the right to quote from, reprint, translate and reproduce the work, in part or in full, in any book or article he/she may later write, or in any public presentation. The Author may post the work in a publicly accessible form on his/her personal or home institution's webpages. If the Author(s) reproduces a portion of the work in a book, article or other media, the legend or caption of any table or figure that represents data from the work, in original or modified form, shall cite the work as the source of those data. In addition, the Author(s) shall have the right to photocopy the work for his/her own use or public distribution. If the Author(s) reprints, translates or photocopies the work, the original copyright notice, as it appears in the journal, must be included. The Author retains all proprietary rights other than copyright, such as patent rights.

All authors must agree to transfer copyright (or equivalent rights) for their manuscript to ESA. By submitting a manuscript, the authors agree that the copyright (or equivalent rights) for their article will be transferred to ESA if and when the article is accepted for publication. Authors of manuscripts accepted for publication must complete and submit a copyright release form to the publisher. The official form will be sent to the corresponding author, who will be able to complete the license agreement on behalf of all authors on the paper. If policies of one or more author's home institution preclude transfer of copyright, that author(s) must still provide a legally binding document that grants to ESA the right to publish the manuscript or data paper and any associated supplemental material (work) in all languages and in any other form, in the United States and in any other countries, and to assign others the right to do so.

In submitting a copyright release, the author(s) represents that he/she is the sole proprietor of the Work; that it does not infringe any existing copyright; that it has not heretofore been published; and that to the best of his/her knowledge it contains no libelous or otherwise unlawful matter or which invades the right of privacy or which infringes on any proprietary right. The Author(s) will hold harmless the ESA against any claim, demand, or recovery finally sustained in any proceedings brought against the ESA by reason of any violation of any proprietary right or copyright, or any unlawful matter contained in the work. When previously published data, interpretations, or ideas are included in a work, the author(s) shall cite the source (for example, "1850 data are from Darwin [1859]”) and list the reference in the Literature Cited section. In the event that copyright to a portion or all of the work has previously been registered with the Library of Congress, the author(s) will promptly transfer the copyright to the ESA.

Embargo Policy: ESA encourages authors to speak with reporters regarding their research. It is important, however, that authors abide by the rules regarding publicity. These rules have been designed to protect the interests of both authors and the ESA; advance publicity can undersell the value of our journals and potentially damage the credibility of authors' work. Advance publicity can also result in the misuse or misinterpretation of data, which can be detrimental to ecologists and other researchers as a whole. See Embargo Policy for details.

Publication Fees and Open Access

Authors must pay page charges or purchase Open Access.

Page Charges

Charges of $75.00 per PDF page will be assessed on papers accepted for publication. This is about ¼ of the actual processing costs. All papers (including Invited Features and invited papers) are subject to page charges unless the author is otherwise informed by ESA.

ESA members without grants, institutional monies, or personal funding may apply for a grant from Society funds by submitting the application form provided with page proofs. ESA grants are available only to ESA members in the role of Corresponding Author for a maximum of 21 pages per calendar year under the following terms. ESA grants may cover the charges for no more than 15 pages per author per year printed in *Ecology* and *Ecological Applications*, or 21 pages per author per year in *Ecological Monographs*. (Example 1: An 11-page grant is awarded for *Ecology* and a 4-page grant is awarded for *Ecological Applications*, leaving 6 grant pages available for *Ecological Monographs* that year. Example 2: An 18-page grant is awarded for *Ecological Monographs*, leaving 3 grant pages which can only be used for *Ecological Monographs*.)

Authors are reminded that many granting agencies allow for encumbrance of publication charges beyond grant expiration. Advance billing is available and can be requested when returning proofs. Page charge arrangements are not required until a manuscript is processed for publication.

Open Access

In lieu of page charges, authors who wish to publish their articles as fully open access are now able to do so in *Ecological Applications*. The fee is $3,000 for non-members and $2,250 for ESA members.

OnlineOpen, Wiley's Open Access option in subscription journals, is available to authors of primary research articles who wish to make their article available to non-subscribers upon publication or whose funding agency requires grantees to archive the final version of their article http://olabout.wiley.com/WileyCDA/Section/id-406241.html.

In addition to publication via Wiley Online Library, authors of OnlineOpen articles are permitted to post the final, published PDF of their article on a website, institutional repository, or other free public server, immediately upon publication. The author, the author's funding agency, or the author's institution pays a fee to ensure that the article is made available to non-subscribers upon publication via Wiley Online Library, as well as deposited in the funding agency's preferred archive.

As the corresponding author of an article, you can decide to publish your article with open access once it has been accepted for publication. After your final files are conveyed to the publisher, you will receive an email from Author Services with a link to your 'My Publication' page. From here you can choose for your article to be published OnlineOpen in return for your payment of the open-access publication fee.

Page Proofs and Publication

Authors are able to track their manuscript through the production process by registering for Author Services (http://authorservices.wiley.com) for additional information. Approximately two weeks after the manuscript is received by the publisher, the corresponding author will be notified via email that the page proofs have been posted to an online proofing system. Authors are responsible for proofreading. Limit changes to correcting printer's errors when possible. Return the corrected proof to Wiley within 48 hours.

Reprints

Reprints may be ordered with page proofs; a link is provided at that time for ordering.

Production Questions

Production questions may be directed to:

Paul Kruger, Production Editor: eap@wiley.com